



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

**JOSÉ EUGÊNIO DAS NEVES**

**UMA LEITURA PÓS-COLONIAL DE “OS BRUZUNDANGAS”**

---

Londrina  
2005

**JOSÉ EUGÊNIO DAS NEVES**

**UMA LEITURA PÓS-COLONIAL DE “OS BRUZUNDANGAS”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação, em Letras da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Paulo Adolfo.

Londrina  
2005

**JOSÉ EUGÊNIO DAS NEVES**

**UMA LEITURA PÓS-COLONIAL DE “OS BRUZUNDANGAS”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação, em Letras da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Sérgio Paulo Adolfo  
Universidade Estadual de Londrina

---

Profa. Dra. Maria Nazareth S. Fonseca  
Universidade Católica de Minas Gerais

---

Profa. Dra. Gizêlda Melo do Nascimento  
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 11 de março de 2005.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Sérgio Paulo Adolfo, pela compreensão e paciência que demonstrou em todas as etapas de desenvolvimento dessa dissertação, não permitindo que desanimássemos em nenhuma ocasião.

A minha família, fonte de apoio nas horas alegres e nos momentos mais difíceis dessa caminhada.

A Prof<sup>a</sup>. Leni Fernandes Zulim e aos colegas Donizeth Aparecido dos Santos, Everton Fernando Micheletti e Leoné Astrid Barzotto, pela sugestão de bibliografias, que foram extremamente úteis na confecção desse trabalho de pesquisa.

A Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina e a Biblioteca Pública de Apucarana e seus profissionais, por facilitarem o acesso à consulta de obras valiosas para o estudo em questão.

A Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gizêlda Melo do Nascimento pelas discussões frutíferas acerca de Lima Barreto e sua obra que travamos durante o curso de sua disciplina “Literatura e cidades: de 1870 a 1920” e que contribuíram bastante para o desenvolvimento dessa dissertação.

A Prof<sup>a</sup>. Maria Alice Menegazo pelo prestimoso auxílio prestado na confecção do *abstract*.

NEVES, José Eugênio das. **Uma leitura pós-colonial de “Os Bruzundangas”**. 2005. 129f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

## RESUMO

Essa dissertação objetiva localizar em *Os Bruzundangas* traços coloniais que, resistindo ao tempo, permaneciam vivos no princípio do século XX ou suas formas variáveis. Para atingir esse objetivo, empregaremos a estratégia pós-colonial da releitura. Através desse mecanismo, analisaremos quatro temas destacados na obra: a literatura, a economia, a política e a educação. Inicialmente, apresentaremos a teoria pós-colonial e as diferentes estratégias de descolonização propostas, dentre as quais da releitura, que será empregada nesse trabalho. Em seguida, retrataremos Lima Barreto e o contexto em que vivia, destacando os rumos que escolheu para sua produção literária. Encerrando, faremos a releitura do texto com relação aos quatro temas citados acima.

**Palavras-chaves:** Teoria pós-colonial. Releitura. *Os Bruzundangas*.

NEVES, José Eugênio das. **A post-colonial reading of “Os Bruzundangas”**. 2005. 129p. Dissertation (Master`s Degree in Letters) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

### **ABSTRACT**

The present work of dissertation aimed to locate in *Os Bruzundangas* colonial traits that, resisting time, remained alive in the beginning of the 20<sup>th</sup> century or their variable forms. In order to reach the objective, a post-colonial reading strategy was applied. Through this mechanism four themes were emphasized in the work: literature, economy, politics and education. At first, it is presented the post-colonial theory and the different proposed decolonization strategies, among them the rereading strategy, which is used in this work. Following that, Lima Barreto and the context where he lived are depicted, and the directions he chose for his literary production are emphasized. In the last part of the work, a rereading of the text regarding the four themes cited above is made.

**Keywords:** Post colonial theory. Rereading. *Os Bruzundangas*.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>1 LITERATURA E PÓS-COLONIALISMO</b> .....	10
1.1 UMA BREVE VIAGEM PELA HISTÓRIA DO COLONIALISMO .....	10
1.2 COLONIZAÇÃO EUROPÉIA: O DOMÍNIO PELA PALAVRA .....	14
1.3 PÓS-COLONIALISMO: UM NOVO OLHAR SOBRE AS LITERATURAS DAS EX-COLÔNIAS ...	23
1.4 DESCOLONIZAÇÃO: A LIBERDADE ATRAVÉS DA PALAVRA.....	30
1.5 ESTRATÉGIAS DE DESCOLONIZAÇÃO: ALGUMAS SUGESTÕES .....	32
1.6 A TEORIA PÓS-COLONIAL E A LITERATURA BRASILEIRA .....	35
<b>2 LIMA BARRETO: UM DISSIDENTE NA REPÚBLICA DAS LETRAS</b> .....	41
2.1 ENTRE O “SORRISO DA SOCIEDADE” E A MILITÂNCIA: A LITERATURA BRASILEIRA NA <i>BELLE ÉPOQUE</i> .....	41
2.2 A CONTRALITERATURA DE LIMA BARRETO .....	54
<b>3 OS BRUZUNDANGAS: POSSÍVEIS LEITURAS</b> .....	81
3.1 CRÔNICAS DO BRASIL NO ESPELHO .....	81
3.2 OS SAMOIEDAS: UMA LITERATURA DE BRILHO IMPORTADO .....	90
3.3 ECONOMIA E POLÍTICA: A PRESENÇA DAS MARCAS COLONIAIS.....	102
3.4 O ENSINO E AS REMINISCÊNCIAS DO PASSADO .....	113
<b>CONCLUSÃO</b> .....	120
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	123

## INTRODUÇÃO

Eleger uma obra de Lima Barreto para estudo é garimpar em campo já bastante explorado, onde atuaram estudiosos do quilate de Osman Lins (*Lima Barreto e o espaço romanesco*), Francisco de Assis Barbosa (*A vida de Lima Barreto*) e Alfredo Bosi (*Dialética da colonização, Literatura e resistência e História concisa da Literatura Brasileira*), Luiz Sérgio Nascimento Henriques (*Contradições do Modernismo*), dentre outros. Uma ampla gama de questões foi tratada nos estudos sobre a produção literária do autor, como sua visão em relação à discriminação racial; a influência de sua formação intelectual no que concerne à posição tomada quanto ao fazer literário e à política de sua época; a possível influência recebida de outros autores e a opção pelo uso de uma forma simples de linguagem.

Essas revisitas constantes ao trabalho do escritor tornam um desafio o trabalho de pesquisa que eleja como objeto de estudo uma de suas obras. O desafio consiste em realizar leituras críticas que acrescentem algo de novo à interpretação dos escritos barretianos.

Tendo em vista o alto apreço que nos inspira o legado artístico de Lima Barreto, aceitamos o desafio. Pesquisando as análises críticas acerca de sua obra, chamou a nossa atenção o interesse maior por seus romances e percebemos uma lacuna no que diz respeito a seus escritos satíricos. Dentre estes, selecionamos para nossa análise *Os Bruzundangas*, conjunto de crônicas jornalísticas a respeito de um país imaginário a que o autor teria viajado, que foram originalmente publicados em jornais, sendo reunidos em livro somente em 1922, ano de sua morte. Escolhida a obra em que iríamos garimpar, partimos para a busca da ferramenta apropriada para isso, ou seja, do embasamento teórico que serviria de base à nossa escrita. Durante esta busca, contatamos o pós-colonialismo, teoria que questiona a influência do processo de colonização na cultura dos países dominados pelos europeus a partir do século XVI até a atualidade. Constatamos, então, que essa teoria tem sido muito pouco aplicada no que concerne ao estudo de obras da Literatura Brasileira, sendo de nosso conhecimento apenas trabalhos de Silviano Santiago e de Thomas Bonnici. Dessa forma, a aplicação dessa teoria atenderia ao nosso desejo de contribuir para acrescentar uma nova leitura a já extensa gama de ângulos sob a qual pode ser lida a produção literária de Lima Barreto.

Para atingir esse objetivo, empregaremos a estratégia pós-colonial da releitura, que consiste numa leitura renovada de textos já examinados anteriormente com a finalidade de extrair deles traços do colonialismo que se encontram encobertos. Essa é a técnica que aplicaremos na análise crítica da obra que selecionamos.

Quanto à estrutura dessa dissertação, optamos por dividi-la em três capítulos. O primeiro capítulo, cujo título é “Literatura e pós-colonialismo”, tratará dos efeitos incisivos dos encontros coloniais na cultura nativa, destacando principalmente, como não poderia deixar de ser, a produção literária. Ele foi subdividido em seis subtítulos. No primeiro, “Uma breve viagem pela história do colonialismo”, traçaremos um pequeno histórico da aventura colonialista, iniciando por suas raízes greco-romanas para chegar ao colonialismo europeu e algumas ligações que ainda mantém com o velho imperialismo mediterrâneo. Em “Colonização européia: o domínio pela palavra”, procuraremos mostrar como o discurso, além da religião, mostrou-se tão eficaz quanto as armas no processo de colonização europeu, demonstrando quais os métodos empregados em tal espécie de dominação e como o discurso científico sucedeu o religioso qual fonte de justificação para o suposto direito dos habitantes do Velho Mundo de exercer domínio sobre os demais povos. A teoria pós-colonial será apresentada em “Pós-colonialismo: um novo olhar sobre as literaturas das ex-colônias”, onde dissertaremos resumidamente sobre sua história, analisaremos seus modelos críticos, o modelo de classificação das literaturas pós-coloniais proposto por D.E.S. Maxwell e as contribuições de Frantz Fanon e Albert Memmi no que concerne à relação entre colonizadores e colonizados. Diferentes caminhos para a descolonização mental via escrita serão apreciados em “Descolonização: a liberdade através da palavra”. “Estratégias de descolonização: algumas sugestões” discorrerá sobre a ab-rogação, a apropriação e a reescrita, estratégias que podem ser empregadas pelos literatos, e o questionamento do cânone e a releitura, técnicas que podem ser empregadas pelos críticos literários. A última parte desse capítulo, “A teoria pós-colonial e a literatura brasileira”, será reservada a uma análise sintética das fases históricas da literatura brasileira à luz da teoria pós-colonial. Como base teórica para esse primeiro capítulo, lançaremos mão dos estudos teóricos de Frantz Fannon, Albert Memmi, Hommi Bhabha, Tzvetan Todorov e Thomas Bonnici, dentre

outros que trataram da colonização e de seus efeitos na vida cotidiana de dominados e dominadores.

No segundo capítulo, nosso principal objetivo é verificar o posicionamento intelectual de Lima Barreto frente à literatura de sua época. O capítulo divide-se em duas partes. Na abertura, em “Entre o ‘sorriso da sociedade’ e a militância: a literatura brasileira na *Belle Époque*”, descreveremos o contexto histórico da sociedade carioca de então, fascinada pelo cosmopolitismo, o posicionamento dos intelectuais brasileiros ante esse contexto e os efeitos desse posicionamento em nossa literatura. Passando do geral ao particular, em “A contraliteratura de Lima Barreto”, trataremos da inserção de Lima Barreto nesse quadro e das posições que tomou diante de variadas questões de sua época, algumas das quais diziam respeito à presença da influência colonizadora em nosso país e em nossa literatura. Para estas análises, empregaremos os estudos de teóricos como Nicolau Sevcenko, Benjamin Abdalla Júnior, Aiex Anoar, dentre outros autores.

O terceiro capítulo, inicialmente, tratará do emprego da sátira em *Os Bruzundangas*, como forma de denúncia bem humorada de certos aspectos de nosso comportamento colonizado. O capítulo possui quatro subtítulos. “Crônicas do Brasil no espelho” traz, inicialmente, informações a respeito do formato literário empregado por Lima Barreto, a crônica, procurando demonstrar o porquê dessa escolha. O subtítulo analisa ainda o emprego da sátira, da cópia ridícula e do artifício de viagem como elementos constituintes da obra. Por fim, realizaremos uma leitura interpretativa do prefácio, procurando destacar o objetivo do autor ao produzir essas crônicas. A segunda parte, “Os Samoiedas: uma literatura de brilho importado”, refere-se às críticas dirigidas pelo autor à nossa literatura sob a máscara da Escola Samoieda. A linguagem de extração lusitana então empregada, a cópia de modelos literários europeus, a mania de Grécia e latinidade são alguns dos temas tratados pelo autor e que serão submetido a estudo nesse subtítulo. No terceiro subtítulo, “Economia e política: a presença das marcas coloniais”, demonstraremos quais são os resquícios do colonialismo que ainda mostravam-se persistentes nos campos político e econômico do Brasil e que foram alvo das críticas que elegemos para nosso estudo. Essas mesmas marcas, só que dessa vez na área educacional, serão apresentadas na última parte, “O ensino e as reminiscências do passado”. Obras de Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Azevedo, Caio Prado Júnior, Angel Rama e Manoel Bonfim forneceram os subsídios para as considerações desse capítulo.

## 1 LITERATURA E PÓS-COLONIALISMO

### 1.1 UMA BREVE VIAGEM PELA HISTÓRIA DO COLONIALISMO

Nosso ponto de partida para um passar de olhos pela história colonial está ligado à etimologia da palavra “colônia”. Essa palavra e seus termos derivados nas principais línguas européias como o inglês, o francês, o espanhol e o português originam-se do verbo latino *colo*, cujo significado era “eu moro, eu ocupo a terra” e, por extensão, “eu trabalho, eu cultivo o campo” (ALFREDO BOSI, 1992, p.11). A raiz desse verbo encontra-se no termo grego *κολ* (col-), cuja tradução é podar, possivelmente, a primeira atividade de cultivo, tanto humano, como vegetal. Conforme essa origem sugere, os gregos e romanos foram dos primeiros povos a exercer o papel de colonizadores e é de nosso interesse examinar brevemente sua atuação, de vez que guarda grandes semelhanças com a posterior colonização européia e a compreensão daquela ajuda a lançar luz sobre o comportamento desta.

A colonização grega realizou-se em três etapas. A etapa inicial que correspondeu ao modelo da *apoikia* vai de cerca de 770 até o século sexto antes de Cristo e realizou-se através da expansão marítima, que resultou na criação de várias colônias ou cidades nas costas do Mediterrâneo ou do mar Negro, como Mileto, na Ásia Menor; Tarento, Síbares e Crotona, no sul da Itália; Siracusa, na Sicília; Marselha, na Gália (atual França) e Bizâncio (atual Istambul), no mar Negro. Além dessas, foram fundadas ainda colônias no sul da Espanha e no delta do Nilo, na África do Norte. Essas expedições realizavam-se quer por iniciativa particular, quer sob as ordens de uma cidade-estado. Os habitantes dessas cidades ainda julgavam-se gregos e mantinham laços culturais com as suas cidades de origem, o que ocasionou uma expansão da cultura grega.

As causas que determinaram esse êxodo dos gregos em busca de novas terras foram: a pobreza do solo; a concentração da terra na mão de grandes famílias; a proximidade com o mar, que despertou no povo o interesse por atividades marítimas e o desejo de enriquecer e o espírito aventureiro dos cidadãos mais empobrecidos. Além disso, houve, em certos casos, motivação religiosa, conforme aponta (ALFREDO BOSI, 1992, p. 15), destacando que, por ocasião da fundação de

algumas dessas colônias “[...] não era raro apontar-se o desígnio dos deuses, decifrado pelos oráculos, como sua causa primeira. Apolo Archegeta é o deus que preside, em Delfos, à fundação das colônias”.

A segunda etapa transcorreu durante a época clássica, entre os séculos V e IV a.C., e corresponde ao modelo da *klerouchia*. Nesse modelo, um grupo de cidadãos recebia terras para cultivar dentro ou fora de seu território. Em qualquer um dos casos, porém, guardavam estreita relação de dependência com a pátria-mãe.

A terceira fase de colonização iniciou-se a partir de 336 a.C., ocasião em que “[...] o império de Alexandre da Macedônia levou a civilização helênica para fora do Mediterrâneo e polarizou as idéias e energias européias para o Oriente [...]” (THOMAS BONNICI, 2003, p. 209). No rastro de suas conquistas militares, Alexandre fundou colônias, como Alexandria, no Egito, que se tornaram centros de difusão da cultura helênica através do mundo. A influência dessa cultura fez-se sentir, então, em lugares tão distantes como o atual Afeganistão. O modelo empregado era o da *katoikia*, em que mercenários ou emigrantes pobres instalavam-se na nova terra. Ironicamente, essa difusão mundial da cultura grega foi realizada não por um de seus nativos, mas por um estrangeiro amante dessa cultura, o macedônio Alexandre.

Além desses, havia ainda um quarto tipo de colonização, que envolvia o estabelecimento dos *emporía*, entrepostos comerciais instalados para facilitar o comércio dos gregos com os demais povos. Esse modelo ocorreu de forma paralela aos outros tipos de colonização, tendo preponderado em todas as épocas da história grega.

A experiência colonizadora grega foi durante muitos anos associada ao termo “colônia”, cujo significado era “[...] um território ocupado por emigrantes da pátria mãe” (PABLO CASANOVA, 2002, p. 87). Essa associação durou até meados do século XIX, quando a expressão adquiriu um novo significado, sobre o qual comentaremos mais adiante.

Sucedendo aos gregos quais dominadores do mundo, após 264 a.C., os romanos lançaram-se também ao empreendimento colonizatório, semeando colônias nos territórios conquistados das ilhas mediterrâneas, da Hispânia, do norte da África, do Oriente Médio, do Egito, da Gália, da Germânia e da Bretanha

(BONNICI, 2003, p. 210). O modelo empregado foi o da *katoikia*. A *colonia*, no entanto, abrangia também o modelo da *klerouchia*.

O Império Romano durou quinze séculos, mas, por fim, esfacelou-se. Vários povos que estiveram sob seu domínio constituíram, mais tarde, as nações européias que hoje conhecemos, como Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Alemanha. Essas nações, bem como outras da Europa, iniciaram uma nova investida colonialista a partir de fins do século XV e início do século XVI. É a essa investida que passou a ser associado o termo “colônia”, a partir de meados do século XIX (CASANOVA, 2002, p. 87).

Algumas motivações dessa nova empreitada assemelhavam-se às das viagens colonizatórias gregas, tais como o gosto pelas aventuras marítimas e o desejo de enriquecer rapidamente. Além disso, não se pode descartar também certa motivação religiosa, como sugeriu Camões, ao atestar que as viagens colonialistas portuguesas tinham por objetivo propagar a Fé e o Império (SILVIANO SANTIAGO, 2002, p. 221). O mesmo se poderia acrescentar, por exemplo, às viagens espanholas. Ao mencionar o Império, o poeta português mencionou uma outra aproximação com as motivações gregas para colonização e que também pode ser encontrada entre os romanos, o desejo imperialista de anexar novas terras ao rol de territórios tutelados por essas potências. Poder-se-ia mencionar, ainda, outra ligação no campo econômico, o interesse em estabelecer relações comerciais com outros povos. Esse interesse, no entanto, estará ligado a uma nova necessidade histórica, que o fará apresentar certas diferenças no que diz respeito ao *status* dessas relações comerciais. Ocorre que essa expansão colonialista desenvolveu-se concomitantemente ao surgimento de um moderno sistema capitalista de trocas econômicas. Com o desenvolvimento desse sistema, surgiu a necessidade de uma quantidade maior de matérias-primas, que só poderiam ser obtidas em novas terras. Dessa necessidade adveio o interesse dos europeus na implantação de colônias, vistas como fontes exclusivas de longo prazo de matérias-primas, que poderiam enriquecer e sustentar o poder central da metrópole. Esse interesse foi documentado em textos informativos como a *Carta* de Pero Vaz de Caminha ou *Cultura e opulências do Brasil*, de André João Antonil, que detalharam os recursos econômicos que se ofereciam à exploração e que práticas poderiam ser empregadas nela, só para se mencionar o caso do Brasil (BONNICI, 2003, 203). Na contramão,

as colônias constituíam-se em um novo mercado, aliás, exclusivo, para os produtos manufaturados da metrópole.

A cobiça exploratória erigiu-se, dessa forma, no mote para a implantação de colônias na América, na África e na Ásia. Mas, se a motivação modernizara-se, os métodos continuavam antigos, conforme constatou Karl Marx (apud Bosi, 1992, p. 20):

Onde predomina o capital comercial, implanta por toda parte um sistema de saque, e seu desenvolvimento, que é o mesmo nos povos comerciais da Antiguidade e nos tempos modernos, se acha diretamente relacionado com os despojos pela violência, com a pirataria marítima, o roubo dos escravos e a submissão; assim sucedeu em Cartago e em Roma, e mais tarde entre os venezianos, os portugueses, os holandeses.

Recém-chegados à nova terra, os europeus não se ocuparam somente na submissão da terra às sua vontade, mas também de seus nativos, encarados como mão-de-obra barata para a exploração desses recursos do solo. Dessa forma, o *colonus* lançará mão *incolae*, isto é, do nativo, a quem encarregará da triste tarefa de saquear a si mesmo.

Assim, onde se implantava uma colônia instalava-se também um monopólio, que impedia que outros países explorassem os recursos, o trabalho, o mercado e obtivessem lucros na nova terra (CASANOVA, 2002, p. 91). Escrevendo a mais de duzentos anos, Montesquieu demonstrou com clareza o que se escondia por detrás desse empreendimento, ao afirmar que:

O objetivo das colônias [...] é fazer comércio em melhores condições do que se faz com os povos vizinhos com os quais as vantagens são recíprocas. Afirmou-se – acrescentava – que apenas a metrópole pode negociar com a colônia, e isso com grande razão por que o objetivo do estabelecimento comercial foi a extensão do comércio e não a fundação de uma cidade ou de um novo império (apud CASANOVA, 2002, p. 90).

Em síntese, Roland Corbisier (1977, p. 6-7) listou como interesses econômicos do colonizador: “[...] explorar os recursos naturais do país e mão de obra nativa [...]. Manter a colônia na situação de área produtora de matérias-primas [...] e importadora de manufaturas, isto é, dos produtos fabricados na metrópole”.

Mas, se as marcas dessa dominação político-econômica podem ser facilmente perceptíveis, uma outra espécie de dominação é menos percebida, a das estruturas de percepção mental, sobre a qual dissertaremos a seguir.

## 1.2 COLONIZAÇÃO EUROPÉIA: O DOMÍNIO PELA PALAVRA

Nietzsche proclamava a inexistência de uma verdade única, mas de várias delas, que seriam construídas de acordo com o desejo de exercer o poder dos indivíduos, ou seja, a “verdade” está a serviço do poder, seja ele de que espécie for. Adotando o conceito lacaniano, Foucault acentuava que essa “verdade” só seria aceita se houvesse a adesão subjetiva do sujeito. Esse esquema envolvia a oferta dos mais variados tipos de discursos, selecionados de acordo com o gosto daqueles a quem se direcionavam. Essa liberdade de escolha era relativa, de vez que o poder exercia grande pressão para a seleção de determinados discursos em detrimento de outros. A escolha daqueles que contrariavam o poder poderia resultar em sérios problemas para quem assim optasse. Esses indivíduos ou recebiam o rótulo de loucos ou viam-se condenados ao emudecimento.

Uma das “verdades” estipuladas através dos tempos afirmava a suposta superioridade de um povo ou de uma raça sobre outra. Essa afirmação tem uma longa história. A opinião dos gregos sobre os demais povos, por exemplo, não era nada lisonjeira: “[...] orgulhavam-se em possuir colônias e insistiam na hegemonia da metrópole sobre a periferia, a qual era considerada bárbara, inculta e inferior” (BONNICI, 2003, p. 209). É nesse ponto que se percebe a contribuição que a linguagem e os textos literários podem prestar para a constituição e sustentação de um poder dominante. Foucault argumentava, entretanto, que, apesar desse uso do discurso como uma poderosa arma de apoio ao poder, ele também poderia servir como um instrumento na luta contra ele, desde que sua fragilidade fosse exposta, abrindo, assim, caminho para ser contrariado (BONNICI, 2003, p. 205-206).

O termo *barberoi* tanto poderia significar aquele não falava a língua grega e, portanto, não possuía nenhuma linguagem, quanto poderia ser empregado para designar a prática da crueldade. Por detrás do emprego desse termo, achava-se a crença grega na superioridade de sua civilização sobre as demais. Essa crença implicava numa justificativa natural para a escravização de outros povos, conforme pensava o filósofo Aristóteles:

Alguns seres, com efeito, desde a hora de seu nascimento são marcados para ser mandados ou para mandar ... sempre se verá alguém que manda e alguém que obedece, e esta peculiaridade dos seres vivos se acha presente neles como uma decorrência da natureza em seu todo ... Entre os

sexos também, o macho é por natureza superior e a fêmea inferior ... o mesmo princípio se aplica necessariamente a todo o gênero humano; portanto, todos os homens que diferem entre si para pior no mesmo grau em que a alma difere do corpo e o ser humano difere de um animal inferior ... são naturalmente escravos e para eles é melhor ser sujeitos à autoridade de um senhor, tanto quanto o é para os seres já mencionados (apud KLAAS WOORTMANN, 1997, p. 42).

A inferioridade de certos homens possuía, segundo a crença aristotélica, um caráter inato, o que implicava em sua imutabilidade. Esses seres inferiores seriam inaptos para se governarem sozinhos, logo, beneficiavam-se quando estavam sob o domínio de outras criaturas superiores. A escravidão longe de ser execrável, apresentava-se como um processo natural e até benéfico para os escravizados.

O direito a escravizar os bárbaros era ponto pacífico entre todos os gregos. O mesmo, porém, não ocorria com respeito à questão da humanidade. Para alguns, todos os que viviam fora da *polis* não possuíam uma humanidade plena, pois não seguiam nenhuma espécie de lei. Sua condição estaria mais próxima da de um animal do que de um ser humano. Daí a existência na mitologia grega de seres metade homem metade animal, como o centauro, por exemplo, ou de seres monstruosos como o ciclope. Dentre os que abraçavam essa idéia figurava Aristóteles. Um segundo grupo, porém, cria na existência de estágios entre os bárbaros. Alguns estariam realmente mais próximos dos animais. Estes seriam, além de bárbaros, selvagens. Um outro grupo, contudo, estaria mais próximo dos humanos por seguirem uma lei, ainda que ela não fosse tão perfeita quanto a dos gregos. Em síntese, para os primeiros, quanto à humanidade, haveria uma oposição pura e simples entre o homem grego e o animal bárbaro, já para os segundos, essa oposição seria entre o homem grego, o semi-homem bárbaro e o animal bárbaro. A diferença consistia, portanto, na existência de uma faixa intermediária, que se assemelhava aos gregos, mas jamais se igualava a eles. É digno de nota, ainda, o fato de que esse grupo intermediário passava a ser considerado selvagem a partir do momento em que se tornasse uma ameaça para os gregos. Em qualquer um dos casos, porém, os últimos estariam no topo do esquema, sendo os únicos a serem realmente seres humanos em sua plenitude. Diante disso, com raras exceções, interessavam-se pouco em compreender o outro.

Ironicamente, algum tempo mais tarde, os romanos, um dos povos bárbaros, submeteram os gregos à dominação e os substituíram como dominadores do mundo. No entanto, ao invés de questionar a pretensa supremacia de seus antecessores, os romanos, para escapar do rótulo depreciativo de “bárbaros”, criado pelos gregos, “[...] preferiram traçar sua genealogia até os heróis destes últimos ou usar a gramática grega para descrever a língua latina” (WOORTMANN, 1997, p. 3). Os romanos estavam, portanto, convencidos da superioridade do povo grego sobre os demais. Além disso, acreditavam, tal qual Aristóteles, que essa superioridade era inata e estava presente na própria língua dos gregos. A solução encontrada foi, de alguma forma, demonstrar uma estreita ligação com os helenos, para proclamarem-se seus herdeiros. Primeiro, criou-se um mito que ligasse geneticamente os romanos aos gregos. Surgiu, então, a história segundo a qual aqueles descenderiam de Enéas, um dos poucos sobreviventes da guerra em que sua cidade, Tróia, bateu-se contra outras cidades-estado gregas e que ficou imortalizada na *Ilíada*, de Homero. Sangue grego corria em veias romanas e, assim, por direito inato, os romanos eram os legítimos senhores do mundo. Segundo, ligou-se a língua latina à grega, pois, se a segunda era a língua dos civilizados, a primeira fazia-se sua herdeira por basear-se em sua gramática. Assim, convencidos dessa ligação com os gregos, os novos senhores do mundo proclamaram-se superiores aos demais povos e passaram dispensar a estes o tratamento de bárbaros, justificando, assim, plenamente sua dominação sobre estes.

A Europa Ocidental da época da investida colonialista pensava de forma similar aos gregos no que diz respeito a outros povos. Eles também estabeleciam uma distinção entre os bárbaros, os civilizados e os selvagens. O critério para a diferenciação entre bárbaros e civilizados, porém, diferia do dos gregos. A partir da preponderância do cristianismo na Europa, a classificação de bárbaro não se aplicava mais ao não grego, mas àquele que não aceitava essa nova crença. A esses povos bárbaros atribuíam-se costumes estranhos e repulsivos. A descrição do selvagem pintava-o como um ser que desconhecia o fogo e utilizava alimentos crus, colocando-se, dessa forma, no pólo da natureza; mas que, por outro lado, conhecia instrumentos e/ou armas, ainda que rudimentares, o que lhe atribuía cultura (WOORTMANN, 1997, 40-41). O selvagem situava-se, assim, num estágio intermediário entre o homem e o animal. Quando algum povo bárbaro ameaçava os territórios cristãos, recebia também a alcunha de selvagem. Essa caracterização do

selvagem modificou-se no fim da Idade Média, no século XV, quando, por exigência do humanismo, passou-se a atribuir “uma bondade natural” a alguns deles. Quanto à linguagem, a do bárbaro localizava-se numa escala inferior à do civilizado, enquanto a do selvagem assemelhava-se a dos animais, sendo capaz de transmitir apenas sentimentos, mas não idéias. Tais conceitos formaram o discurso da suposta superioridade dos povos europeus e, por conseqüência, legitimavam seu direito de governar sobre os demais povos.

Ao tomarem contato com ameríndios, africanos e asiáticos, os europeus buscaram comprovar esses conceitos através de fatos, que atestariam a “inferioridade” desses povos. Típico exemplo desse discurso de negativização pode ser encontrado na obra *O Orientalismo*, de Edward Said, publicada em 1978, em que o autor demonstrava como a imagem dos povos orientais foi moldada de acordo com os interesses de dominação européia em obras de pesquisadores e literatos dos mais variados períodos históricos. Desconstruindo esses textos, Said comprovava como essa imagem de inferioridade dos povos conquistados erigiu-se unicamente com base nesses testemunhos e como se silenciou a voz do conquistado, pois não interessava ao projeto de poder dos colonizadores.

Dentro dessa mesma linha de questionamento, Gayatri Spivak (apud BONNICI, 2003, p. 212-213) destacava como a descrição dos povos colonizados processou-se somente através de escritos dos colonizadores europeus, denominando tal processo de *worlding*. Esse processo envolvia grande quantidade de textos, mapas, pinturas e outros meios empregados para construir no imaginário europeu um conjunto de conceitos sobre os povos colonizados e para inscrever o discurso imperial sobre o espaço colonizado. Para Spivak, o *worlding* dividia-se em três tipos. O primeiro consistia na formulação de um mapa do local colonizado com a nomeação dos acidentes geográficos na língua do conquistador, tendo por objetivo indicar o conhecimento e o controle exercidos pelo colonizador sobre a nova terra. O segundo tipo abrangia a representação, via gravuras, do passeio do europeu pelo terreno dominado. Essa atitude visava demonstrar ao nativo quem realmente mandava nas terras. Por fim, a terceira modalidade envolvia a degradação do nativo, realizada através de gravuras ou escritos, que destacavam sua nudez, ateísmo, preguiça, selvageria, sensualidade e ignorância.

Analisando as fases para a construção dessa imagem negativa, Albert Memmi (1977, p. 69) alistou três etapas que consideraremos a seguir. Na

primeira, levantavam-se as diferenças entre o colonizador e o colonizado. Nesse ponto, ganhava importância a figura do douto ou do explorador. Viajando através das novas terras, ele recolhia não só os dados geográficos, como os hábitos culturais de seus habitantes. Exemplo desses levantamentos fazem-se presentes na Literatura Brasileira sob a forma daquilo que se convencionou chamar de literatura dos viajantes, sendo seu primeiro exemplo a carta escrita por Pero Vaz de Caminha, dando ciência ao Rei de Portugal da descoberta da nova terra e comentando a respeito dela e de seus habitantes. O segundo passo era a valorização das diferenças que comprovavam aparentemente a inferioridade do nativo em relação ao colonizador. A seleção denotava criteriosidade e extremo maniqueísmo. Essa operação realizava-se por intermédio do “[...] estabelecimento de um ‘construto’ negativo. A esperteza, o ócio, a irracionalidade, a rudeza e a sensualidade, a crueldade, entre outros, formam esse ‘construto’” (BONNICI, 2003, p. 207). Atribuía-se essas qualidades, obviamente, a todos os nativos, sem nenhuma exceção. No pólo oposto, situavam-se os europeus, como parte de “[...] outro ‘construto’, positivo e superior (racional, democrático, progressivo, civilizado, etc.)” (BONNICI, 2003, p.2007). Essa comparação é visível, por exemplo, na seguinte resposta dada por monges da ordem de São Jerônimo a uma enquete de ordem psicossociológica, quando indagados sobre se os índios com quem tratavam na América eram capazes de se cuidarem sozinhos, como os camponeses de Castela:

Na verdade, talvez seus netinhos possam; além do mais, os indígenas estão de tal modo entregues ao vício que ainda se pode duvidar da sua capacidade; como prova, evitam os espanhóis, recusam-se a trabalhar sem remuneração, mas levam a perversidade até o ponto de presentear os seus próprios bens; não admitem repudiar os companheiros que tiveram as orelhas decepadas pelos espanhóis [...] Seria melhor para os índios que se transformassem em homens escravos do que continuassem a ser animais livres... (apud SILVIANO SANTIAGO, 2000, p. 11-12).

Uma parte dos colonizadores, porém, não compartilhava desta visão. Alguns, semelhantes ao conquistador espanhol Cortez, conseguiam ver pontos positivos no modo de viver alheio, conforme se depreende de sua opinião a respeito dos astecas, povo da América que havia conquistado:

Nos comportamentos e relacionamentos, essa gente tem quase os mesmos modos de viver que na Espanha, e há tanta ordem e harmonia quanto lá; e considerando que são bárbaros e tão afastados do conhecimento de Deus e da comunicação com outras nações racionais, é uma coisa admirável ver a que ponto chegaram em todas as coisas (apud TZVETAN TODOROV, 1993, p. 124).

Embora reconhecendo “pontos positivos” no comportamento dos indígenas, Cortez, ainda assim, considerava-os inferiores aos espanhóis, classificando-os como “quase” semelhantes a eles. Para melhorar seu comportamento, esses bárbaros deveriam abraçar o cristianismo e aprender com outras “nações racionais”, no caso, obviamente, os espanhóis.

Para um outro grupo, bastante reduzido, o conceito de barbárie adquiria um aspecto relativo. Desse agrupamento, fazia parte o espanhol Las Casas, segundo o qual:

Um homem será chamado de bárbaro, quando comparado a outro, por ser estranho em seus modos de falar e por pronunciar a língua do outro [...]. Segundo Estrabão, Livro XIV, essa era a principal razão pela qual os gregos chamavam os outros povos de bárbaros, isto é, porque pronunciavam mal a língua grega. Mas, desse ponto de vista, não há homem ou raça que não seja bárbaro em relação a outro homem ou uma outra raça. [...] Assim como nós consideramos bárbara a gente das Índias, eles nos julgam da mesma maneira, porque não nos compreendem (apud TODOROV, 1993, p. 188-189).

Embora Las Casas reconhecesse a relatividade do emprego da expressão “barbárie”, fazia isso apenas em parte. Reconhecia não haver superioridade de uma língua sobre a outra, verificando-se apenas diferenças entre elas. Já quanto aos costumes, como cristão não atribuía validade semelhante aos dos povos conquistados. Sua crença monoteísta impedia o reconhecimento de outros hábitos como válidos, conduzindo-o a colocar num patamar superior os dos cristãos.

De qualquer forma, todos esses colonizadores concordavam num ponto: as atitudes, os gestos e o comportamento desses povos eram reprováveis, segundo o único ponto de vista verdadeiro, o cristão e europeu. O canibalismo, os sacrifícios humanos a seus deuses, a nudez, sua suposta imoralidade e contato com demônios depunham contra eles. Diante disso, justificava-se plenamente sua

dominação. A raça européia, por seu grau de evolução “superior”, detinha o direito de empregar servilmente o trabalho braçal das demais raças.

Por fim, descreviam-se essas diferenças como definitivas e tomavam-se ações para que isso ocorresse. A princípio, os dominadores socorreram-se das idéias aristotélicas acerca da tendência inata de certas raças à escravidão. Nesse caso, o racismo assentava-se numa base de especulação filosófica. Outra base provinha de supostos testemunhos bíblicos, caso da maldição de Noé sobre seu filho Cã e extensiva à raça negra, vista como descendente deste. Durante séculos, esses testemunhos não sofreram questionamentos. No século XIX, no entanto, o discurso científico passou a predominar sobre o religioso e filosófico. Toda declaração só obtinha a chancela de verdadeira, se assim atestasse a ciência. O racismo precisava, então, de uma nova fonte de justificação. A teoria darwiniana da evolução e da sobrevivência do mais forte tornou-se o material para a criação desta fonte. Alguns cientistas tentaram provar a existência de diferenças raciais através da medição e comparação dos crânios de indivíduos de raças diferentes. Essa crença, por incrível que pareça, chegou a perdurar entre alguns até o século XX. Frantz Fanon (1990, p. 24) testemunhou essa permanência, destacando como em certo congresso de psicanalistas em que se discutia as propensões para o crime da população nativa da Argélia ouviu-se o seguinte comentário: “Essas pessoas não são normais. O córtex dos argelianos deve ser subdesenvolvido”. Em suma, atribuía-se uma debilidade mental a todos os membros de uma comunidade colonizada.

Assim, empregavam-se teorias científicas, ainda que não comprovadas na prática, para atestar o caráter inato e imutável da diferença entre europeus e não europeus. O colonizado jamais se tornaria totalmente semelhante ao colonizador, mesmo que adotasse sua religião ou se naturalizasse. Qualquer semelhança com o discurso aristotélico da suposta superioridade dos gregos sobre os demais povos não é mera coincidência. A ciência bebeu na fonte da velha filosofia grega, vestindo roupas novas em uma velha idéia.

Além do discurso científico, religioso e filosófico, utilizou-se também o discurso literário para justificar essa dominação. Típico exemplo de obras desse tipo é o poema *Os Lusíadas*, em que Luís de Camões proclamava a coragem de Vasco da Gama e dos portugueses, que sob as bênçãos divinas venceram e colocaram sob seu domínio vários povos da África e da Ásia, que, em contrapartida, mostravam-se traiçoeiros e cruéis.

Na outra ponta, entretanto, estava o nativo, que precisava ser convencido de sua inferioridade, para que aceitasse sua dominação sem causar muitas dificuldades. Para isso, o colonizador serviu-se de duas táticas, empregadas em seqüência: a despersonalização e a mistificação. A despersonalização deu-se através do “[...] afogamento no coletivo anônimo [...]” (MEMMI, 1977, p. 81), isto é, a atribuição de qualidades negativas a todos os nativos, sem reconhecer a existência de diferenças no plano individual. Essa tática gerou sua desumanização, transformando-os apenas em meros objetos, que seriam manipulados ao bel-prazer dos europeus.

Em seqüência, através do artifício da mistificação, O colonizado era constantemente lembrado de seus defeitos. A repetição constante do discurso colonizador da superioridade e a constatação no plano material de sua inferioridade dia após o dia acabavam por conduzi-lo, com o tempo, a questionar suas atitudes e a perguntar-se: Não serão verdadeiras essas acusações? Esse constante autoquestionamento, por fim, fazia com que aceite viver essa imagem de si mesmo pintada pelo colonizador. Essa aceitação levava-o a concordar de bom grado com sua própria opressão (MEMMI, 1977, p. 83). Assim, o discurso ideológico ocidental, seja ele de qual tipo for, alcançava hegemonia na terra conquistada. Nesse ponto, estava implantada a hegemonia do conquistador, que Gramsci (apud THOMAS BONNICI, 2003, p. 207), definiu como a dominação com consentimento aparente do dominado, que se verifica especialmente no caso da cultura. Aliás, apenas a termo de curiosidade, cumpre lembrar a origem dessa palavra “hegemonia”. Ela vem do grego e indicava, originalmente, a supremacia de uma cidade sobre as demais na federação grega. Mais uma vez, a Grécia se faz presente.

Escorado em seus argumentos de superioridade, o europeu implantou uma nova ordem política, econômica, cultural e religiosa, em substituição à antiga forma de viver dos nativos. Ao implantar seu sistema, tentou, simultaneamente, apagar os traços da cultura antiga, lançando ao esquecimento a história dos povos conquistados e fazendo com que a história da nova terra fosse contada a partir da chegada dos colonizadores.

Na transição para essa nova fase de dominação européia, a imposição da língua do colonizador destacou-se como o primeiro passo para a implantação de sua cultura. Tzvetan Todorov (1993, p. 219) acentuou a importância dessa questão da imposição lingüística ao comentar que: “A língua sempre

acompanhou o império; os espanhóis temiam que perdendo a supremacia numa, pudessem perdê-la também no outro”. Tal importância ligava-se ao fato de que se usava a língua como o meio através do qual uma estrutura hierárquica de poder se perpetuava e concepções de “verdade”, “ordem” e “realidade” eram estabelecidas (Bill ASHCROFT et al., 1999, p. 7).

Nesse campo, os religiosos exerceram importante papel, pois, ao mesmo tempo em que ensinaram uma nova religião aos nativos, incumbiram-se também de transmitir-lhe sua língua e, por conseqüência, as concepções acima mencionadas. Vale destacar aqui o exemplo de Anchieta e de seus autos. A princípio, como falhassem as pregações por intermédio das palavras, recorreu às representações teatrais. Essas representações inspiradas na vida dos santos eram apresentadas primeiro em português, sendo, posteriormente, traduzidas para o tupi-guarani. A ordem dos idiomas é emblemática. A precedência do idioma europeu demonstrava sua superioridade em relação ao indígena. Essas exposições “[...] propõem uma substituição inexorável: [...] os índios perdem sua língua e seu sistema sagrado e recebem em troca o europeu” (SANTIAGO, 2000, p. 14).

Além da língua, a literatura também contribuiu para a introdução da hegemonia cultural européia nas novas terras. Destacando essa contribuição no que tange ao caso da colonização na Índia, Viswanathan (apud ASHCROFT et al., 1999, p. 3) destacou que

[...] administradores coloniais ingleses, provocados por missionários por um lado e temerosos da insubordinação nativa por outro, descobriram um aliado na literatura inglesa para apoiá-los na manutenção do controle dos nativos sob o pretexto de uma educação liberal.

Tais fatos levaram a um mergulho e, conseqüente, absorção da cultura da metrópole, que imprimiu marcas profundas na nascente literatura do colonizado e que se transformaram em alvos de estudo da teoria pós-colonial, que analisaremos em seguida.

### 1.3 PÓS-COLONIALISMO: UM NOVO OLHAR SOBRE A LITERATURA DAS EX-COLÔNIAS

A primeira colônia a se libertar da dominação europeia foi os Estados Unidos, em 1776, portanto, fins do século XVIII. O século seguinte assistiu à libertação de outras nações do continente americano. A seguir, já no século XX, uma nova onda de libertação trouxe a independência para países africanos, asiáticos e caribenhos, tendo as últimas lutas pela independência se desenrolado já na década de 70. É óbvio que durante todo esse período houve uma produção literária em todas essas ex-colônias, no entanto, somente em fins da década de 70, concomitantemente ao fim das últimas lutas pela independência dessas nações, é que surgirá o dilema em torno da falta de instrumental teórico para ler criticamente uma obra escrita numa língua europeia por um autor oriundo de uma cultura não-europeia. Bonnici (2003, p. 209) citou algumas das questões em torno das quais girava essa discussão:

É justo ler essas obras, profundamente inseridas numa cultura não-ocidental, através de parâmetros estruturalistas, pós-estruturalistas, materialistas culturais, ou seja, através de uma abordagem ocidental? Qual é o 'status' dessas literaturas produzidas nas ex-colônias? Se a relação entre a metrópole e a colônia sempre foi tensa, não deveria essa literatura, escrita a partir da invasão colonial até o presente, mostrar as tensões inerentes aos encontros coloniais? Se a literatura da metrópole foi usada para enfatizar a superioridade europeia através da degradação ou aniquilamento da cultura não-europeia, qual é o papel dessas literaturas pós-coloniais?

Buscando respostas para essas indagações, certos críticos passaram a ocupar-se do estudo das influências que o domínio europeu trouxe sobre a cultura dos povos colonizados, como parte de uma tentativa para politizar e chamar a atenção para preocupações com respeito a temas como a literatura da Comunidade Britânica e os estudos a respeito das novas literaturas em inglês, que haviam feito sua primeira aparição em fins dos anos 60. Para denominar esses estudos, eles tomaram de empréstimo dos historiadores a expressão "pós-colonial", que vinha sendo empregada desde o fim da 2ª Guerra Mundial para referir-se ao período histórico que sucedeu à independência desses povos (ASHCROFT et al., 1999, p. 186).

O uso dessa expressão não conseguiu unanimidade, provocando, ainda hoje, muitas controvérsias. Para alguns, por exemplo, o uso do prefixo “pós” indicaria o fim do colonialismo, o que não se verifica na prática, quando se analisa com profundidade o período pós-independência das ex-colônias. Para Aijaz Ahmad, a elasticidade da aplicação desse termo a qualquer tipo de dominação político-cultural, seja no passado, seja no presente, poderia transformá-lo numa coisa transhistórica, que sempre estará ocorrendo em alguma parte da Terra e que, portanto, não terá fim. O raciocínio possui certa lógica, de vez que, conforme já vimos, o colonialismo é um processo antigo, cuja presença já se faz notar entre gregos e romanos. É importante, ressaltar, no entanto, que a teoria pós-colonial direciona suas análises a determinado tipo de colonialismo específico, o europeu, que teve início no século XVI. No entanto, ela não deixa de lançar um olhar sobre as novas formas de controle colonialista que ainda assolam as ex-colônias, ou seja, sobre o neocolonialismo (ASHCROFT et al., 1999, p. 187-188). Outra espécie de questionamento está ligada a certos grupos que “[...] têm como preocupação primária o nacionalismo cultural e econômico e não querem sacrificar a especificidade de suas preocupações ao termo geral ‘pós-colonialismo’” (THOMAS BONNICI, 2000, p. 10). Trata-se, na verdade, de uma tentativa de lançar ao esquecimento o passado de dominação estrangeira. Esquecer esse passado, porém, pode ser perigoso, pois contribui para obscurecer a compreensão de certos fenômenos contemporâneos, que são frutos da influência do período colonial.

Com relação ao instrumental teórico empregado na crítica pós-colonial, Rogel Samuel (2002, p. 140) afirmou que:

A teoria pós-colonial parte de muitas suposições. Não adota um único método ou teoria. Os teóricos pós-coloniais usam uma variedade de métodos ou teorias. Normalmente é a ‘bricolagem’, freqüentemente, apresentada como uma espécie de método positivo, longe das totalizações européias.

Para exemplificar essa hibridação teórica que se faz presente na teoria pós-colonial, Ashcroft et al. (1999, p. 31) chamou a atenção para a importância das análises do estruturalista Tzvetan Todorov e do pós-estruturalista Edward Said para elucidar os encontros dialéticos entre a Europa e o Outro. Por outro lado, análises marxistas que acentuavam a importância da ideologia no processo de formação do sujeito colonial causaram forte impacto nas interpretações literárias e

culturais do pós-colonialismo. Estudiosos como Homi Bhabha, Abdul Jan Mohamed e Gayatri Spivaki utilizaram teorias euro-americanas em seus questionamentos a respeito dos encontros coloniais.

O termo “pós-colonial” pode ser também aplicado à literatura. Nesse caso, uma literatura pós-colonial será aquela produzida em que países, que em determinado período de sua história estiveram sob a dominação européia, do século XVI ao XIX e que são produzidas na língua do colonizador. Assim, literaturas de países tão díspares, como o Brasil, Estados Unidos, Canadá, Índia, Angola e Moçambique são todas pós-coloniais, de vez que nasceram sob o influxo do colonialismo, “[...] afirmando a tensão com o poder imperial e enfatizando suas diferenças dos pressupostos do centro imperial” (ASHCROFT et al. apud BONNICI, 2000, p. 10).

Segundo Ashcroft et al. (1999, p. 16-37), os quatro maiores modelos críticos da literatura pós-colonial são: o nacional ou regional, que enfatiza as feições características de determinadas culturas ou regiões; o modelo racial, que identifica várias características compartilhadas entre várias literaturas nacionais, como, por exemplo, a herança racial africana na literatura produzida pelos negros em qualquer parte da Terra; o comparativo, que confronta as feições lingüísticas, históricas e culturais de duas ou mais literaturas pós-coloniais e, finalmente, um modelo mais amplo que se interessa pelo estudo de aspectos como a participação do sincretismo e do hibridismo como elementos constitutivos da literatura pós-colonial. Por se constituírem mais em suposições dentro da prática crítica do que como escolas de pensamento específicas, esses modelos oferecem a possibilidade de serem operados ao mesmo tempo em qualquer discussão a respeito da escrita pós-colonial.

Dentre os temas que são objetos de discussão no último item, dois serão analisados a seguir, por se tratar de assuntos de importância no desenvolvimento de nosso trabalho: o estudo comparativo entre língua e lugar e colonizador e colonizado.

Em 1965, D.E.S. Maxwell (apud ASHCROFT et al., 1999, p. 24-25) propôs um modelo de classificação das literaturas pós-coloniais no que diz respeito à disjunção entre lugar e linguagem. Através desse modelo, Maxwell pretendia questionar a conveniência do emprego da língua trazida pelo colonizador para descrever a realidade da terra colonizada. Analisando essa questão, o estudioso

levantou a existência de dois grupos. O primeiro grupo seria o da colônia de colonizadores, que abrangia países como os Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia e Austrália. Nessas terras, os colonizadores europeus conquistaram e quase exterminaram as populações nativas, segregando-as em reservas. Em seguida, estabeleceram uma civilização transplantada de feição européia. A língua alienígena preponderou sobre a nativa e continuou a ser empregada após o processo de independência, pois esses colonizadores julgaram-na a mais apropriada para se manifestarem. Se muitas vezes, a língua importada não dava conta do objetivo de descrever algum aspecto da nova terra, o problema não estava nela, mas na terra ou no aspecto a ser descrito. Com o decorrer do tempo, porém, alguns escritores passaram a questionar a conveniência da língua importada para a descrição do ambiente em que viviam.

O segundo grupo era constituído por sociedades invadidas, isto é, populações colonizadas em seu próprio território, como a Índia e a Nigéria, por exemplo. Nesse caso, a população indígena preponderou numericamente sobre a do colonizador. Assim, os escritores nativos não precisaram adaptar-se a um novo ambiente como seus colegas do primeiro grupo. Além disso, eles já possuíam tradições milenares, através das quais poderiam responder à marginalização imposta pela implantação da língua importada. Em certas regiões, o idioma do colonizador predominou sobre o do colonizado, em outras não. De qualquer maneira, a entrada de um novo idioma trouxe “[...] certa ambigüidade ao texto escrito” (BONNICI, 2000, p. 15).

Discutindo essa proposição de Maxwell, Ashcroft et al. (1999, p. 25-27) apontou duas limitações para esse modelo. A primeira era a de que ele não comportaria a totalidade das nações colonizadas, desconsiderando as nações do Caribe. Os habitantes nativos de tais ilhas foram totalmente exterminados e sua ocupação realizada através do deslocamento de imigrantes provenientes da África, da Índia, do Oriente Médio e da Europa, que preservaram fragmentos de suas culturas originais. Assim, nas Índias Ocidentais, estabeleceu-se um mosaico cultural em que o processo de colonização tornou-se mais difícil.

A segunda limitação prendia-se ao fato de que a formulação de Maxwell poderia encorajar a idéia de que uma língua é inapropriada para utilização em local diferente do de sua origem, prejudicando a possibilidade do surgimento de uma escrita diferenciada do colonizado na língua do colonizador.

Outro ponto de discussão nas teorias pós-coloniais diz respeito à relação entre colonizadores e colonizados. Nesta questão, merecem destaque os trabalhos de Frantz Fanon e Albert Memmi.

Albert Memmi nasceu em 1920, em um bairro judeu pobre de Tunis, capital da Tunísia. Posteriormente, estudou numa escola secundária, cuja direção encontrava-se na mão dos colonizadores franceses. Em 1956, mudou-se para a França. O autor sempre fez parte de minorias ou extratos populacionais oprimidos e transformou essa experiência em assunto para a produção de obras literárias, como *Le statue de sel* (1953), *Agar* (1955), *Le scorpion ou la confesion imaginaire* (1969), *Le déserte* (1977), *Le pharaoh* (1988) e a coleção de poemas *Le mirliton du ciel* (1989). No entanto, sua maior contribuição para os estudos pós-coloniais adveio de sua obra sociológica *Portrait du colonisé précédé du portrait du colonisateur*, publicado no ano de 1957.

Nessa obra curta, Memmi realizou uma leitura dicotômica dos comportamentos do colonizador e do colonizado, que “[...] seguindo Sartre, analisa as patologias do relacionamento amo-subalterno, a partir de um olhar existencialista” (BONNICI, 2000, p. 34). Pode-se interpretar a ordem das partes como uma metáfora da situação colonial, em que os interesses do colonizador sempre predominaram sobre os do colonizado. Bonnici (2000, p. 17) descreveu o olhar sartreano, que inspirou o autor tunisiano:

Sartre discursa sobre a construção do ser como sujeito em relação ao outro e, portanto, enfatiza a característica da reciprocidade. Através da percepção do próprio ser-objeto para o Outro deve-se compreender a presença do ser sujeito dele [...]. Essa reciprocidade permite as relações mútuas entre o ser e o outro. Ambos podem voluntariamente ter a função de objeto para o outro.

Na primeira parte, Memmi desmistificou o retrato do colonizador, construído por ele para sua utilização e do colonizado, destacando os verdadeiros objetivos que se escondiam por detrás das viagens colonizadoras, o de enriquecer e obter outras vantagens que não estavam à disposição na metrópole. Ele denunciou ainda o método racista da construção de um discurso negativo a respeito do colonizado, como forma de justificar sua dominação. Na segunda parte, procurou demonstrar como reagia o colonizado diante da tentativa do europeu de lhe impor uma auto-imagem de inferioridade, visando sua objetificação. Destacou que, alguns

colonizados, devido a essa influência, começaram a menosprezar a sua cultura, desejando adquirir a cultura de seu dominador para igualar-se a ele. O colonizador, entretanto, recusava-se a assimilar totalmente o colonizado, isto é, permitir que este viesse a se tornar uma cópia perfeita dele. Memmi (1977, p. 70) utilizou a área religiosa para exemplificar essa recusa. Ele ressaltou o fato de que, ainda que a religião tenha contribuído para a colonização, e tenha sido regamente recompensada por essa colaboração, jamais esteve nos planos do governo colonial permitir que obtivesse sucesso total em seu trabalho de conversão. Com o poder de que dispunha, o governo poderia ter fornecido meios para que ocorresse a conversão de todos os colonizados. Tolerou-se, no entanto, certa resistência a essa tentativa. A motivação dessa tolerância prendia-se ao fato de que, se ela ocorresse seria uma etapa no caminho da assimilação. O colonizado teria, então, os mesmos costumes do colonizador e prosseguindo em sua caminhada poderia vir a adquirir uma semelhança total com o último. Com base nessa semelhança, cairiam por terra os argumentos da suposta superioridade européia e o colonizado passaria, naturalmente, a questionar o poder do colonizador. Ao constatar a impossibilidade de igualar-se ao colonizador, ao colonizado desiludido restaria somente a revolta como saída para recuperar sua dignidade: “[...] a mesma paixão que o fazia admirar e absorver a Europa, o levará a afirmar suas diferenças, afinal de contas, constituem propriamente sua essência” (MEMMI, 1977, p. 115).

Analisando criticamente a visão do colonialismo apresentada no *Portrait*, Bonnici (loc. cit.) avaliou que Memmi concebia a existência de um projeto colonialista, responsável pela situação doentia em que se vêem lançados tanto o colonizador como o colonizado. Para ele, as conclusões do tunisiano, estão imbuídas de um sentimento de fracasso, conforme se pode depreender dessas declarações: “Desejávamos apenas que ela reconhecesse os nossos direitos [...], em suma, uma simples ‘acomodação’ da nossa situação e relações com a Europa. [...] descobrimos lentamente [...] que tal esperança era ilusória” (MEMMI, 1977, p.121). A reação inicial do colonizado estaria, assim, ligada a uma espera, a espera de que o colonizador reconhecesse a necessidade de rever a situação e remediá-la. Com o tempo, porém, nasceria a desilusão. Ato contínuo, o nativo deveria tomar medidas para reagir contra a dominação injusta do sistema colonial, segundo a opinião de Memmi. As reações sugeridas, porém, revestiam-se de brandura e de uma quase ingenuidade. Mesmo quando avançou sua proposta para a de uma

revolta, ela não demonstrava ter acuidade e profundidade como as medidas propostas por Fanon em obra publicada mais tarde e que analisaremos a seguir.

Frantz Fanon nasceu na colônia francesa da Martinica, em 1925. Diplomou-se em medicina na França, especializando-se em psiquiatria. Anos depois, transferiu-se para um hospital na Argélia, ocasião em que decidiu tomar o lado dos argelinos. Empregando material oriundo de suas observações sobre o sistema colonial e a guerra que contra ele se travava em terras argelinas, publicou em 1961, *Les damnés de la terre*.

A dicotomia colonizado/colonizador também marcou presença na obra de Fanon tal qual na de Memmi. Essa divisão, entretanto, não transpareceu de forma visível, como se pode constatar na obra do segundo. A análise dessa dicotomia assentava-se numa formulação maniqueísta, tal qual se verificou em obras teóricas colonialistas, invertendo, no entanto, os sujeitos a quem se aplicavam os conceitos positivos e negativos. Bonnici (2000, p. 34) detectou nessa obra uma possível influência de *História e consciência de classe*, de G. Lukács, publicado em 1923 e cuja tradução para o francês deu-se apenas em 1960. Comentando sobre as idéias lukatianas, ela destacou que:

Para Lukács, o capitalismo produz a fragmentação e a reificação, em que o ser humano se torna mercadoria e o trabalho alienado do próprio produtor [...]. Essa separação entre a consciência subjetiva e o mundo dos objetos pode ser superada por um ato de vontade pelo qual a totalidade e a síntese, a comunidade e a reconciliação fecham o abismo entre os dois pólos. Destrói-se, portanto, a reificação sujeito-objeto.

Com base neste esquema lukatiano, Fanon sugeriu uma solução para a questão da objetificação do sujeito, que já havia sido levantada por Memmi em sua obra. Sua solução passava pelo emprego da violência. Se o colonizador empregava a força para destruir quaisquer sonhos de liberdade do colonizado, o único meio de obter a liberdade era através do uso da mesma força em sentido contrário. Poder-se-ia pensar aqui num jogo de cabo de guerra, em que os dois lados empregam suas forças e que aquele que empregá-la em maior quantidade sairá vencedor. O colonizado só sairia vencedor em sua luta com seu dominador se empregasse a violência em grau maior do que esse.

Tanto Fannon quanto Memmi concordavam que qualquer texto produzido num ambiente de colonização conteria marcas profundas das regras

impostas pelo poder dominante. Um texto sem essas marcas só seria possível através da descolonização, que analisaremos no subtítulo abaixo.

#### **1.4 DESCOLONIZAÇÃO: A LIBERDADE ATRAVÉS DA PALAVRA**

O prefixo “des” indica negação, ação contrária, separação ou afastamento. Dessa forma, a descolonização implica numa ação contrária ou de negação dos valores implantados pelo colonialismo. Esta não é uma operação fácil, de vez que os traços do colonialismo, muitas vezes, encontram-se muito bem camuflados, sendo necessário, inicialmente, desmascará-los, para, posteriormente, eliminá-los.

Quantos aos métodos a ser empregados nessa luta, as opiniões variavam bastante. Para Fanon, o intelectual nativo desempenharia importante papel nesse processo, ajudando a despertar no povo a consciência da necessidade da luta pela liberdade. Para que isso ocorresse, no entanto, inicialmente, ele próprio deveria conscientizar-se disso. Para atingir esse ponto, o intelectual atravessaria três fases:

Na primeira fase, o intelectual nativo dá prova de que assimilou a cultura do poder ocupante. Seus escritos correspondem ponto por ponto à de seus contrários no país mãe. Sua inspiração é européia e ele pode facilmente ligar o seu trabalho às tendências definidas na literatura do país mãe. [...] Na segunda fase, [...] ele decide recordar-se do que é. [...] Mas desde que o nativo não é parte de seu povo, desde que ele tem somente relações exteriores com seu povo, ele se contenta em recordar sua vida somente. Acontecimentos passados [...] de sua infância serão puxados para fora da profundidade de sua memória; velhas lendas serão relidas à luz de um esteticismo emprestado e de uma concepção descoberta debaixo de outros céus. [...] Algumas vezes, essa literatura é dominada pelo humor e pela alegoria [...]. [...] Finalmente, na terceira fase, que é chamada fase de luta, o nativo [...] torna-se o despertador do povo; daí vem uma literatura de luta, uma literatura revolucionária e uma literatura nacional (FANON, 1990, p. 178-179).

Ngugi e Huggan concordaram com Fanon quanto a que a descolonização envolve um retorno à cultura indígena. Para os dois autores, esse retorno anularia todos os malefícios causados à cultura nativa pelo colonialismo. Outros estudiosos, como Williams, Spivak e Bhabha, no entanto, divergiram desse posicionamento, afirmando que “[...] a cultura híbrida e sincrética dos povos pós-

coloniais é fator positivo e uma vantagem da qual recebe a sua identidade e força” (BONNICI, 2000, p. 21). No rastro dessa divergência, discutiu-se, ainda, o emprego ou não da língua do colonizador na literatura pós-colonial. Ngugi (apud BONNICI, 2000, p. 219) negou-se a aceitá-la, utilizando como argumento a seguinte comparação: “Qual é a diferença entre um político que afirma que a África não se desenvolve sem o imperialismo e o escritor que afirma que a África necessita de outras línguas”. Divergindo desse pensamento, Achebe (apud BONNICI, 2000, p. 219) afirmou que: “O escritor deve ser capaz de moldar a língua do colonizador para que se possa transmitir a sua experiência específica”. Opinando sobre a questão do retorno à cultura pré-colonial, Bonnici (2000, p. 22) assinalou que: “A cultura eurocêntrica é tão profunda que a produção de um romance em língua indígena ainda constitui um texto culturalmente sincrético”. Portanto, avaliar que uma volta pura e simples à cultura ancestral resultaria no apagamento dos efeitos da colonização é mera ilusão. O que está em jogo, na verdade, é assumir publicamente se essa influência existe ou não.

Um dos enganos recorrentes no que concerne à descolonização é imaginar que ela ocorra simultaneamente ao processo de independência da ex-colônia (BONNICI, 2000, p. 218). Memmi (1977, p. 126) reconheceu esse engano, destacando que o fim da estrutura material do colonialismo não implicava na eliminação da dominação por ele exercida. A recuperação da liberdade total estava atrelada à recuperação do domínio do colonizado sobre si mesmo. Fanon (1990, p. 143) também alertou para a possibilidade de continuação da opressiva dominação colonialista:

Agora, nas colônias, as condições econômicas são condições de uma burguesia estrangeira. Através de seus agentes, é a burguesia do país-mãe que se encontra presente nas cidades coloniais. A burguesia nas colônias é, depois da independência, uma burguesia ocidental, um verdadeiro ramo da burguesia do país-mãe, que deriva sua legitimidade, sua força e sua estabilidade da burguesia da terra natal. [...] Um permanente desejo de identificação com a burguesia representativa do país-mãe pode ser encontrada entre os comerciantes e intelectuais nativos.

Na mesma linha de Fanon, Casanova (2002, p. 83-84) asseverou que a independência assinalava apenas uma mudança de dominadores, com a saída dos estrangeiros e a entrada da elite nativa. Com isso, desapareceriam

apenas os problemas decorrentes da dominação estrangeira, mas a opressão tornar-se-ia ainda mais intolerável. Se o europeu julgava-se no direito de governar devido ao fato de fazer parte de uma civilização mais “adiantada”, as classes altas pressupunham ter um “direito divino” para mandar, devido ao fato de serem mais educadas. Hoselitz (apud CASANOVA, 2002, p. 84) alertou que essas classes, dentre as quais se pode incluir “[...] vários intelectuais do governo, estão preparadas para manipular as massas desamparadas de uma forma semelhante à que os senhores estrangeiros empregavam, cujo domínio, elas destruíram”. Esses assimilados recusavam-se, muitas vezes, a rejeitar a cultura importada, pois adotá-la significava, simbolicamente, assumir uma postura de superioridade ante o povo comum. De forma que, a independência marcava meramente um corte de laços formais com o poder colonial, que continuava a exercitar sua dominação de forma indireta através de um “testa de ferro”, a elite nativa que se colocava sob seu comando. Diante deste cenário de *neoliberalismo*, que perdura até hoje, é necessário manter-se constante vigilância contra tais formas contemporâneas de colonização. A luta, portanto, é longa e árdua, especialmente nas colônias de colonizadores, onde a predominância cultural branca dificulta o corte dos laços com a Europa (BONNICI, 2000, p. 219).

Com relação ao papel desempenhado pelos intelectuais no que se refere ao processo de descolonização, Bonnici (2000, p. 220) opinou que:

No caso da literatura, parece que a tarefa dos escritores oriundos das sociedades pós-coloniais consiste em teorizar extensivamente a problemática do poder e do estado pós-independência. A literatura descolonizada passa a ser polifônica em lugar de monocêntrica, híbrida no lugar de pura, carnavalesca em lugar de persuasiva. Caracteriza-se pela narrativa fragmentária, pelos incidentes duplicantes, pelos comentários metaficcionalis, pela cronologia interrompida, pelos gêneros mistos.

## **1.5 ESTRATÉGIAS DE DESCOLONIZAÇÃO: ALGUMAS SUGESTÕES**

Conforme pode ser observado no subtítulo acima, as estratégias de descolonização são variadas. Nessa consideração, trataremos, a título de exemplificação, da ab-rogação e apropriação e da reescrita, que dizem respeito à

atividade do escritor, e do questionamento do cânone literário e da releitura, que se referem ao trabalho do crítico ou pesquisador de estudos literários.

A ab-rogação e a apropriação são estratégias de descolonização empregadas quanto à utilização da língua do colonizador. A ab-rogação envolve uma negação, que elege como seu alvo tudo o que está relacionado à “[...] cultura imperial, [...] sua estética, [...] seu padrão normativo e de uso correto, bem como [...] sua exigência de fixar o significado das palavras. É um momento de descolonização do idioma europeu” (BONNICI, 2000, p. 19). Assim, permanece o idioma, mas sai de cena sua utilização normatizada pela metrópole, que é substituída pelo modelo de uso da cultura marginalizada. Essa substituição vem a ser a apropriação. Ela pode ser efetuada através do emprego de palavras com formas variadas em relação ao original ou com significado destoante desse, alteração da estrutura sintática das orações e assim por diante. Essa troca do idioma castiço por sua versão popular gera, muitas vezes, um sério dilema para os escritores que podem sentir-se divididos entre os dois modelos.

Com relação ao questionamento do cânone, o primeiro ponto a aclarar é determinar que critério é empregado para a constituição canônica. Houve tempo em que o critério estético reinava absoluto. É óbvio, que a determinação do que poderia ser considerado estético ou não estava na mão das sociedades dominantes e somente as obras que atendiam a seus interesses eram consideradas “estéticas” (MAX DORSINVILLE apud BONNICI, 2000, p. 20). Diante disso, obras literárias de indígenas, escravos ou de escritores originários de ex-colônias em posição subalterna no contexto político mundial ou de dependência em relação a outras literaturas eram sumariamente desconsideradas. A única possibilidade de uma literatura pós-colonial entrar para o cânone residia numa mudança na situação política do país de periférico para a dominante. Um exemplo dessa mudança pode ser verificado no que diz respeito à literatura norte-americana. Considerada tributária até o século XIX, essa literatura só conseguiu colocar suas obras no cânone a partir do momento em que a nação passou a desempenhar um papel dominante no jogo político e econômico mundial. Ato contínuo, ela passou, então, a exercer grande influência em outras literaturas.

É verdade que essa situação está passando por uma transformação na época atual, quando já se admitem algumas obras pós-coloniais no cânone. Restam, no entanto, indagações sobre a razão por que certas obras, em

determinados períodos históricos, foram escolhidas para fazer parte do “panteão” canônico. Um estudo desse tipo pode desmascarar os interesses de dominação ideológica colonial que se escondem por trás dessas escolhas.

A reescrita, conforme indica o seu prefixo “re”, refere-se a uma nova escrita paródica de textos canônicos que tratam da dominação colonial, efetuada por um escritor nativo, em que a voz dominante do colonizador é substituída pela do colonizado. Para Bonnici (2000, p. 218), a reescrita possui quatro finalidades: a substituição de textos, a conscientização das instituições acadêmicas, a formulação de uma nova listagem da hierarquia dos textos e a reconstrução através da leitura alternativa dos textos canônicos.

O exemplo abaixo auxilia a compreensão dessa estratégia. Em *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, a personagem principal, um naufrago inglês, narra a história de seu esforço para sobreviver numa ilha ao lado de um nativo que nela encontra e a quem dá o nome de Sexta-Feira. O relacionamento entre eles é marcadamente de subordinação do segundo em relação ao primeiro. Aliás, a obra destaca como Crusoe ensina noções de “civilidade” ao recém-encontrado. O romance representa metaforicamente a relação entre colonizador (Crusoe) e colonizado (Sexta-Feira), enaltecendo a missão civilizatória do primeiro. Como resposta a essa leitura, o sul-africano J.M. Coetzee escreveu *Foe* (1986). Nessa obra, uma mulher, Susan Barton, narra as aventuras de Robinson Crusoe numa ilha deserta em companhia de um escravo negro de língua cortada, Friday, a um escritor inglês, Daniel Foe. As informações narradas são prestadas por Friday, que, ao contrário, do Sexta-Feira original não mostra um comportamento acomodado, mas demonstra seu inconformismo ante a situação de sofrimento e opressão em que se encontra. Por detrás de tais elementos, está o desejo de Coetzee de demonstrar a “[...] impossibilidade de o escritor branco mediar a escrita negra e sobre o modo alternativo de expressão que precisa ser encontrado pelos povos outrora subjugados pela escravidão e pela colonização” (BONNICI, 2000, p. 42 e 43). Se o primeiro texto chama a atenção para a missão civilizatória exercida pelos europeus em relação a outros povos, o segundo destaca a crueldade no tratamento aos nativos que se esconde sob esse aparentemente nobre pretexto.

Finalmente, a releitura consiste em uma nova leitura de textos, quer das literaturas pós-coloniais, quer das metropolitanas, buscando encontrar traços de influência colonialista que se fazem presentes na obra. Bonnici (2000, p. 219) nos

apresenta um exemplo da utilização dessa estratégia na análise da obra *A tempestade*, de Shakespeare. O autor destaca como até 1960, a personagem Próspero, um duque e mago, era analisado como um homem de boa índole, que havia sido vítima das maquinações maléficas de seu irmão. Essa visão sofre, no entanto, uma reviravolta quando essa personagem passa pelo crivo de uma leitura pós-colonial. Por exemplo, seus tratos com Calibã, um nativo da ilha onde vai morar após seu exílio, revelam-no como um usurpador que se apodera das terras do indígena, depois de seduzi-lo. Essa mudança de ponto de vista acerca dessa personagem pode ser verificada também quando se analisa seu relacionamento com sua filha Miranda e seu genro Ferdinand. Por detrás do relacionamento de Próspero e Calibã, pode-se vislumbrar os métodos empregados pelas nações colonialistas para escravizar os povos nativos, primeiro, a sedução e, posteriormente, a escravização.

## **1.6 A TEORIA PÓS-COLONIAL E A LITERATURA BRASILEIRA**

As literaturas pós-coloniais de língua inglesa têm sido alvo constante de estudos com base na teoria pós-colonial. O mesmo, no entanto, não se pode dizer com respeito à literatura brasileira. Salvo raríssimas exceções, como a de Silvano Santiago, em textos como “O entre-lugar do discurso latino-americano”, de sua obra *Uma literatura nos trópicos*, e “Apesar de dependente, universal”, parte do livro *Vale quanto pesa* e do já mencionado Thomas Bonnici, poucos estudiosos têm tratado de temas relacionados à situação pós-colonial de nossa literatura. Seria interessante analisar nossas obras literárias sob esse prisma para verificarmos a evolução histórica de nossa intelectualidade em relação à influência estrangeira. É essa análise sintética que realizaremos a seguir, utilizando como base a periodização histórica, tradicional no ensino de Literatura Brasileira, empregando, porém, o critério de evolução histórica das literaturas das ex-colônias, proposta pela teoria pós-colonial. Com base na diferenciação progressiva das literaturas pós-coloniais em relação às das metrópoles, Ashcroft et al. (1999, p. 5-6) propôs uma divisão das literaturas pós-coloniais em três etapas. A primeira etapa envolveria os escritos produzidos durante o período colonial. Esses textos foram produzidos na

língua do colonizador e seus autores faziam parte de uma elite literária que se identificava com o poder dominante. Em geral, esses autores eram representantes do poder colonial ou colonos de boa família, viajantes e aventureiros, administradores ou soldados. A temática desses escritos girava em torno de descrições da paisagem, dos costumes e linguagem da colônia. Tais obras, como era de se esperar, valorizavam aquilo que provinha da metrópole, em detrimento do que havia na colônia. A voz que se fazia ouvir era a do colonizador. Nessa etapa poderiam ser enquadradas, entre outras, a carta referente ao descobrimento, escrita por Pero Vaz de Caminha; os escritos de outros exploradores portugueses, como Pero de Magalhães Gândavo; as obras de religiosos, como as do Padre José de Anchieta, do Padre Fernão Cardim e do Padre Antônio Vieira; bem como as obras de viajantes estrangeiros, como Hans Staden e Jean de Léry. Essas obras não têm sido objeto de muitas análises dentro do campo de nossos estudos literários. Elas são classificadas, em geral, como de pouco valor literário e maior valor informativo. A importância de se analisar tais textos residiria no fato de levantar que tipo de visão do colonizado eles apresentavam aos olhos dos demais europeus. Se tomarmos, por exemplo, a carta de Caminha, verificaremos como esse autor descreveu os índios como espécie de “tabula rasa”, cuja mente vazia estava pronta para receber os ensinamentos salvadores do catolicismo (SANTIAGO, 1982, p. 177). Por outro lado, o escrivão português não deixou de mencionar as riquezas da terra. Essa constatação ajuda a compreender quais eram os objetivos dos portugueses ao desembarcar em terras brasileiras: divulgar o catolicismo e explorar economicamente seus recursos naturais. Outro testemunho interessante a se observar nesse período seria o do jesuíta José de Anchieta e seu trabalho de catequese dos indígenas através dos autos. No auto *A festa de São Lourenço*, por exemplo, Anchieta emprega elementos da cultura indígena associados a outros de extrato cristão, para explicar sua fé aos índios – os maus espíritos indígenas são assemelhados aos demônios. A peça narra uma luta entre santos e demônios, vencida pelos primeiros. Por detrás da aparentemente bondosa tentativa de Anchieta de ensinar a doutrina cristã, civilizando-os, uma releitura pós-colonial revelaria, entretanto, detalhes tais como a “[...] demonização e a zoomorformização dos índios, as quais revelam o maniqueísmo (ou binarismo) de Anchieta, a objetificação dos nativos, o vilipêndio de sua cultura, a superioridade da civilização européia” (BONNICI, 2000, p. 216). Esses detalhes não podem, no entanto, ser

apreendidos numa leitura estética tradicional. Já o Padre Antônio Vieira encontra-se numa situação *sui generis*. Senão, vejamos, tratou-se de um religioso estrangeiro que escreveu sobre a nova terra. Assim, sua obra poderia, aparentemente, ser classificada como pertencente ao agrupamento que citamos anteriormente. Há, no entanto, detalhes que o fazem fugir um pouco das características desse grupo. Comentando a respeito de sua produção literária, Bonnici constata que:

‘Os Sermões’ de Antônio Vieira [...] aparentemente constituem o paradigma da contestação pós-colonialista: o inferno vivido pelos escravos, os ladrões do reino, os peixes grandes que comem os peixes pequenos. Vieira, porém, é o homem preparado pela metrópole para explicitar o projeto colonial. A manutenção do estatuto colonial depende exclusivamente da pobreza, da subjugação, do sofrimento e da espoliação do nativo e de sua terra (BONNICI, 2000, p. 269).

Duas características diferenciam Vieira do grupo de escritos de homens ligados ao poder colonial. O primeiro é que Vieira não se preocupou em descrever detalhes exóticos da terra ou sua riqueza, sua preocupação centrou-se nas relações humanas, tratando, muitas vezes, da relação entre colonizados e colonizadores. O segundo ponto é que, ao contrário de Anchieta, não está inteiramente ocupado em explicitar o projeto colonial, que muitas vezes tornou-se alvo de suas críticas. Um exemplo desse tipo de crítica é o *Sermão da Epifania*, pregado na capela real no ano de 1662, que teve por ouvinte a rainha viúva Luísa, que atuou como regente durante a menoridade de Afonso VI, em que o pregador condenava a escravização de indígenas catequizados pelos missionários católicos.

Inicialmente, Vieira empregou as “razões da natureza” para justificar a igualdade de todos os povos:

As nações, umas são mais brancas, outras mais pretas, porque umas estão mais vizinhas, outras mais remotas do sol. E pode haver maior inconsideração do entendimento, nem maior erro do juízo entre os homens, que cuidar eu que hei-de ser vosso senhor, porque nasci mais longe do sol, e que vós haveis de ser meu escravo, porque nascestes mais perto?! (apud BOSI, 1992, p. 135).

Se não existia uma argumentação natural que justifique a desigualdade entre os povos, também não havia uma religiosa. Neste ponto, socorreu-se o religioso da Bíblia: rezava o Livro Sagrado que um dos reis magos, Belchior, tinha a pele negra e os outros dois, branca. E, no entanto, todos foram

salvos das mãos de Herodes (BOSI, 1992, p.135). Essa atitude indicava que: [...] entre cristão e cristão não [...] há diferença de nobreza porque todos são filhos de Deus; nem há diferença de cor porque todos são brancos (apud BOSI, 1992, p.135). Empregou-se a cor branca como símbolo da limpeza espiritual, que usufruem todos aqueles que abraçam a doutrina de Cristo.

O leitor dessas sentenças poderia presumir que, logo em seguida, o jesuíta proporia a extinção pura e simples da escravização de indígenas, mas isso não ocorreu:

Não é minha tenção que não haja escravos, antes procurei nesta corte, como é notório e se pode ver de minha proposta, que se fizesse, como se fez, uma junta dos maiores letrados sobre este ponto, e se declarasse, como se declararam por lei (que lá está registrada) as causas do cativo lícito (apud BOSI, 1992, p. 138).

Esse posicionamento aparentemente incoerente à primeira vista é plenamente compreensível quando ponderamos que a defesa da libertação total dos nativos contrariaria os interesses coloniais e colocaria em risco a sobrevivência dos religiosos dentro desse sistema.

A solução para o impasse entre o desejo de libertar os índios e a necessidade de não contrariar os interesses dos colonos situava-se no meio termo. Essa proposta conciliatória veio a público no *Sermão da Primeira Domingo da Quaresma*, pregado no Maranhão. A proposta dividia os índios maranhenses em três tipos. O primeiro abrangia aqueles que serviam de forma direta aos colonos. Como estes haviam sido obtidos por má-fé, tinham o direito de escolher entre a liberdade ou a continuação no serviço que prestavam a seus amos. No caso de optarem pela primeira alternativa, deveriam mudar-se para as missões jesuíticas apoiadas pela coroa. Os indígenas que residiam nessas missões formavam o segundo tipo. Estes já eram livres e sua situação não mudaria. O último grupo era constituído pelos que viviam no sertão. Desse agrupamento, só poderiam ser escravizados aqueles que estivessem prisioneiros de tribos inimigas e na iminência de perderem sua vida.

Concedia-se ainda a retirada do sertão dos índios vendidos como escravos por seus inimigos, capturados em uma “guerra justa”, arbitrada pelo governador do estado, o ouvidor-geral, o vigário do Maranhão ou Pará e os prelados Carmelitas, Franciscanos, Mercedários e da Companhia de Jesus. Os julgados cativos em “guerra justa” teriam como destino a escravidão e os demais, as

reduções jesuíticas. Quanto aos últimos, a proposta era que vivessem durante metade do ano nessas aldeias, tratando da lavoura e da família (BOSI, 1992., p.141-142).

A exemplificação acima explicita a existência de certa contestação ao regime colonial nos escritos de Vieira. O autor, porém, não a levou ao extremo, tomando cuidado para não criar zonas de atrito com o regime, que pudessem causar-lhe dificuldades. Ao invés disso, preferiu negociar, pretendendo obter avanços dentro da estrutura colonialista.

O segundo estágio corresponderia à literatura produzida sob licença colonial por nativos, por exemplo, os indianos de classe alta ou os missionários africanos, para os quais se forneceu a linguagem, educação e leitura necessária à produção de suas obras. A origem de tais privilegiados foi assim descrita por Bhabha (1998, p. 132):

A extravagância absurda da 'Minuta' de Macaulay (1835) – profundamente influenciada pelas 'Observações' de Charles Grant – elabora uma farsa do aprendizado oriental até se deparar com o desafio de conceber um súdito imperial 'reformado'. [...] Macaulay não consegue conceber senão 'uma classe de intérpretes entre nós e os milhões que governamos – uma classe de pessoas que são indianas em sangue e cor, mas inglesas em gosto, opiniões, moral e intelecto' – em outras palavras, um imitador educado 'por nossa Escola Inglesa', como escreveu um educador missionário em 1919 [...].

Embora muitos dos temas abordados por tais autores tivessem enorme potencial de subversão, tais como a brutalidade do sistema, a capacidade histórica de suplantar e denegrir a cultura indígena ou a existência de uma rica herança cultural mais velha e mais ampla que a européia, não puderam dar a devida atenção a tais contingências, pois o discurso disponível e as condições materiais para a produção literária serviam como freio para impedir quaisquer manifestações nesse sentido. Nesse período, a literatura encontrava-se sob regulamentação colonial, que determinava as formas aceitáveis e controlava a publicação e distribuição das obras literárias. Logo, o autor via-se diante de um discurso e de uma prática institucional que limitava qualquer tipo de afirmação sob uma perspectiva diferente da estabelecida. Ou aceitava as regras ou restava-lhe, automaticamente, a condenação ao emudecimento, eis a escolha com a qual se confrontavam os literatos dessa fase. No corpo nativo, fazia-se ouvir uma voz que imitava a do

colonizador. Dentro desse modelo, se enquadrariam perfeitamente obras como a *Prosopopéia* de Bento Teixeira e *O Uruguai*, de Basílio da Gama. Ambas faziam referências ao nativo colonizado, mas falseavam a imagem do colonizador, enaltecendo seu suposto heroísmo.

Por fim, a terceira etapa principiaria com uma certa diferenciação em relação aos textos metropolitanos, até a ocorrência de uma ruptura mais forte. Algumas marcas de “brasilidade” podem ser verificadas em textos de Basílio da Gama, Santa Rita Durão, Cláudio Manuel da Costa, alguns poetas românticos e José de Alencar (BONNICI, 2000, p. 215). Em *Iracema*, por exemplo, obra escrita no período logo posterior a nossa independência, José de Alencar buscou o emprego de uma linguagem diferenciada da portuguesa, lançando mão inclusive de termos indígenas. Essa forma de empregar a língua portuguesa poderia ser lida como uma tentativa de ab-rogação e apropriação, ainda que se tratando de uma tentativa superficial de liberação. A partir da fase pós-republicana, certos escritores como Lima Barreto e Monteiro Lobato passaram a buscar uma forma autenticamente nacional de produzir literatura. Nessa procura, trilharam caminhos diferentes: o primeiro elegeu como personagem principal de sua obra o habitante dos subúrbios cariocas, enquanto que o segundo voltou-se, principalmente, para o homem do campo. Em dois campos, pode-se afirmar que o escritor carioca avançou mais que o paulista. A primeira diferença torna-se nítida, quando examinamos o seguinte comentário acerca da obra de Lobato, realizado por Lígia Chiappini Moraes Leite (1994, p. 695). Após apontar a percepção que o autor possuía do dilaceramento existente entre o olhar dos homens cultos e as coisas da terra, que gerava um prisma que desnaturava a realidade, Leite indicou certos defeitos, que se apresentavam em seus escritos:

[...] o ranço camiliano que a crítica lhe apontou um dia, o descritivismo, as imagens rebuscadas, o gosto do ornamento, típicos de uma literatura que ainda se concebe como ‘sorriso da sociedade’, correspondendo a ‘ideais estilísticos’, não digo ‘inegavelmente ultrapassados’, mas, pelo menos, visivelmente envelhecidos.

Ao contrário de Lobato, Lima Barreto votou grande desprezo ao estilo ornamental enaltecido pela sociedade burguesa em que vivia, lutando para afastar-se dele e obter uma forma de escrita que o aproximasse mais do cidadão comum, como veremos em maiores detalhes mais adiante.

O segundo ponto que diferenciava os dois escritores era o tratamento dispensado às personagens de extração popular. Se por um lado, Monteiro Lobato costumava, às vezes, aplicar a elas o velho estereótipo de ignorância, como é visível, por exemplo, na personagem Tia Nastácia; de outro, Lima conferia a essas personagens grande dignidade humana, buscando livrá-las das velhas máscaras que lhes eram impingidas pela sociedade de seu tempo, como a de elegê-las como objeto de riso e escárnio.

Posteriormente, o movimento modernista de 1922 com sua releitura de nossas tradições e a liberdade no emprego da língua afrouxará as amarras que nos prendiam à influência francesa e portuguesa.

## 2 LIMA BARRETO: UM DISSIDENTE NA REPÚBLICA DAS LETRAS

### 2.1 ENTRE O “SORRISO DA SOCIEDADE” E A MILITÂNCIA: A LITERATURA BRASILEIRA NA *BELLE ÉPOQUE*

Para os intelectuais, a Proclamação da República parecia significar a realização de um sonho, que haviam acalentado e para cuja concretização haviam contribuído como valorosos militantes políticos. Agora sim a nação possuía um instrumento à altura para promover seu progresso material e cultural, igualando-a as nações européias. No caminho para essas reformas, esperavam que se abrisse um espaço maior de participação política. Dessa forma, inicialmente, apoiaram entusiasticamente o novo governo. Essa postura, entretanto, se transmutou em decepção graças aos rumos tomados pelo regime recém instalado. As mudanças tão sonhadas não vieram. Em seu lugar, observava-se uma disputa feroz por cargos e mordomias, além de crassa corrupção. Diante desse quadro, a desilusão tomou conta da maioria dos intelectuais, que passaram à oposição, durante o governo Floriano, tornando-se alvo de feroz perseguição política, que os empurrou para uma posição social marginalizada, em que enfrentaram sérias dificuldades econômicas.

Essa situação sofreu, no entanto, uma reviravolta, relacionada aos desdobramentos advindos da solução de duas graves crises que acometeram o país nos primeiros anos da República: a política e a econômica.

No campo político, verificava-se uma luta intestina pelo poder entre a tendência republicana conservadora, reforçada pela adesão maciça de ex-monarquistas, e a tendência radical, ligada ao positivismo e que encontrava forte aceitação entre os militares. Além disso, partidários do antigo regime monárquico ainda davam sinal de vida. Na área econômica, o Encilhamento e as operações especulativas que se seguiram a ele resultaram no empobrecimento de tradicionais membros da velha elite e no enriquecimento de arrivistas, que se lançavam com afã às operações e negociatas escusas. José Murilo de Carvalho (1987, p. 20) auxilia-nos a verificar quem eram os participantes desse jogo financeiro:

Segundo um jornal da época, ‘todos jogaram, o negociante, o médico, o jurista, o funcionário público, o corretor, o zangão; com pouco pecúlio próprio, com muito pecúlio alheio, com as diferenças do ágio, e quase todos com a caução dos próprios instrumentos do jogo’. Falta acrescentar à lista de especuladores os fazendeiros do estado do Rio de Janeiro, que afluíram à capital para jogar na especulação o dinheiro dos empréstimos.

O Encilhamento gerou como consequência um aumento da inflação e dos preços dos produtos importados, que constituíam a maioria dos consumidos no Brasil, graças ao aumento da demanda que se verificou entre os novos ricos. O encarecimento dessas mercadorias continuou nos anos a seguir, como resultado da queda do câmbio. Para piorar, na metade do século XIX, o preço do café, nosso principal produto econômico, estava em queda, o que ocasionou deflação e recessão econômica. Além disso, registrava-se muita dificuldade em administrar nossa dívida externa.

Na refrega política entre republicanos, a vitória coube aos moderados, vindo a instaurar-se a República dos Conselheiros, assim denominada por contar com a participação de políticos egressos do antigo regime monárquico, como Rui Barbosa, Rodrigues Alves e o Barão do Rio Branco, dentre outros. A eles associar-se-iam os novos-ricos, que haviam saído vencedores na crise econômica. Esses se apoderaram, então, dos cargos de poder decisório no governo. “[...] essa minoria [...] teria no Estado sua principal área de manobra” (ROBERTO MOURA, 1983, p. 11). São eles que “[...] irão dar o tom geral à ordem que se criava, marcando o novo sistema de governo com o timbre definitivo do arrivismo sôfrego e incontido” (NICOLAU SEVCENKO, 1995, p. 26).

Os novos donos do poder constataram logo duas necessidades: obter um novo arranjo de poder que lhes garantisse estabilidade política, em face das agitações que se verificavam em todo o país, inclusive na Capital Federal, e resolver a grave crise econômica que pairava sobre o país.

Para o primeiro problema, o presidente Campos Sales, em 1900, buscou como solução uma aliança com as oligarquias estaduais. O governo federal legitimava os diplomas dos deputados eleitos pelos mandatários políticos dos estados em troca do apoio destes ao poder central. Esse acordo permitiria ao Presidente “[...] governar o país por cima do tumulto das multidões agitadas da capital” (CARVALHO, 1987, p. 33). Quanto à crise econômica, Sales renegociou a

dívida externa, com pagamento para longo prazo, além de taxar fortemente os bens de consumo.

Essa nova situação de estabilidade política e econômica abriu perspectivas risonhas para a nova elite dominante, que, agora, no governo de Rodrigues Alves (1902-1906), vislumbrava a possibilidade de realizar as modificações que possibilitassem ao país atingir o progresso, que, na sua opinião, só viria através de “[...] uma sociedade atualizada de acordo com os padrões europeus” (FIGUEIREDO, 1995, p. 28). Para isso, fazia-se necessária a “regeneração” das velhas estruturas concretas e simbólicas oriundas do Império. Tratava-se da necessidade de uma remodelação tanto do ponto de vista espacial, quanto cultural e social. Por detrás desse apelo ao progresso, residia além do desejo de adaptar as estruturas existentes para o usufruto da nova burguesia, o de criar uma imagem de modernidade que causasse impressão favorável aos estrangeiros que desembarcassem na cidade.

A síntese dessas transformações nos é apresentada por Sevcenko (FIGUEIREDO, 1995, p. 30):

Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose [...]: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.

Conforme se pode observar, o velho estava ligado aos estratos populares, compostos de pobres, mestiços e negros. Assim, a seresta, o violão, a boemia, o carnaval, a Festa da Penha, o candomblé, dentro outros, tornaram-se alvos de campanhas sistemáticas de condenação via órgãos de imprensa e alguns deles também de repressão policial. Por outro lado, raciocinava-se que, “[...] uma cidade civilizada [...] seria uma cidade higiênica” (MOURA, 1983, p. 31). Desse pensamento resultou a destruição de casarões coloniais, cortiços, restaurantes populares e pensões baratas da área central no famoso “bota abaixo”, promovido pelo prefeito Pereira Passos, no ano de 1904. Os expulsos ou dirigiram-se para os subúrbios distantes do centro ou permaneceram na área central, habitando nas favelas, localizadas nos morros. No lugar das edificações demolidas, surgiram largas

e arborizadas avenidas enfeitadas por edifícios de moderno traçado arquitetônico, que ditavam o tom da nova imagem do Rio, baseada no modelo da Paris reformada pelo prefeito Haussman, durante o reinado de Napoleão III, em 1875. Paris, aliás, se tornaria a referência na importação de tudo que fosse considerado superior ao seu similar nacional: da literatura à roupa, do ideário político a um jardim público (LIMA, 2001, p. 7). Essa preferência pela Cidade Luz não era nova, tendo sua origem no tempo da Independência. A opção pós-Independência pelo modelo francês foi objeto de análise de Pierre Rivas (2001, p. 100):

O seu prestígio era grande sobre as elites crioulas, cuja corrente modernizadora, tanto na Espanha, como em Portugal, reclamava ela própria o modelo francês; daí a tentação dessas jovens nações de beberem diretamente na fonte francesa. Como as revoluções nacionais se faziam contra a península e sobre o modelo francês de ruptura violenta do 'Novo Mundo', do início absoluto, impunha-se a homologia francesa. Cortar o cordão umbilical ibérico devia conduzir à elaboração de uma nova filiação, adotiva, para a construção da identidade nacional. Assim se constrói uma genealogia mítica, diferente do modelo ibérico renegado, mas necessariamente próxima do modelo requerido, em seus fundamentos e em seu imaginário. Dupla origem mítica: a idade de ouro dos povos indígenas pré-ibéricos e a sociedade ideal da Revolução Francesa da irmã mais velha latina, entre regressão mítica e projeto utópico.

Mas, os tempos e a elite eram outros. Sevcenko (1989, p. 36) ressaltou que, ao contrário do período pós-Independência, em que era do interesse da elite identificar-se com índios e mamelucos, como manifestação do desejo de ser brasileiros, essa relação convertia-se agora em oposição, com a nova elite arrivista alimentando o desejo de ser estrangeira.

Essa atração pelo modelo estrangeiro da parte da elite despertou o interesse de Nelson Werneck Sodré. Para ele (2002, p. 531), durante o período colonial, o poder metropolitano na área social, e econômica e política empregava a classe dominante local como seu representante na colônia. Quando a autonomia ocorreu, essa classe cortou seus laços com a metrópole colonizadora, vinculando-se agora à burguesia européia, que se transformou no padrão ao qual a elite nacional tentará se igualar, transformando-se numa caricatura da Europa (FANON, 1990, p.141). Essa elite tentou demonstrar que a face verdadeira do país possuía semelhanças com o padrão europeu, escondendo sua outra face, a real, representada por escravos negros, mestiços livres, comerciantes urbanos e pequenos funcionários. Enquanto este tipo de relação de classes prevalecesse, a

verdadeira face do Brasil jamais seria mostrada. Dessa forma, a cópia de qualquer espécie constituía-se numa formidável tentativa de sonegar o Brasil.

Essa vergonha era fruto da influência das teorias raciais, introduzidas no Brasil em fins do século XIX. O conjunto dessas teorias, denominado por Sodré de “ideologia do colonialismo”, servia, na verdade, a uma dupla justificação de domínio, externa e interna. No caso externo, o autor assim se manifestou sobre o seu objetivo:

Identifica-se como ideologia do colonialismo o conjunto de preconceitos que, justificatórios da dominação e da exploração colonialista, pretendem constituir os suportes científicos dessa dominação e exploração. O mais divulgado deles [...] foi o da superioridade racial: a dominação colonialista correspondera, naturalmente, à superioridade dos homens das raças européias [...] sobre os homens de outras raças, particularmente as de cor negra e as indígenas americanas. [...] os brancos “superiores” estavam naturalmente destinados a dirigir e governar; os indígenas eram imprestáveis para as tarefas peculiares à “civilização”; os negros eram destinados, naturalmente, ao trabalho e aptos apenas a isso, pelo exercício de atividades físicas e necessitando de compulsão, pela violência, para obrigá-los ao exercício dessas atividades (SODRÉ, 1988, p.49-50).

Dante Moreira Leite (1983, p. 19) apresentou outra razão para o sucesso de tais teorias entre os europeus:

[...] o europeu não chegava a sentir conflito ideológico com seus ideais democráticos e liberais. Não fora ele, europeu, que intencionalmente estabelecera as diferenças entre as raças; ao contrário, estas eram determinadas pela natureza.

No aspecto interno, as teorias raciais forneciam uma explicação aparentemente inquestionável para as diferenças sociais, atribuindo-as às variações raciais que aqui se verificavam. Além de proclamarem a superioridade da raça branca sobre as demais, estas teorias condenavam com veemência a miscigenação, que, segundo elas, produziam um tipo degenerado, em que se verificava “[...] a reunião de defeitos e taras recebidos por herança biológica. Daí, a concepção de qualidades típicas do elemento brasileiro enfatizar a apatia, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência [...]” (FIGUEIREDO, 1995, p. 91). Tratou-se, em suma, de um “imperialismo interno” (SCHWARCZ, 1993, p. 28), que justificava o direito “divino” de mando outorgado a certas parcelas da população e o correspondente papel de subordinado que se destinava a outras.

Os novos cenários da cidade tornaram-se o palco de mudanças nas relações sociais, nos ideais éticos e nos gostos quanto à leitura e à moda. Quanto à última, evidenciou-se nela a mesma preocupação com a fachada, que se verificou quanto à cidade. Afinal, uma bela cidade necessitava de habitantes bem vestidos. Valorizava-se, então, o *smart*, o sujeito elegante segundo o figurino francês. A moda feminina seguia o mesmo caminho. Cabe ressaltar aqui que esses burgueses chiques vestiam-se com o que sobrava dos estoques europeus ao final das estações, auxiliando assim a manutenção de um mercado estrangeiro de moda. A última moda adquirida era mostrada nos passeios pelas largas e enfeitadas avenidas cariocas. A aparência elegante transformou-se em um meio de distinção social. Outra forma de destaque era a obtenção do título de “doutor”, que se transformou, aliás, no “[...] ritual de admissão e sagração no nível mais alto do sistema. [...] É a escada para a mudança de *status* e com isso, obtenção de prestígio e fama” (BRAYNER, 1973, p. 79). Ao lado destes, havia ainda os títulos honoríficos como o de “comendador”, que foram criados para substituir os velhos títulos de nobreza, que haviam desaparecido com o Império. Os felizes possuidores de um ou mais desses meios de distinção poderiam se valer da “cavação”, uma forma de viver irregular às custas do erário público. Em suas leituras de jornais, os cidadãos da “nova” capital davam preferência à reportagem, à entrevista e ao colunismo, onde sugestões para um bem vestir poderiam ser encontradas, como em “O binóculo” do jornal *Gazeta de Notícias*, assinada pelo figurinista Figueiredo Pimentel. As revistas fartamente recheadas de belas fotos e ilustrações e que tratavam de assuntos mundanos também atraíam a atenção desse público. No campo ético, as regras morais tradicionais deixaram de vigorar e passaram a predominar a cobiça e o egoísmo. O que importava era vencer, conquistar, não importando qual fosse o preço a pagar. Nas relações sociais, dissolviam-se as formas tradicionais de solidariedade social, como as relações familiares, entre vizinhos ou membros de uma mesma comunidade. Os padrões econômicos e mercantis tornavam-se os parâmetros para esse tipo de relação.

Enquanto os burgueses desfilavam com sua elegância e seus títulos pelo centro, os mais pobres viviam seus “infernos sociais”, expressão cunhada por Alcindo Guanabara e que bem descrevia a situação dos menos afortunados. As reformas haviam se preocupado em atender aos valores civilizatórios da burguesia e “[...] não consideravam os problemas [...] das classes populares” (MOURA, 1983,

p.32). Essas enfrentavam problemas no que diz respeito à moradia e ao emprego. Com relação ao primeiro item, as opções eram três: a mudança para a periferia, enfrentando os custos e os problemas do transporte coletivo; para as favelas, nos morros próximos do centro, vivendo em moradias de “[...] de chão de terra batida, parede de barro a sopapo ou improvisadas com latas de querosene ou tábuas de caixote” (MOURA, 1983, p. 39), sem água, luz e esgoto; ou permanecer apinhados nas velhas moradias coletivas da área central que não haviam sido colocadas abaixo. Já com relação ao emprego, verificava-se grande carência de colocações, estando os cidadãos menos afortunados que não obtinham um serviço estável sujeitos ou ao desemprego e possível prisão por vadiagem pela polícia ou ao exercício das chamadas “profissões de miséria” como as dos “cavaqueiros”, que revolviam o lixo em busca de objetos vendáveis; dos “tatuadores” ou dos “vendedores ambulantes” de orações ou de literatura de cordel, dentre outras. Essa descrição feita por Lima Barreto quase cem anos atrás nada difere da situação de miséria que muitos enfrentam no Rio de Janeiro de hoje.

A obra de remodelação de Passos teve sua continuidade e conclusão no governo de Carlos Sampaio (1920-1922), que pôs abaixo o Morro do Castelo e a Misericórdia, duas das áreas proletárias que haviam sobrevivido ao “bota abaixo”, para “embelezar” a cidade com o fim de sediar os pavilhões da Exposição em Homenagem ao Primeiro Centenário da Independência do Brasil (BOTELHO, 2001, p. 97-98).

Quem pinta melhor esse Rio de Janeiro do princípio do século é Beatriz Resende (1993, p. 109 e 111):

A cidade fragmenta-se em espaços diversos, guardando entre si diferenças tão grandes como cidades diversas guardariam entre elas. No interior da cidade [...] crescem duas cidades, a cidade ‘ideal’ e a cidade ‘real’. A cidade ideal, dos cartões postais e das revistas ilustradas [...]. A cidade real [...], [...] dos trabalhadores e pobres em geral que se estende até os subúrbios [...]. É a face não desejada da cidade amante [...].

Nesse cenário em mutação havia, é lógico, um lugar reservado para os escritores. Para Sevcenko (1989, p. 94), eles se enquadrariam como “[...] um atavio necessário, na medida em que contribuiriam para consolidar a imagem austera de uma sociedade ilustre e elevada, merecedora da atenção e do crédito europeu incondicional”. Figueiredo (1995, p. 28), em consonância com o autor acima

citado, qualificava-os de moldura necessária à imagem dessa nova sociedade europeizada. É dentro deste objetivo, que o Barão do Rio Branco, quando nomeado para o Ministério das Relações Exteriores, resolveu convidar intelectuais respeitáveis ou mesmo aqueles que fingissem sê-lo para ocuparem cargos na administração pública e no serviço diplomático. O objetivo dessas nomeações era o de “[...] lá fora transmitir impressões favoráveis a nosso respeito” (BROCA, 1975, p. 157). O acesso a tais cargos cobiçados dependia do grau de relações sociais que o pretendente “[...] poderia mobilizar; nestes órgãos, a qualidade dos cargos e funções era determinada pelo nível de apoio oligárquico recebido, ficando o talento e a inteligência como valores ornamentais” (FIGUEIREDO, 1995, p. 28). Além disso, via Ministério das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco exercia a função de mecenas em relação aos grandes nomes da literatura nacional. Dentro do mesmo espírito, o Estado oferecia proteção a organizações culturais e institutos superiores, dentre os quais se encontrava incluída a Academia Brasileira de Letras. Dentre os intelectuais que se valeram da proteção do Barão pode-se mencionar Machado de Assis, Capistrano de Abreu, Martins Júnior, João Ribeiro, Aluísio de Azevedo, José Veríssimo, Olavo Bilac e Coelho Neto, dentre outros. Um caso estranho de proteção foi o de Euclides da Cunha, que, devido a seu aspecto de mestiço indígena, foi preterido para uma nomeação para um cargo diplomático, recebendo, porém, apoio para uma expedição de estudos ao norte do país.

Alguns desses intelectuais defenderão com ardor o interesse dos grupos arrivistas no que diz respeito às reformas que se realizavam no Rio. Típico exemplo desse comportamento foi o de Olavo Bilac. Celebrando o “Bota-abaixo”, esse autor assim o descrevia em uma de suas crônicas:

No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente. Com que alegria cantavam elas – as picaretas regeneradoras! E como as almas dos que ali estavam compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e rítmico, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte (apud SEVCENKO, 1989, p. 31).

Esses Homens de Letras também se deixaram influenciar pela onda de modernidade que havia invadido a cidade, conforme destacou Lúcia Miguel-Pereira (1973, p. 260):

A facilidade de comunicações com a Europa e a modernização da cidade, que se dava ares de grande capital, criavam novos hábitos, preocupações de elegância, de finura. 'O Rio civiliza-se, frase que ficou famosa, exprime perfeitamente a atitude de uma geração', observou um crítico. Atitude que se define pelo cosmopolitismo intelectual, por uma sensação de superioridade em relação ao meio indígena, pelo amor ao paradoxo, ao espírito francês, ao êxito nos salões.

Com relação ao posicionamento desses escritores quanto ao meio em que viviam, Sodré (2002, p. 524) revelou a existência de um profundo divórcio entre povo e literatos. A razão desse divórcio estava ligada à própria estrutura social da nação, conforme depoimento de José Veríssimo (apud SEVCENKO, 1989, p. 88), um dos mais respeitados críticos literários da época:

[...] O número de analfabetos no Brasil, em 1890, segundo a estatística oficial, era em uma população de 14.333.915 habitantes, de 12.213.356, isto é, sabiam ler apenas 16 ou 17 em 100 brasileiros ou habitantes do Brasil. Difícil será, entre os países presumidos de civilizados, encontrar tão alta proporção de iletrados. Assentado este fato, verifica-se logo que à literatura aqui falta a condição da cultura geral, ainda rudimentar e, igualmente o leitor e consumidor de seus produtos.

Conforme pudemos perceber, o meio não possibilitava a nossos escritores alcançar o prestígio social e, como conseqüência, a fortuna material que obtinham seus colegas na Europa. Diante disso, esses literatos criavam um isolamento do ambiente que os cercava, voltando-se para a cópia ou imitação de modelos estrangeiros. Daí, se compreender o porquê de tantos intelectuais aderirem ao projeto das elites arrivistas. Os dois, tanto a elite quanto a maioria da intelectualidade, achavam-se superiores à maioria da população pobre e mestiça, uns "estrangeiros" em sua terra natal, e assinalavam essa diferenciação pela adoção de costumes "civilizados", que, naturalmente, se encontravam nas nações européias.

Entre os dois grupos acima citados, havia também uma hierarquia presumida, com os literatos julgando-se e sendo julgados como seres superiores em relação à nova elite. Dessa forma, nossos literatos transformaram-se em orientadores desse público burguês, junto ao qual faziam tanto sucesso. Empregando o jornal e as revistas mundanas, eles ofereciam conselhos no que diz

respeito a questões que iam desde o bom uso da língua vernácula até orientações no campo da moda, da política e da culinária. Um bom exemplo dessa influência é o de Figueiredo Pimentel, já mencionado acima. Tais autores marcariam presença também em conferências pagas em que, fora honrosas exceções, o que proliferavam eram os floreios verbais e as divagações em temas como “A Água”, “O Fogo”, “A Mulher” (BROCA, 1975, p. 139). Toda a produção concentrar-se-ia no desejo de agradar o público burguês que consumia sua produção intelectual, produzindo uma literatura que fosse o “sorriso da sociedade”, expressão cunhada por um dos autores desse grupo, Afrânio Peixoto. Recebendo as influências do meio social em que viviam, eles simplesmente reproduziam-nas em suas obras, contribuindo assim para reforçar o sentimento dos valores sociais vigentes (CÂNDIDO, 2002, p. 20).

Esse processo de aburguesamento dos intelectuais não tardou a produzir seus efeitos na maior parte da literatura produzida no período. A maioria das obras denotava “[...] muito brilho literário, muito floreio verbal, e pouca substância [...]” (MIGUEL-PEREIRA, 1973, p. 258). Sevcenko (1989, p. 98) denunciou um processo de estiolamento na produção literária. Todos os romances pareciam-se uns com os outros, com a repetição de um número limitado de clichês que mudavam apenas na ordem e no arranjo em que apareciam. O mesmo processo se verificou também no campo poético. Para Cândido (2002, p. 113), tratava-se de “[...] uma literatura satisfeita, sem angústia formal, sem rebelião nem abismos. Sua única mágoa é não parecer de todo europeia; seu esforço mais tenaz é conseguir pela cópia o equilíbrio e a harmonia, ou seja, o academismo”. Já para Valentim Facioli (1985, p. 8), a literatura do período

[...] preocupada com o agrado dos ‘ricos’, fazia-se como ‘escrever bonito’, fundada em convenções literárias e éticas, veiculando banalidades amenas. Era a literatura do bom-tom, da compostura (na linguagem e na moral), da representação agradável dos ‘problemas’ de certas camadas sociais como se fossem os do país.

Quanto à linguagem, aliás, o período era dominado por duas vogas literárias:

De um lado o parnasianismo, oco e ressonante, representado sobretudo pelo formalismo exacerbado de Coelho Netto, para quem ‘as palavras eram a própria substância da sua arte’. De outro, a linguagem castiça e empolada, representando o ‘clássico’, forma de composição calcada em

expressões cediças e repontada de figuras de efeito, resultando numa algaravia anacrônica e de mau gosto, de amplo consumo dentre políticos, bacharéis e pretensos intelectuais (SEVCENKO, 1989, p. 165).

Em contrapartida à literatura de cunho urbano, desenvolveu-se uma outra espécie, voltada para o sertanejo e seu mundo, que Monteiro Lobato denominou de “caboclismo”. Sobre esse tipo de literatura, Anoar Aiex (1990, p. 35) expressou-se da seguinte maneira:

Em fins do século passado e princípios deste, recebe grande ênfase o sertanejo e seu mundo, considerados como indícios de nossos valores rústicos, sem o artifício dos do mundo civilizado e representativos, em parte, de uma cultura autenticamente nacional. [...] o mundo sertanejo é, de modo geral, o pólo oposto do mundo civilizado. Caracteriza-se, segundo E.S. Bruno, pelas condições primitivas de existência de seus habitantes, vivendo, em regra, à mercê da Natureza bruta e dos bichos ferozes, marcada por costumes rudes e divorciados de todos os requintes e confortos do progresso.

Esta literatura pintava o sertanejo como um elemento exótico, idealizando-o tal qual os românticos faziam com os nativos no indianismo. Um dos escritores que se aventurou nesse tipo de literatura foi Coelho Neto, que dela utilizou-se nos contos de *Sertão* (1898).

Nem todos os intelectuais, porém, entraram para o seletivo grupo dos protegidos pela nova elite. Alguns por falta de condições de adaptação e outros por apego obstinado às raízes. Dentre estes se encontravam os simbolistas, nefelibatas, decadentistas e últimos românticos (SEVCENKO, 1989, 104 e 105). Todos estes se negavam a vender a sua arte aos valores de mercado, fechando-se em suas “torres de marfim”, isto é, trancando-se em seu aristocratismo hedonista. Sobre os simbolistas e sua relação com a sociedade burguesa, Broca (1975, p. 127) ressaltou que

Concordavam em exercer empregos públicos, desempenhar funções no ensino, na magistratura, etc., em lutar pela existência, enfim, à semelhança de qualquer burguês, com uma ressalva apenas, a de não empenhar nisso a sua condição de poeta. Este permaneceria intangível na sua elevada categoria espiritual, acima de todas as pequenezas do mundo. E justamente por essa dignidade, essa aristocracia moral, muitos deles se recusavam a certas competições no terreno civil, vindo a acarretar com dificuldades econômicas, preteridos em suas justas aspirações a determinados cargos, relegados ao esquecimento quando se tratava de passar a frente dos outros ou reclamar direitos.

Assim, tais escritores em vista da influência do meio burguês faziam de sua escritura uma forma de protesto particular hermético e não um meio para tentar provocar uma mudança histórica na sociedade. Em conseqüência, sua literatura contribuía, ainda que indiretamente, para a manutenção das idéias já existentes.

Por fim, vamos encontrar um terceiro grupo, cujos autores transformaram suas obras em instrumentos de ação, visando mudanças nos rumos da sociedade. Para sugerir caminhos que ocasionassem tais transformações, esses escritores lançaram-se a uma pesquisa sobre a realidade nacional, empregando para isso o instrumental científico e cultural de origem européia, que havia penetrado no país em fins do século XIX. Sobre a atuação desse grupo, Sodré (2002, p. 486) comentou:

As interpretações do Brasil, então aparecidas, dotadas de um sentido novo, denunciavam uma certa perplexidade ante o quadro nacional, que permite a influência ainda de conceitos oriundos da transplantação, [...] mas anunciam também, sob contradições e desvios, um enorme interesse pelo país, uma intensa curiosidade pelos seus motivos, o desejo de afirmar um sentido nacional para as criações artísticas.

É dentro deste agrupamento que surgiram nomes como o de Euclides da Cunha e Lima Barreto, que, ainda que visando o mesmo fim e com semelhanças em sua formação intelectual – ambos beberam nas águas do positivismo-, apresentavam pensamentos díspares com relação a muitos temas exaustivamente discutidos na época. Nicolau Sevcenko (1989, p. 119-128 e 199-233) elencou algumas dessas diferenciações, das quais trataremos em seguida.

A ciência era um dos temas em que se tornavam perceptíveis divergências entre os dois autores. Euclides deslumbrava-se com a perspectiva de um progresso regulado por técnicos e cientistas, atribuindo à ciência um papel de destaque no desenvolvimento mundial, enquanto Lima Barreto via nela apenas uma fonte de superstições e preconceitos. Dessa forma, o primeiro manteve-se preso ao cientificismo, enquanto que, o segundo adotou apenas as concepções mais gerais e amplas da doutrina.

Diretamente ligada a essa questão do ponto de vista sobre esse tema encontrava-se a opinião acerca das teorias raciais. Como cultuador da ciência, o autor dos *Sertões* aceitava tais teorias como ponto pacífico, enquanto que o

mulato de Todos os Santos recusava-as, insurgindo-se com veemência contra elas. Originava-se disso o olhar daquele voltado para o interior, elegendo o mestiço do índio com o branco como o padrão de homogeneidade étnica desejável para o país, enquanto o outro preferia o litoral, escolhendo o mulato em detrimento do indígena. O mesmo se aplicava ao tema da imigração. Para Cunha, o imigrante era o elemento necessário para, através da experiência européia, trazer um futuro melhor para a nação, enquanto seu colega vislumbrava-o como fonte de desprezo e desemprego para os nacionais.

O processo civilizatório constituía-se em outro ponto de dessemelhança entre os dois literatos. Euclides julgava-o como esplendoroso. Reconhecia a existência de problemas ligados a ele, mas confiava que, com o tempo, tais questões seriam solucionadas. Para Barreto, a civilização não trouxera a felicidade tão sonhada. Pelo contrário, transformara-se em fonte de constante amargura para a maioria da população.

No campo político, o regime republicano merecia elogios rasgados da parte de Euclides da Cunha e críticas acerbas de Lima Barreto. Ainda nessa área, o primeiro considerava como válidas e estimulantes a hegemonia inglesa e norte-americana no mundo e a paulista no Brasil, já o segundo encarava-as como a raiz da desumanização da sociedade.

Nesse aspecto, reveste-se de importância recordar que, apesar dessa posição de Euclides, ele reconhecia assim como Lima, o crescimento ameaçador do imperialismo europeu e norte-americano. Para ambos, a solução passava pela obtenção de um alto grau de organização e desenvolvimento cultural para fazer frente a esse perigo, evitando o destino dos *boers*, da China e do México.

As discordâncias, para além do campo das idéias, marcavam presença também em suas opções de construção literária.

Na questão estética, os autores denotavam influência do pressuposto eciano de um máximo de realidade e um mínimo de ficção. Cunha ia ao extremo de abdicar de toda a ficção que envolvesse o desenvolvimento de enredos literários de moldes tradicionais. Seu companheiro, por outro lado, trabalhava o postulado de Eça em sentido inverso, privilegiando o uso de caricaturas e ironias.

Quanto à destinação da obra literária, Euclides da Cunha elegia como seu público leitor o tradicional, enquanto Lima Barreto optava pelo novo, originário da ampliação da tecnologia de impressão. Essas opções geravam

linguagens díspares, a daquele destacava-se por ser extremamente apurada e versegada em estilo elevado, em contraponto a do outro, que se apresentava despojada e resultante de uma mistura de estilos.

Ao trabalhar com as idéias, Euclides controlava as energias sociais e naturais pela consciência através do conhecimento. Em suma, primava pelo uso da racionalidade em seus escritos. Na contramão, em Lima Barreto as forças naturais e sociais predominavam sobre o espírito, proporcionando um campo restrito para a ação consciente. Em outras palavras, sua obra foi marcada pela preponderância do sentimento sobre a razão.

Interessa-nos neste trabalho aprofundarmo-nos mais na análise da obra do segundo, o que faremos logo a seguir.

## **2.2 A CONTRALITERATURA DE LIMA BARRETO**

Nos dias que se seguiram à euforia do 13 de maio de 1888, os escravos depararam-se com um novo desafio, que sucedia o doloroso processo de escravidão: como sobreviver agora que estavam entregues à própria sorte? Três eram as opções, entre as quais poderiam escolher: a velha condição de agregado; a queda no lumpem, que crescia à sombra do proletariado de origem européia ou o ingresso na economia de subsistência (BOSI, 1992, p. 266).

O negro ou mestiço de reconhecida inteligência ou grande aptidão pessoal contava com a primeira opção como o meio de obter elevação social via cultura letrada. Era preciso combinar “[...] talento e apadrinhamento sustentado no momento certo” (BOSI, 2002, p. 188). Já no Império constatava-se essa prática, podendo-se citar como beneficiários dela, dentre outros, Machado de Assis, José do Patrocínio, André Rebouças e Luís Gama. É desse meio que lançará mão Lima Barreto para tentar fazer-se “doutor”, o grande sonho de seu pai. Apadrinhado pelo Visconde de Ouro Preto, o autor freqüentará colégios de conhecido renome e ingressará em 1897 na Escola Politécnica do Rio, com vistas a alcançar o diploma de Engenharia. Nesses ambientes, familiarizou-se com o universo da classe dirigente através de amizades e leituras. Em conseqüência, apropriou-se de maneiras de pensar e sentir estranhas ao seu meio de origem (MICELI, 2001, p. 35).

Na Politécnica, porém, começou a despertar para a diferença de classe que o separava de seus colegas mais abastados e brancos e que não havia percebido nos tempos de colégio:

Para estes, filhos de pais ricos, as coisas corriam docemente, deslizavam. Não tinham preocupações de ordem material, não precisavam economizar, vestiam-se nos melhores alfaiates, podiam comprar os livros que quisessem. E mesmo que não levassem seus estudos muito a sério, isso não teria a menor importância. Contavam com a (sic) relações de família, os empenhos, 'os pistolões', que lhes abriam todas as portas, como num passe de mágica (BARBOSA, 1952, p. 94).

Essa tentativa de ascensão social, no entanto, seria abortada, em 1903, pela doença do pai e pela perda da proteção do padrinho rico. Diante de tais contingências, Lima Barreto viu-se obrigado a abandonar o curso de Engenharia e entrar para o serviço burocrático, para suprir suas necessidades e as da família. Nessa fase, deu início às suas contribuições para vários jornais e revistas do Rio.

Tal mudança de percurso do autor assemelhou-se bastante à trajetória que, mais tarde, percorreriam várias de suas personagens. Numa etapa inicial, ele compartilhou dos valores sociais dominantes, impostos pelas classes hegemônicas. Em seguida, tentou satisfazer alguns dos ideais comuns à sociedade urbana, qual seja, a obtenção de um título de doutor e, por conseqüência, de um emprego estável. Esse objetivo não foi alcançado e ocorreu, então, a constatação da impossibilidade de satisfazer tais ideais, devido à inexistência da igualdade de oportunidades. Essa constatação resultou na tomada de consciência das desigualdades existentes (RESENDE, 1983, p. 77-78). Lima Barreto apercebeu-se da diferença que existia entre o mundo idealizado pela elite dominante e o mundo que realmente existia.

Esse percurso assemelhou-se ao caminho percorrido pelo colonizado para adquirir consciência de sua situação de subalterno, conforme descrito por Memmi e sobre o qual já discorremos anteriormente. É verdade que, no caso da colonização inexistente a oportunidade do colonizado se igualar ao colonizador, enquanto que, no regime de classes, é possível a participação numa classe superior, graças à mobilidade social. No entanto, em ambos casos, a desilusão com a impossibilidade de se alcançar o objetivo proposto é que conduz aquele que o almeja a constatar as injustiças que o cercavam e revoltar-se contra elas.

Consciente da defasagem entre o mundo ideal e o real em que vivia, o autor não se deixou atrair por essa fachada de sonhos, mas assumiu uma posição de

[...] intelectual independente num momento em que a cooptação dos intelectuais pelo poder é freqüente, e não manterá, por toda a vida, qualquer compromisso mais profundo ou durável que ligue sua produção cultural ao Estado ou a representantes das classes dominantes. A partir de tal independência lhe é possível fazer a opção radical de permanecer um escritor ligado às camadas populares [...] (RESENDE, 1983, p. 74).

Lima Barreto não só não se deixou cooptar pelo Estado ou pelas elites, como fez pesadas críticas aos que assim agiam, como seu colega Coelho Neto, que se dispôs a fazer um discurso por ocasião da inauguração da piscina do Fluminense, clube da elite:

O sr. Neto esqueceu-se da dignidade do seu nome, da grandeza de sua missão de homem de letras, para ir discursar em semelhante futilidade. Os literatos, os grandes, sempre souberam morrer de fome, mas não rebaixavam a sua arte para simples prazer de ricos (LIMA BARRETO, apud BARBOSA, 1952, p. 275).

Este espírito de independência criou no escritor o desejo de reavaliar posicionamentos sociais e culturais: “É chegada, no mundo, a hora de reformarmos a sociedade [...] socialmente [...]. [...] temos de rever os fundamentos da arte e da ciência” (BARRETO apud BOTELHO, 2002, p. 66).

O desejo de reformas que julgava poderem advir da influência literária orientou suas escolhas estéticas e temáticas, colocando-o em rota de colisão com o tipo de literatura que então predominava. Revisar os fundamentos da literatura significava para Lima Barreto trabalhar com uma nova forma de expressão, novos temas e tratamentos dispensados a eles. Obviamente que, nessas mudanças, pretendia afastar-se do modelo literário produzido para/pela elite. Ora, essa elite atinha-se a modelos europeus, logo, a tentativa barretiana serviu para criar um modelo de escrita que ajudou a acentuar a diferenciação entre a literatura feita no Brasil e a do velho continente, abrindo caminho para uma ruptura maior que viria com o Modernismo. Deve-se acrescentar ainda a já mencionada luta do escritor, que funcionava como um “despertador”, alertando contra o neocolonialismo, tanto de extração européia como americana, além da denúncia da existência de um

colonialismo interno e o levantamento de temas que revelavam ainda a presença incômoda da influência colonial, mesmo que neste caso não fizesse referência direta a essa origem. Essas informações bastam para denotar o papel relevante ocupado por Lima Barreto na historiografia literária brasileira pós-colonialista como um dos autores que mais se bateu contra a subserviência quer intelectual quer material aos estrangeiros.

Cumprido ressaltar, porém, que sua obra não apresentava um caráter totalmente descolonizado, restando nela certos resquícios de influência colonialista, cuja origem ligava-se à formação intelectual primeira do autor, haurida em estabelecimentos escolares que enalteciam os valores da elite. Apesar de suas leituras posteriores, que incluíram o maximalismo, o anarquismo e autores russos como Dostoiévski, tal formação deixou suas marcas em sua produção literária, que constataremos, por exemplo, ao tratar de sua obra *Os Bruzundangas*.

A literatura abraçada por Lima Barreto constituiu-se no que Bernard Mouralis, em sua obra *Le Contre-Littératures* (1975), denominou de “contraliteratura” e que é assim definida por Zilá Bernd (1988, p. 43):

Caracterizando-se por uma postura crítica no interior do campo literário instituído, a contraliteratura se estrutura como contestação sistemática dos valores representados pela cultura dominante. Os textos da contraliteratura quase sempre se afastam de uma tradição de construção eufórica ou ufanista que encobrem a realidade. Organizando-se como ‘contradição’ a esse tipo de retórica grandiloquente, que camufla os aspectos deprimentes da sociedade como miséria, guerra, racismo, subdesenvolvimento, etc., ela abre a brecha para o aparecimento da realidade oculta, permitindo ao mesmo tempo o resgate da imagem real do homem e a emergência de um discurso de resistência à opressão.

A contraliteratura barretiana manifestou-se através da crítica sistemática aos valores e instituições predominantes à época. Essa crítica se realizava sob a forma de acusação direta em suas opiniões expressas através de seus artigos em jornais ou revistas ou em seus textos de aspecto ficcional. Em muitos casos, o riso transformava-se numa arma eficientíssima para acutilar seus inimigos, cujo valor o autor reconhecia: “Nada de violências, nem barbaridades. Troça e simplesmente troça, para que tudo caia pelo ridículo. O ridículo mata e mata sem sangue” (BARRETO apud BARBOSA, 1952, p. 274). Esse riso era provocado através da utilização de recursos cômicos que iam da ironia à caricatura. Ele servia para ressaltar as “[...] situações de confronto entre duas formas de sociedade – a

vivenciada e a idealizada – [...] com o objetivo de corrigir através do desnudamento ridículo as normas preconceituosas e rígidas” (BRAYNER, 1979, p. 157). Prova da eficiência do uso desse artifício se encontrava no elogio a ele endereçado através de carta pela autora Albertina Bertha, em 26 de novembro de 1917: “O Senhor, por exemplo, tem a noção da vida e das pessoas, através do ‘humour’; oh, é terrivelmente humorista, faz-nos sorrir sempre” (BARRETO, 1961, p. 286).

Iniciemos nossa consideração sobre essa contraliteratura pelo combate sem tréguas, que travou contra a “retórica grandiloqüente”, que escondia a realidade. A escrita predominante esmerava-se, conforme já vimos, em bem utilizar o idioma lusitano. Empregá-lo mal era considerado um crime gravíssimo pelos gramáticos de plantão. Essa espécie de linguagem tornava a literatura compreensível somente a um pequeno número de *experts* na língua. Sua utilização servia como meio de distinção social, diferenciando seu utilizador do falante comum da língua, que, aliás, endeusava o literato que assim agia. Grande escritor era sinônimo de hábil manipulador de gramática. O autor que forneceu, sem dúvida nenhuma, o melhor exemplo desse tipo de comportamento foi Coelho Neto:

Fantasia, imaginação, observação, senso poético – tudo isso existia nele, e tudo isso foi posto apenas a serviço do poder verbal, tudo isso foi reduzido a mero pretexto para frases. [...] As suas frases prolixas, difusas, onde a função do adjetivo é muito mais importante do que a do substantivo, revelam a tendência a impressionar-se excessivamente com os detalhes, a sentir mais o aspecto exterior das coisas do que a sua essência, ao mesmo tempo que os seus vocábulos raros traduzem o gosto pelo bonito, pelo brilhante, mais do que pela simplicidade sólida da verdadeira beleza (MIGUEL-PEREIRA, 1973, p. 261-263).

Esse estilo de escrita, aliás, bem apropriado para a *Belle Époque*, preocupava-se em demasia com o aspecto exterior da obra, sua fachada, deixando para segundo plano a preocupação com as idéias, que formavam seu aspecto interior. Lima Barreto defendia uma inversão dessa ordem de prioridades:

A Beleza, para Taine, é a manifestação, por meio dos elementos artísticos e literários, do caráter essencial de uma idéia mais completamente do que ela se acha expressa nos fatos reais. Portanto, ela já não está na forma, no encanto plástico, na proporção e harmonia das partes [...]. Não é o caráter extrínseco de obra, mas intrínseco, perante o qual aquele pouco vale. É a substância da obra, não são as suas aparências. Sendo assim, a importância da obra literária que ser quer bela sem desprezar os atributos externos de perfeição de forma, de estilo, de correção gramatical, de ritmo vocabular, de jogo e equilíbrio das partes a vista de um fim, de obter unidade na variedade; uma tal importância, dizia eu, deve residir na

exteriorização de um certo e determinado pensamento de interesse humano, que fale do problema angustioso do nosso destino em face do Infinito e do Mistério que nos cerca, e aluda às questões de nossa conduta na vida (BARRETO apud ALEX, 1990, p. 87).

Barreto valorizava mais as idéias do que a forma em que iam embaladas. Daí advinha sua implicância com Coelho Neto: “O Senhor Neto quer fazer constar ao povo brasileiro que literatura é escrever bonito [...]” (BARRETO apud RESENDE, 1983, p. 75). Ele estava disposto a fazer com que as idéias transmitidas em seus textos fossem plenamente compreendidas e de forma imediata por seus leitores, resultando desse desejo o recurso a uma linguagem mais simplificada que colaborasse para se atingir esse intento. A linguagem jornalística da crônica cotidiana que empregava em suas obras mostrava-se

[...] comum, transparente, descuidada, de comunicação imediata, de feição jornalística, anti-retórica, despida de efeitos, expurgada de clichês e chavões, anti-rebarbativa, fluente, homogênea, com pequena variação sociolingüística, utilizando a paródia e a prosopopéia, reveladora, direta, pouco metafórica, pouco imagística e altamente concreta (SEVCENKO, 1989, p. 168).

Em sua obra, portanto, Lima empregou a ab-rogação e a apropriação, que consideramos anteriormente, rebelando-se contra o modelo lusitano e utilizando um português mais abasileirado, que estava ao alcance do leitor de suas produções literárias.

Nesse aspecto da linguagem, Lima Barreto foi um precursor do Modernismo, que também se livrou das amarras das regras gramaticais, para empregar nossa língua de uma maneira que se aproximasse mais da do leitor.

No campo ficcional, temos dois exemplos de personagens criadas para criticar a preocupação excessiva com o uso correto da língua na obra barretiana. Uma delas era Lobo, um jornalista de *O Globo*, jornal em que trabalhou como contínuo a personagem principal de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, primeiro romance de Lima Barreto, publicado em 1909. Em diálogo com o Dr. Loberant, dono do jornal e que atribuía à gramática e à literatura a culpa pelo seu jornal estar vendendo menos do que os de concorrentes, Lobo expressou da seguinte maneira todo o seu amor fervoroso pela gramatiquice: “[...] a língua é uma coisa sagrada. O culto da língua é um pouco o culto da pátria. Então o senhor quer

que o seu jornal contribua para a corrupção deste lindo idioma de Barros Vieira” (BARRETO, 2001, p. 201). Diante da resposta do dono do jornal de que queria uma escrita no idioma do brasileiro, Lobo escancarou todo o seu preconceito contra as modificações que sofreu a língua portuguesa falada no Brasil:

- [...] Isto que se fala aqui não é língua, não é nada: é um vazadouro de imundícies. Se Frei Luís de Souza ressuscitasse, não reconheceria a sua bela língua nessa amalgama, nessa mistura diabólica de galicismos, africanismos, indianismos, cacofonias, cacoténias, hiatos, colisões... Um inferno! Ah, Doutor! Não se esqueça disto: os romanos desapareceram, mas a sua língua ainda é estudada (BARRETO, 2001, p.201).

O fim da personagem, diante dos abusos de sua querida língua, foi a loucura, lendo nos corredores do hospício um exemplar da *Ensynança de Bem Cavalgar de El-Rei Dom Duarte*.

A segunda personagem que tomamos como exemplo encontra-se no conto “A nova Califórnia” e atende pelo nome de Pelino Guedes. Pelino exercia as funções de mestre-escola e redator do jornal de Tubiacanga, uma pequena cidade do interior, um microcosmo que bem representava a sociedade brasileira e suas distorções. Na forma de agir dessa personagem, caricatura de um intelectual provinciano, Lima Barreto (2001, p. 1123) teceu uma irônica crítica aos empedernidos defensores da gramática:

Ninguém escrevia em Tubiacanga que não levasse bordoadas do Capitão Pelino, e mesmo quando se falava em algum homem notável lá no Rio, ele não deixava de dizer: “Não há dúvida! O homem tem talento, mas escreve: ‘um outro’, ‘de resto’...” E contraía os lábios como se tivesse engolido coisa amarga. Toda a vila de Tubiacanga aprendeu a respeitar o solene Pelino, que corrigia e emendava as maiores glórias nacionais. Um sábio...

Pelino julgava-se investido de uma missão religiosa em defesa do bom uso da língua e não perdoava os “infiéis”, que dela faziam mau uso, procurando corrigi-los:

Quando dos lábios de alguém escapava a menor incorreção de linguagem, intervinha e emendava. “Eu asseguro, dizia o agente do Correio, que...” Por aí, o mestre-escola intervinha com mansuetude evangélica: “Não diga ‘asseguro’ senhor Bernardes; em português é ‘garanto’”. E a conversa continuava depois da emenda, para ser de novo interrompida por outra. Por essas e outras, houve muitos palestradores que se afastaram, mas Pelino, indiferente, seguro de seus deveres, continuava o seu apostolado de vernaculismo (BARRETO, 2001, p. 1123).

As duas personagens esmeravam-se em defender a “última flor do Lácio, inculta e bela”, preservando-a da influência “maléfica” dos bárbaros mestiços que faziam parte das hordas populares.

Antônio Arnoni Prado (1976, p. 18) resumiu bem o que pretendia o autor com sua luta escarnecida contra a velha linguagem pomposa: “[...] sua preocupação é mostrar que por trás dessa atitude [...] está o falseamento da realidade que é preciso denunciar”. Continuando em sua análise, Prado qualificou essa luta como reflexo de uma visão de mundo que se recusava a aceitar a conversão do real em metáfora (PRADO, 1976, p. 19). Em consonância com esse pensamento, Astrogildo Pereira (1961, p. 12) lembrou que “[...] seu estilo [...] era [...] uma forma de inconformismo e protesto contra a ênfase e o formalismo vazio, que predominavam no ‘estilo’ do tempo”.

Esse falseamento também marcava presença na temática apresentada na literatura de então. Pela boca de sua personagem Gonzaga de Sá, o autor fez uma severa crítica ao estilo “[...] postiço, falso, sem nada de verdadeiro, sem nenhuma grandeza” (BARBOSA, 1952, p. 235), que imperava na literatura da época:

A nossa emotividade literária só se interessa pelos populares do sertão, unicamente porque são pitorescos e talvez não se possa verificar a verdade de suas criações. No mais, é uma continuação do exame de português, uma retórica mais difícil a se desenvolver por este tema sempre o mesmo: D. Dulce, moça de Botafogo em Petrópolis, que se casa com o Dr. Frederico. O tal Dr. Frederico, apesar de doutor, não tem emprego. Dulce vai à superiora do Colégio das Irmãs. Esta mulher escreve à mulher do ministro, antiga aluna do colégio, que arranja um emprego para o rapaz. Está acabada a história. É preciso não esquecer que Frederico é moço pobre, isto é, o pai tem dinheiro, fazenda ou engenho, mas não pode dar uma mesada grande. Está aí o grande drama de amor em nossas letras, e o tema do seu ciclo literário (BARRETO, apud BARBOSA, 1952, p.235).

Dois pontos chamam a atenção nesse comentário. O primeiro diz respeito ao falseamento da imagem que se tem do homem do sertão. Esse falseamento sofreu uma dura investida da parte de Lima Barreto em sua obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*, publicado em 1915. Olga, afilhada de Quaresma, ao visitá-lo em sua propriedade, o sítio do Sossego, verificou a distância que havia entre a imagem idealizada e a imagem real do homem do campo:

O que mais a impressionou no passeio foi a miséria geral, a falta de cultivo, a pobreza das casas, o ar triste, abatido da gente pobre. Educada na cidade, ela tinha dos roceiros idéia de que eram felizes, saudáveis e alegres. [...] Não podia ser preguiça só ou indolência. Para o seu gasto, para uso próprio, o homem tem sempre energia para trabalhar. As populações mais acusadas de preguiça, trabalham relativamente. Na África, na Índia, na Cochinchina, em toda a parte, os casais, as famílias, as tribos plantam um pouco, algumas cousas para eles. Seria a terra? Que seria? E todas essas questões desafiavam a sua curiosidade, o seu desejo de saber, e também a sua piedade e simpatia por aqueles párias, maltrapilhos, mal alojados, talvez com fome, sorumbáticos!... (BARRETO, 1987, p. 90).

Neste trecho, Barreto questionou de uma só vez duas visões falseadas que se apresentavam acerca do habitante da zona rural. A primeira de cunho otimista que o descrevia como um ser rústico e feliz e que já analisamos anteriormente. A segunda ligava-se a outro ponto de vista diferente que contrastava com o caboclisto. Essa variante de visão em relação ao homem do campo surgiu a par com as obras de reforma do Rio, no começo do século. Comentando a respeito desse ponto de vista, Sevcenko (1989, p. 32) recordou que:

[...] um dos temas da Regeneração foi exatamente este; o orgulho de, com as obras de reconstrução do Rio, nos haveremos redimido do estigma de preguiçosos com que os estrangeiros nos açulavam. [...] Mas essa redenção era válida somente para as grandes cidades. Antes de ir para a gaveta, o chavão ainda seria esgrimido pelos autores que escreveram sobre as sociedades rurais e os grupos tradicionais. Aliás, mais que nunca, agora se abusaria da oposição cidade industrial – campo indolente, como se pode verificar facilmente nas obras de Euclides da Cunha, Graça Aranha e na figura símbolo do Jeca Tatu de Monteiro Lobato. É nesse momento que se registra na consciência intelectual a idéia do desmembramento da comunidade brasileira em duas sociedades antagônicas e dessintonizadas, devendo uma inevitavelmente prevalecer sobre a outra.

Através dos pensamentos de Olga, Lima Barreto questionou a veracidade dessa descrição, que atribuía a situação de abandono do campo somente à indolência de seus habitantes. Mais tarde, em conversa com Felizardo, um caipira que trabalhava para Quaresma, a moça descobriu os motivos de tanta pobreza e miséria entre aqueles sertanejos: a terra que cultivavam não lhes pertencia e as outras terras que poderiam estar em suas mãos faziam parte de imensos latifúndios improdutivos; enfrentavam pragas terríveis como a saúva; não possuíam ferramentas e não recebiam nenhum auxílio do governo federal, que

preferia destiná-lo aos imigrantes estrangeiros, que chegavam à nossa terra (BARRETO, 1987, p. 91).

Assim, o autor apontou o falseamento que se verificava na visão do caboclisto, mas criticou também aqueles que se opunham a ele, por não buscarem as verdadeiras causas da miséria na zona rural, escudando-se somente no argumento preconceituoso da preguiça do sertanejo.

O segundo ponto a considerar é a crítica feita pelo escritor ao emprego de clichês literários que agradavam ao público burguês. Um dos clichês era a utilização de grandes dramas de amor como temática principal. Para ele, o amor não ocupava o lugar principal nas grandes obras literárias:

Nem nos antigos, nem nos modernos. Nem nos franceses, nem nos espanhóis. Se o senhor me citar 'Dáfnis' e 'Cloé', eu cito o 'Satyricon', se o senhor me citar a 'Princesse de Clèves', eu lhe apresento 'Lazarillo de Tormes'. Nos grandes mestres modernos, Balzac, Tolstoi, Turguenief, Dostoievski, quase sempre o amor é levado para segundo plano (BARRETO, apud LIMA, 2001, p. 25).

A temática do amor substituía a discussão da realidade social nessas obras. Diante disso, o autor, que defendia uma literatura militante, insurgia-se contra o seu uso e dela não se utilizou em sua obra. A literatura para ele não se destinava a dar importância demasiada a casos amorosos. Seu objetivo era outro:

Parece-me que o nosso dever de escritores sinceros e honestos é [...] tentar reformar certas usanças, sugerir dúvidas, levantar julgamentos adormecidos, difundir nossas grandes e altas emoções em face do mundo e do sofrimento dos homens, para soldar, ligar a humanidade em uma maior, em que caibam todas, pela revelação das almas individuais e do que elas têm de comum e dependente entre si. A literatura do nosso tempo vem sendo isso nas suas maiores manifestações e possa ela realizar [...] não mais a exaltação do amor que nunca esteve a perecer, mas a comunhão dos homens de todas as raças e classes, fazendo com que eles se compreendam, na infinita dor de serem homens, e se entendam sob o açoitado da vida, para maior glória e perfeição da humanidade (BARRETO, apud BARBOSA, 1952, p. 236-237).

Assim, para Lima Barreto, os homens de todas as classes e raças deveriam fazer parte da literatura. Ora, na literatura aristocrática de então, os pequenos burgueses do subúrbio, os operários, os trabalhadores, os negros e mestiços e os ambientes em que viviam eram objetos de exclusão. A fragmentação da cidade que então se verificava não pontuava como tema dos escritores

aburguesados que estavam mais preocupados em provocar “um sorriso na sociedade”. Em contrapartida, Lima Barreto fará dessa fragmentação tema de sua obra, incluindo democraticamente representantes de todas as espécies de grupos sociais: políticos, militares, doutores, mocinhas de Botafogo, funcionários públicos de todos os tipos, mocinhas suburbanas, poetas e músicos fracassados, prostitutas mal ou bem-sucedidas, aposentados, donas-de-casa, vagabundos, bêbados e loucos (RESENDE, 1983, p. 75) e de todos os ambientes possíveis, como interiores domésticos burgueses e populares, festas e cerimônias burguesas, cosmopolitas, cívicas e populares, malocas, bordéis, prisões, hospícios, dentre outros (SEVCENKO, 1989, p. 163). Toda essa variabilidade objetivava “[...] abranger o maior volume possível da realidade social, traduzindo, inclusive e sobretudo, as suas várias fissuras e tensões” (SEVCENKO, 1989, p.163).

Embora democrático, Lima Barreto demonstrava sua preferência pelos marginalizados pela sociedade burguesa. A maioria de suas personagens levava uma existência bastante comum, cujo maior heroísmo consistia na luta diária pela sobrevivência. Os dramas e as pequenas paixões dessas personagens anônimas da realidade penetraram em suas obras. Mas, ele não incidiu no erro de observar apenas virtudes nos mais pobres, constatando a dificuldade dessa gente em se suportar mutuamente, conforme se pode observar, por exemplo, em sua obra *Clara dos Anjos* (LINS, 1976, p. 23). Além disso, demonstrou claramente como os valores da cultura dominante estendiam suas garras até as camadas inferiores, fazendo com que repetissem as atitudes ou pensamentos dos poderosos (RESENDE, 1986, p. 76). Essa influência manifestou-se em várias personagens de seu romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, como Albernaz, Ismênia, Caldas e Genelício, dentre outras.

Fora do campo literário, mas a ele ligado pela presença nas redações de muitos escritores, a imprensa tornou-se também o endereço de muitas das críticas barretianas. Ela havia passado por grandes transformações e assumido uma posição de grande prestígio junto a seus leitores:

Com as inovações técnicas que revolucionam os métodos de impressão, o crescimento das tiragens, a eficácia na distribuição e organização interna da empresa jornalística, vêm para primeiro plano as atividades de redação, ao lado das informações gerais e publicações de notícias. O jornal assume um novo papel, o de orientador da opinião pública e um meio de luta político-partidária (FIGUEIREDO, 1995, p. 31).

Esse prestígio havia sido adquirido graças à imagem de objetividade transmitida pela imprensa. Mas, nos bastidores isso não se comprovava. Era nítida a influência do arrivismo que tomara conta da sociedade no princípio do século. Essa face oculta do jornalismo foi desnudada no primeiro romance de Lima Barreto, *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*. Trata-se da história do mulato Isaiás Caminha, que veio do interior com o sonho de tornar-se doutor na capital. O sonho não se transformou em realidade e Caminha, após muitas dificuldades, conseguiu um emprego de contínuo no jornal *O Globo*, onde conviveu com muitos jornalistas e intelectuais bastante conhecidos. As personagens caricaturavam contemporâneos do autor, como Coelho Neto, Edmundo Bittencourt, Cândido Lago, João do Rio e Afrânio Peixoto, entre outros. O jornal era na realidade *O Correio da Manhã*, onde Lima já havia trabalhado.

O convívio com esses famosos jornalistas desmistificou aos olhos de Isaiás a imagem que o público lhes atribuía:

[...] Floc, um crítico literário medíocre, que só promove quem lhe interessa; Lobo, um revisor João-das-regras, caçador implacável dos erros que ferissem a língua de Camões; Leporace, 'um secretário mecânico, automático [...] sem defeitos ou qualidades'; Leborant, o dono do jornal, fabricante de sensacionalismos para vender seu produto (CAMPOS, 1988, p. 17).

O livro revelou também práticas corriqueiras dos jornais de então, cujas notícias recebiam tratamento de mercadorias para venda. Os escândalos, como vimos acima, constituíam um ingrediente especialmente apreciado, havendo em *O Globo* farejadores de casos escabrosos, sendo uma parte deles destinada aos públicos e outra, aos privados (LIMA BARRETO, 1988, p. 116). Esse recurso ao sensacionalismo, porém, não se restringia somente a esse jornal, conforme confessou o narrador do romance:

A não ser o 'Jornal do Comércio', pode-se dizer que os diários do Rio nada têm que se leia e todos eles se parecem, pois todos eles tem a preocupação de noticiar crimes, escândalos domésticos e públicos, curiosidades banais e, em geral, ilustrados com zincografias, que nada têm com o caso, quando não são hediondas ou imorais, como aconteceu com 'O Globo' que, certa vez, deu a de um cadáver exumado, inteiramente nu (LIMA BARRETO, 1988, p. 107).

Essa mercantilização da notícia levava, muitas vezes, ao extremo de falsificá-la, para torná-la mais atraente ao público:

[...] Adelermo era a imaginação do jornal, e em seus ombros recaía todo o peso da necessidade de informações imediatas ao público quando os documentos faltavam ou eram omissos. Se havia um atentado anarquista ou um terremoto na Europa e o telegrama era por demais conciso, Adelermo tinha o encargo de desenvolvê-lo, de explicá-lo, de reconstruir a cena para o gosto público (LIMA BARRETO, 1988, p. 130).

O ambiente também estava impregnado de corrupção, que atingia tanto a direção do jornal, quanto seus empregados. No primeiro, ela se evidenciava, por exemplo, na repentina mudança de posição do jornal em relação ao governo. O autor elucidou o que estava por trás dessa transformação:

O diário de Loberant ficou sendo quase a sétima secretaria do Estado. As nomeações saíam de lá e as demissões também. Bastava um aceno seu para um chefe ser dispensado, e bastava qualquer dos seus empregados abrir a boca para obter os mais rendosos cargos (LIMA BARRETO, 1988, p. 161).

Quanto aos funcionários, a maioria não perdia uma boa oportunidade de obter vantagens decorrentes do prestígio que gozavam como jornalistas. Algumas vezes, isso revertia em ganhos materiais, como no caso de Aires d'Ávila, que através de um artigo entusiástico fez com que o governo federal comprasse dois quadros supostamente de Rembrandt e Jan van Eyck, descobertos no interior de Pernambuco e que, mais tarde, descobriu-se eram falsificados. Muitas vezes, no entanto, o pagamento fazia-se à base de troca de favores. Esse interesse fica patente no tratamento dispensado por Raul de Gusmão ao escritor e médico Deodoro Ramalho: “[...] logo que o soube tão bem relacionado nas Laranjeiras, [...] falando familiarmente com deputados e senadores – gente influente para a glória e tudo o mais – começou a elogiá-lo pelo jornal” (LIMA BARRETO, 1988, p. 133). Gusmão estava praticando neste caso o expediente do “engrossamento” e da “cavação”. O “engrossamento” consistia em fazer grossos elogios a uma pessoa com influência ou com conhecidos influentes com o fim de conseguir uma “cavação”, isto é, de obter alguma vantagem pessoal, como uma nomeação para um emprego público, por exemplo.

A imprensa também fazia e desfazia celebridades em campos tão variados quanto o político, o artístico e o profissional:

Via Floc fazer reputações literárias, e ele mesmo uma reputação; via Losque, de braço dado com o medíocre Ricardo Loberant, erguer à Câmara e ao Senado quem bem queria, via Aires d'Ávila com uns períodos de dar sono e uma erudição de vitrine, influir nas decisões do Parlamento; via médicos milagreiros e tidos como sábios pedirem elogios às suas pançudas obras, a redatores ignorantes [...] (LIMA BARRETO, 1988, p. 165).

O que determinava o juízo de pensamento sobre idéias, opiniões e obras era a influência que o interessado exercia quer “[...] pela posição, relações ou recursos [...] sobre uma ou um conjunto de redações” (SEVCENKO, 1989, p. 173). Os que não aceitavam esse esquema viam-se atirados ao ostracismo. Destino pior, porém, aguardava aqueles que por qualquer motivo provocassem a fúria desses pequenos deuses: a destruição impiedosa através da crítica estampada em suas páginas.

Tais práticas da imprensa jamais contaminaram a escrita barretiana, cujo maior valor residia em sua sinceridade, ainda que, muitas vezes, eivada de certos erros ou incorreções de visão.

Essa escrita voltava-se também, algumas vezes, contra a ditadura do cientificismo, que predominava no período da *Belle Époque*. Aliás, quanto a esse aspecto, é justo destacar o caráter precursor da obra de Machado de Assis. Exemplificando-se esse caráter, pode-se citar como exemplo a sátira àqueles que pretendiam estabelecer o que era a loucura, presente em *O alienista* através da personagem Simão Bacamarte.

O problema detectado por Lima Barreto no cientificismo residia no caráter de verdade dogmática que suas teorias haviam adquirido: “É que senti que a ciência não é assim um cochicho de Deus ao homens da Europa sobre a misteriosa organização do mundo” (BARRETO, 1988, p. 1268). O autor investia contra as teorias raciais tão em moda no Brasil em fins do século XIX e início do século XX.

Na declaração acima citada, Lima Barreto expressou sua compreensão de que essas teorias serviam aos interesses europeus de dominação mundial, fornecendo uma ideologia justificatória para o eurocolonialismo. Sua preocupação girava em torno da recepção dessas idéias em solo pátrio:

E assim a coisa vai se espalhando, graças à fraqueza da crítica das pessoas interessadas, e mais do que à fraqueza, à covardia intelectual de que estamos apossados em face dos grandes nomes da Europa. Urge ver o perigo dessas idéias, para nossa felicidade individual e para nossa dignidade superior de homens. Atualmente, ainda não saíram dos gabinetes e laboratórios, mas amanhã espalhar-se-ão, ficarão às mãos dos políticos, cairão sobre as rudes cabeças da massa e talvez tenhamos de que sofrer matanças, afastamentos humilhantes, e os nossos liberalísimos tempos verão uns novos judeus (BARRETO, 1988, p. 1267).

Ele compreendia que a embalagem científica poderia dar “[...] substância e pretensa validade para atitudes segregacionistas que de outra forma se acanhariam diante do bom senso” (SEVCENKO, 1989, p. 174).

Era preciso questionar o fundamento de tais afirmações científicas preconceituosas: “É satisfação para minh’alma poder oferecer contestação, atirar sarcasmos à soberbia de tais sentenças, que me fazem sofrer desde os quatorze anos” (BARRETO, 1988, p. 1268).

Além disso, o dogma cientificista, via ação dos higienistas, transformava-se em instrumento de opressão das pessoas. Com sua atenção direcionada à higienização da cidade, eles pretendiam impor às pessoas novos hábitos de vida doméstica baseados em costumes europeus. Além disso, empregavam hospícios, quartéis, navios e prisões como laboratórios para sua prática de estratégias higienistas de desodorização do ambiente urbano (FIGUEIREDO, 1995, p. 89). O primeiro deles converteu-se em ambiente de uma obra inacabada do escritor, *O cemitério dos vivos*. O drama da internação em um hospício apareceria também, ainda que com menos destaque, em *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

Uma das armas preferidas de Lima Barreto para combater a tirania da ciência era a caricatura dos pseudo-sábios. Um exemplo da utilização dessa arma pode ser observado na construção da personagem Franco de Andrade, integrante da obra *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. O escritor descreveu-o da seguinte forma:

[...] literato, alienista e clínico ao mesmo tempo. Viera na comitiva na comitiva de um ministro baiano e já possuía quatro empregos. Além de lente substituto, era médico do hospício, legista da polícia e subdiretor da Saúde Pública. Escrevera um volume de poesias místicas e espalhava nas aulas o mais vulgar materialismo. Era idealista em verso; em prosa, positivista (BARRETO, 1988, p. 134).

Sua aparição estava ligada a um crime em que a polícia se defrontava com dois cadáveres decapitados. Encarregado pelo governo de proceder ao estudo antropológico dos cadáveres, o “sábio”, utilizando todo o arsenal de conhecimento científico importado da Europa que possuía, logo apresentou o resultado do seu trabalho. O laudo concluía que o cadáver do sexo masculino era o de um mulato com grandes sinais da raça negra. Oito dias depois, a verdade vinha à tona, tratava-se de um cidadão italiano. Um dia antes dessa descoberta, o Dr. Franco de Andrade recebia a nomeação para o cargo de diretor do Serviço Médico-Legal da Polícia da cidade do Rio de Janeiro.

Mas esse combate também se realizava face a face, conforme se pode demandar do artigo “Os tais higienistas” publicado na revista *Careta*, de 04 de dezembro de 1920. Nele, o autor fez duros reparos ao Dr. Carlos Chagas por sua “presunção”. Sobre o citado médico, asseverou:

[...] julga que, se há tuberculose, é porque não se decreta tal e qual lei e não se põe a sua execução na mão dele e dos seus colegas; se há opilação é porque não se açoita o sujeito que anda descalço e não se fuzila o que não se constrói fossos sépticos nos fundos do seu ‘tijupar’ ou coisa que o valha; e, assim, por diante. Todos os males da humanidade estariam curados se ela fosse governada por ditadores médicos, auxiliares acadêmicos, mata-mosquitos, etc., etc. (BARRETO, 1988, p. 934).

O problema, segundo o autor, residia no fato de que tais médicos desconsideravam que a maioria da população não possuía dinheiro para ter boa alimentação, vestuário e domicílio, condições necessária para que se tivesse higiene (BARRETO, 1988, p. 934-935); situação, aliás, que perdura até a atualidade.

A república e seus desmandos também chamavam a atenção de Lima Barreto. No artigo “O momento”, publicado no jornal *Correio da Noite*, de 03 de março de 1915, ele forneceu-nos uma descrição desse regime e das mudanças de costumes que acompanharam sua implantação:

O nosso régimen atual é da mais brutal plutocracia, e da mais intensa adulação aos elementos estranhos, aos capitalistas internacionais, aos agentes de negócios, aos charlatães tintos com uma sabedoria de pacotilha. Não há entre os ricos, entre os poderosos, nenhuma generosidade; não há piedade, não há vontade, por parte deles, desejo de atenuar com a sua felicidade, que é sempre uma injustiça, com a proteção aos outros, com o arrimo ao necessitados, com o fervor religioso de fazer o

bem. Têm medo de ser generosos, tem medo de dar uma esmola, tem medo de ser bons. Se a dissolução de costumes que todos anunciam como existente, há, antes dela houve a dissolução do sentimento, do inacessível sentimento de solidariedade entre os homens (BARRETO, 1988, p. 892).

O mesmo assunto forneceu a temática para “A nossa situação”, artigo sem data que faz parte de sua obra “Bagatelas”. Logo no início do texto, Barreto denunciou o esquema de corrupção que cercava o novo regime:

Estes trinta anos de República têm mostrado [...] a sua profunda desonestidade, os baixos ideais de sua política que, em presença de propinas e gorjetas, lucros ou quais seja em moeda, não trepidam em lançar na miséria, na mendicância, no alcouce, na taverna os seus patrícios [...] (LIMA BARRETO, 1961, p. 293).

Os políticos encontravam-se mancomunados com os mais ricos, sempre atuando para auxiliar-lhes a aumentar ainda mais suas fortunas:

Tenho dito muitas vezes aqui e alhures que o princípio geral a que obedece a política republicana, é enriquecer cada vez mais os ricos e empobrecer cada vez mais os mais pobres. A fortuna nas mãos dos que tem dinheiro ou alcançam possuir algum, por este ou aquele processo inconfessável, graças a toda a sorte de expedientes administrativos e legislativos, em breve é triplicada, quintuplicada, até decuplicada, em detrimento da economia dos pobres e remediados que não conhecem a governamental galinha de ovos de ouro e são chamados de tolos pelos ativos pró-homens bafejados pelos graúdos da política e da administração (LIMA BARRETO, 1961, p. 294).

Qualquer reclamação contra essa discriminação recebia como resposta “[...] o Santo Ofício policial que já arvoraram em Academia, Sínodo, Concílio, para julgar e condenar esta ou aquela teoria política que [...] não lhes agrade” (LIMA BARRETO, 1961, p. 293).

Exceto uma diminuta e felizarda parcela rica das cidades, os demais habitantes do Brasil encontravam-se em situação de abandono, vivendo à própria sorte. Essa situação é tratada em muitas obras de Lima Barreto. O abandono da população do campo, por exemplo, foi pintado em vívidas cores em *Triste fim de Policarpo Quaresma*:

Pelos seus olhos passaram num instante aquelas faces amareladas e chupadas que se encostavam nos portais das vendas preguiçosamente; viu também aquelas crianças maltrapilhas e sujas, d’olhos baixos, a

esmolar difarçadamente pelas estradas; viu aquelas terras abandonadas improdutivas, entregues à ervas e insetos daninhos; viu ainda o desespero de Felizardo, homem bom, ativo e trabalhador, sem ânimo de plantar um grão de milho em casa e bebendo todo o dinheiro que lhe passava pelas mãos [...] (LIMA BARRETO, 1987, p. 100).

A mesma obra mostrou também as condições da população urbana discriminada, retratando um dos aspectos do subúrbio. Se lá se registrava a presença de uma pequena burguesia, a classe média, havia também muitos pobres, cujas condições de vida eram muito difíceis:

[...] os subúrbios têm [...] as casas de cômodos. Casas que mal dariam para uma pequena família são divididas, subdivididas, e os minúsculos aposentos assim obtidos, alugados à uma população miserável da cidade. Aí, nesses caixotins humanos, é que se encontra a fauna menos observada da nossa vida, sobre a qual a miséria paira com um rigor londrino. Não se podem imaginar profissões mais tristes e mais inopinadas da gente que habita tais caixinhas. Além dos serventes de repartições, contínuos de escritórios, podemos deparar velhas fabricantes de rendas de bilros, compradores de garrafas vazias, castradores de gatos, cães e galos, mandingueiros, catadores de ervas medicinais, enfim uma variedade de profissões miseráveis que as nossas pequena e grande burguesias não podem adivinhar. Às vezes, num cubículo desses se amontoa uma família e há ocasiões em que os seus chefes vão à pé para a cidade por falta do níquel do trem (LIMA BARRETO, 1987, p. 74).

Além das críticas a essas instituições, Lima Barreto também dirigia suas reprimendas contra determinados valores da sociedade arrivista da época em que vivia. Um desses valores era a distinção gerada via símbolos, como anel, diploma, cartola e sobrecasaca. Aliados a um título de doutor tais coisas abriam as portas da oportunidade para o seu detentor. Tal distinção obtida pelos possuidores do mágico objeto denominado de “diploma” modificou o objetivo daqueles que buscavam o ensino:

[...] procurar a aquisição de conhecimentos para a afirmação de qualidade não é o mais importante. O objetivo da educação reside na garantia de títulos, com o intuito de alimentar a vaidade das grandes famílias, transformando o ensino em fator hierarquizante (FIGUEIREDO, 1995, p.49).

Até os mais pobres viam no diploma a oportunidade de ascenderem socialmente. Este é o caso de Isaías Caminha:

Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e omnímido de minha cor... [...] Ah! Doutor! Doutor!,,, Era mágico o título, tinha poderes e alcances múltiplos, vários polifórmicos... Era um 'pallium', era alguma coisa como clâmide sagrada, tecida com um fio tênue e quase imponderável, mas a cujo encontro os elementos, os maus olhares, os exorcismos se quebravam. /.../ Oh! Ser formado, de anel no dedo, sobrecasaca e cartola, inflado e grosso, como um sapo-entanha antes de ferir a martelada à beira do brejo; andar assim pelas ruas, pelas praças, pelas estradas, pelas salas, recebendo cumprimentos: Doutor, como passou? Como está, doutor? Era sobre-humano!... (BARRETO, 1987, p. 126).

O título de doutor transformava um mero homem em semideus convencido de “[...] compartilhar uma existência superior, sendo pois também [...] bafejados da ‘graça especial de mandar’” (SEVCENKO, 1989, p. 180).

Esse título pressupunha dois direitos com relação a livros. O primeiro, mencionado em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, refere-se a um desafeto da personagem título, o doutor Segadas:

Se não tinha amigos na redondeza, não tinha inimigos, e a única desafeição que merecera, fora a do doutor Segadas, um clínico afamado no lugar, que não podia admitir que Quaresma tivesse livros: ‘Se não era formado, para quê? Pedantismo!’ (BARRETO, 1987, p. 19).

Em outro momento da narrativa, o mesmo argumento volta a se repetir, numa conversa sobre Quaresma, que se encontrava, na ocasião, em um hospício:

Nem se podia esperar outra cousa, disse o doutor Florêncio.  
 [...] Genelício atalhou com autoridade:  
 Ele não era formado, para que meter-se em livros?  
 [...] - Isto de livros é bom para os sábios, para os doutores, observou Sigismundo.  
 - Devia até ser proibido, disse Genelício, a quem não possuísse um título “acadêmico” ter livros. Evitavam-se assim essas desgraças. Não acham?  
 (BARRETO, 1987, p. 46).

Leitura era coisa para gente formada, pensavam as personagens acima citadas, algumas das quais não diplomadas. Além disso, o diplomado julgava-se também um intelectual, portanto, no direito de publicar livros. Tais obras ainda que não tivessem verdadeiro valor, obtinham loas graças ao título acadêmico de quem as publicava.

Na mesma narrativa acima citada, Barreto construiu uma imagem ridícula de tais doutores através da personagem Armando Borges, o marido de Olga, afilhada de Quaresma.

Borges fazia questão de ser tratado segundo o seu título e para isso ostentava com alarde seus objetos de distinção. Essa ostentação manifestou-se, por exemplo, durante uma conversa com Quaresma, quando da visita ao sítio do Sossego:

Quaresma mesmo recebeu-o com as maiores marcas de admiração e o doutor, gozando aquele seu sobre-humano prestígio, ia conversando pausadamente, sentenciosamente, dogmaticamente; e à proporção que conversava, talvez para que o efeito não se dissipasse, virava com a mão direita o grande anelão 'simbólico', o talismã, que cobria a falange do dedo indicador esquerdo, ao jeito de 'marquise' (BARRETO, 1987, p. 88).

É interessante perceber que a ostentação não se materializava somente através de um objeto, no caso o anel, mas também na linguagem pausada, sentenciosa e dogmática do Dr. Borges, que julgava ser a esta a forma correta de expressão dos diplomados.

O romance trouxe, ainda, à tona o grande sonho do doutor: um emprego público. Para isso, no entanto, precisava afetar ares de intelectual. Isso a personagem obteve através da publicação de folhetos e artigos, em que não havia nada de suas idéias, mas muito de citações em língua estrangeira. A simulação do saber chegou ao extremo do ridículo quando Armando, por não conseguir ler romances franceses de Goncourt, Anatole France, Daudet e Maupassant, encomendou obras de outro autor de que gostava, mas que não tinha a aura de intelectual, em lombadas com os títulos trocados.

Ao final, essa simulação mostrou-se eficaz e Armando Borges conseguiu o tão desejado emprego público.

Outra obra em que Lima tematizou a valoração do parecer ter em detrimento do ter quanto ao conhecimento intelectual foi o conto "O homem que sabia javanês". A história narra as aventuras de Castelo, um malandro, que se aproveitava da ingenuidade e tolice de um nobre, o Barão de Jacuecanga, passando-se por professor de javanês. O pretense conhecimento que possuía garantia-lhe admiração e respeito reverente de todos que o cercavam, inclusive dos

que se consideravam sábios. No final, Castelo obtinha um ambicionado cargo no serviço diplomático.

Conforme pudemos perceber, Lima Barreto criticava a ostentação orgulhosa do título de doutor, calcada, muitas vezes, num conhecimento de fachada ou superficial, e a admiração pasmosa com que a sociedade cercava tais diplomados.

Por fim, o mulato carioca destacava a impropriedade de duas visões opostas acerca da imagem do país: o cosmopolitismo e o ufanismo.

O que irritava ao literato no cosmopolitismo era a tentativa da elite brasileira de apresentar aos olhos do europeu a imagem de um país branco e “civilizado”. Pela boca de sua personagem Gonzaga de Sá, Lima Barreto fustigou tal elite: “Fugi dessa gente de Petrópolis, porque, para mim, eles são estrangeiros, invasores, as mais das vezes sem nenhuma cultura e sempre rapinantes, sejam nacionais ou estrangeiros” (BARRETO, 1987, p. 575). A gente de Petrópolis era a elite burguesa, que, por seu pretense cosmopolitismo, criava seu mundo à parte da realidade que a cercava, constituindo-se em uma classe de alienados. Em carta dirigida a Oscar Lopes, a propósito de uma crítica a uma peça teatral deste, com data de 16 de maio de 1911, o autor estendeu sua crítica a todos que se deixavam seduzir pelo cosmopolitismo:

Resta-me a questão de Botafogo. Estás enganado em supor que é a residência que faz um botafogano. Botafogano, meu caro Oscar, é o brasileiro que não quer ver o Brasil tal e qual ele é, que foge à verdade do meio, e faz figurino de um outro cortado em outras terras. De modo que tu, mesmo indo para o Saco do Alferes, tu que queres fugir à nossa grosseria, à nossa fealdade, à nossa pobreza agrícola, comercial e industrial, és um botafogano. Botafogano é o brasileiro exilado no Brasil; é o homem que anda, come, dorme, sonha em Paris (LIMA BARRETO, 1987, p. 233-234).

O fascínio cosmopolita gerou uma cidade fragmentada e segregacionista, conforme constatou o autor em artigo escrito em janeiro de 1921:

Vê-se bem que a principal preocupação do atual governador do Rio de Janeiro é dividi-la em duas cidades: uma será a européia e a outra, a indígena. É isto que se faz ou se fez na Índia, na China, em Java, etc.; e em geral nos países conquistados e habitados por gente mais ou menos amarela ou negra (BARRETO apud BOTELHO, 2002, p. 96).

O comportamento elitista daquela época lembrava o dos colonizadores europeus que desprezavam a cultura dos povos conquistados, conforme tivemos oportunidade de perceber no primeiro capítulo dessa dissertação. Através do constante rebaixamento via jornais e revistas da cultura não oficial ou não-cosmopolita, visava-se sua desmoralização. Esse comportamento objetivava forçar o povo a adotar a cultura elitista e estrangeirada. Ora, idêntico processo foi empregado pela colonização européia para impor-se culturalmente aos colonizados, como Memmi bem destacou.

Em sua luta, Lima Barreto elegeu como adversária a discriminação dirigida àqueles que não habitavam o círculo cor-de-rosa do centro da cidade nem compartilhavam suas crenças. Para ele, não há porquê criar essa separação da cidade, se na realidade isso não acontecia:

Não se separavam bem as pessoas e as coisas, o que se via era aquele ajuntamento, aquela aglomeração, que lá do alto parecia ser uma existência, uma vida, feita de muitas vidas e muitas experiências. Não era o palacete ou o cortiço, não era o patrão ou o criado, não era o teatro ou o cemitério, não era o capitalista ou o mendigo, era a cidade, a grande cidade, a soma de trabalho, de riqueza, de miséria, de dores, de crimes de quase quatro séculos contados (BARRETO apud VELLOSO, 1988, p. 47-48).

Contra a versão segregacionista que proclamava a Cidade Nova como habitada somente por negros e local onde imperava o maxixe, ritmo de “licenciosidade e prazer”, Lima descreveu com justiça seus habitantes e a expressão cultural que ali se encontrava:

[...] era comum vê-la (a Cidade Nova) representada nas revistas teatrais do Rocio como sendo habitada sobretudo por pobre gente de cor, na maioria dada a malandragem. Mas era um exagero, porque nela outras categorias humanas já estavam predominando, entre elas a imigração italiana de recursos mais modestos. Nos pontos de bonde da Senador Eusébio ou da Visconde de Inhaúma já se viam, por isso mesmo, napolitanas robustas às dezenas, de grossos anelões de ouro nas orelhas, levando fardos de costura à cabeça, e pequenos empregados públicos e tipógrafos, e caixeiros do atacado e varejo... Ao cair da tarde vinham as moças para a janela, e então as festinhas caseiras, bem típicas da época, não tardavam a começar, animadas pelos pianistas amadores, que sabiam de cor o ‘shortish’, a valsa e a polca da moda e aos domingos brilhavam também nos salões do Clube dos Aristocratas da Cidade Nova, fundada em 1880 na Senador Eusébio, perto da praça (BARRETO apud MOURA, 1983, p.36).

No campo ficcional, em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, assistimos à defesa, através da personagem principal, do violão e da modinha, elementos populares que gozavam de má fama entre a elite:

É preconceito supor-se que todo homem que toca violão é um desclassificado. A modinha é a mais genuína expressão da poesia nacional e o violão é o instrumento que ela pede. Nós é que temos abandonado o gênero, mas com ele já esteve em honra, em Lisboa, no século passado, com o padre Caldas, que teve um auditório de fidalgas. Beckford, um inglês notável, muito o elogia (BARRETO, 1987, p. 263).

Na mesma obra, verificamos o interesse de Quaresma em recuperar velhas tradições de nosso folclore e sua decepção ante o esquecimento a que essas coisas ficavam relegadas no episódio que envolve a tia Maria Rita. Além disso, colocou em destaque a figura de Sinhá Chica, uma benzedeira que conhecia os feitiços africanos e a história sagrada. A personagem representava o sincretismo religioso que marcava o meio popular. Esse sincretismo ocorria também quando o assunto era medicina. O povo ora recorria a Sinhá Chica, ora recorria ao Doutor Campos (VELLOSO, 1988, p. 47).

É preciso, no entanto, compreender bem a postura de Lima Barreto ante a cultura popular. Ele não era um entusiasta dela. Em muitos textos, direcionou pesadas críticas quanto ao conteúdo artístico apresentado no teatro de revista, nas composições populares e na festa carnavalesca. Em outras ocasiões, o autor preferiu não opinar, justificando essa tomada de posição por sua condição de “homem do povo”. O que se pode afirmar com certeza é que o autor “[...] mesmo sem fazer seu o gosto do subúrbio, foi capaz de aceitá-lo sem paternalismo, sem valorização do ‘exótico’ mas com tolerância [...]” (RESENDE, 1983, p. 118) e defendê-lo ante a intolerância daqueles que pretendiam impor a cultura cosmopolita do centro ao povo da periferia.

Quanto ao ufanismo, constituía-se na montagem de uma imagem idealizada do país totalmente desvinculada de sua realidade. Para Sevcenko (1989, p. 178), um representava o avesso do outro. Ambos, porém, ofereciam “[...] uma forma de se alienar do país”. A diferença é que o ufanismo dava aparência de que estava fazendo exatamente o contrário.

Em 1900, Afonso Celso lançou *Por que me ufano de meu país*, obra que pode ser considerada a Bíblia do patriotismo ufanista. Anos mais tarde, no

período da I Guerra Mundial, esse ufanismo encontraria eco em obras de Olavo Bilac e Francisca Júlia. A crítica a essa espécie de patriotismo constituiu a temática principal do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, lançado em 1915.

O major Policarpo Quaresma, um morador classe média de subúrbio, após a leitura de muitas obras que traçavam um retrato ufanista do Brasil, resolveu colocar em prática todo o seu patriotismo livresco, buscando converter a nação na maior potência de sua época. Buscando esse objetivo, a personagem fracassou três vezes. Em cada uma dessas tentativas, o romancista forjou um “[...] um espaço favorável de confronto entre o patriotismo ufano/abstrato do Major Policarpo e a realidade concreta do cotidiano nacional” (DIAS, 1987, p. 8).

A primeira tentativa girou em torno de um projeto cultural, preocupando-se a personagem em localizar uma cultura genuinamente nacional. Desse desejo, surgiu sua veneração pela modinha, que divulgou com afinco, julgando ser a genuína expressão da alma brasileira ou a visita que fez a Maria Rita, uma preta velha, na tentativa de recuperar versos e músicas do cancionero popular. Essa tentativa de Quaresma esbarrou em dois problemas: ora a cultura popular encontrava-se definitivamente esquecida, ora era vista apenas como um objeto exótico (CAMPOS, 1988, p. 32). Assim, o interesse do major pela identidade cultural do país confrontou-se com o descaso com que os outros a viam, mordidos que estavam pela mosca do cosmopolitismo, que examinaremos mais adiante.

A tentativa de transformar o tupi em língua oficial do Brasil destacou como o ponto culminante dessa primeira parte da obra. O fracasso dessa tentativa resultou na transformação do major em motivo de pilhérias. Mais tarde, Quaresma, distraidamente, redigiu um documento em tupi. Esse documento foi parar nas mãos do ministro, que, ato contínuo, censurou o diretor do Arsenal, onde Policarpo trabalhava. Demitido, Quaresma tornou-se vítima das gozações dos colegas e da imprensa. Toda essa pressão levou-o ao hospício. É o fim da primeira tentativa.

Quanto à questão de tentativa de troca de nossa língua oficial, a reação a ela demonstrava como a sociedade brasileira daquela época já não pretendia identificar-se com os índios, julgando-se branca e européia, conforme já observamos anteriormente.

A segunda tentativa teve como palco o Sítio do Sossego, para onde o major se mudou após sua saída do hospício. Sua pretensão agora era a de provar a veracidade da afirmação de Caminha de que “nesta terra em se plantando tudo

dá” e corroborada por outros cronistas dos primeiros anos de colonização, esperando obter grandes colheitas e, por meio de seu exemplo, incentivar outros a fazer o mesmo, transformando o Brasil num grande celeiro.

Mais uma vez, a realidade não correspondeu ao mundo que o Major imaginava. Apesar de empregar equipamentos modernos, pragas, ervas daninhas e as insaciáveis saúvas demonstraram a Quaresma a falsidade das descrições da terra *brasilis* contidas nos livros que examinava. Mas há outras pragas de que se apercebeu e que também causavam sérios problemas na região: o abandono a que o povo da roça via-se submetido e os caciques políticos. A respeito da última, opinou o autor:

Aquela rede de leis, de posturas, de códigos e de preceitos, nas mãos desses regulotes, de tais caciques, se transformava em potro, em polé, em instrumento de suplícios para torturar os inimigos, oprimir as populações, crestar-lhes a iniciativa e a independência, abatendo-as e desmoralizando-as (LIMA BARRETO, 1987, p. 100).

Refletindo sobre esses problemas, Quaresma formulou um memorial com sugestões para melhorar a vida do homem do campo. É o fim da segunda tentativa.

A última tentativa desenvolveu novamente no Rio e envolveu um projeto político. Acreditando que somente um governo que contasse com um líder forte seria capaz de solucionar o problema do Brasil, Policarpo aliou-se ao Presidente Floriano Peixoto para lutar contra os revoltosos da Armada. Cheio de esperança, entregou ao Presidente seu memorial, mas reação deste depois de lê-lo o decepcionou profundamente. Ele constatou, então, que a imagem que construía de Floriano como um político interessado no progresso do país não correspondia à realidade:

Aquela recepção de Floriano às suas lembranças de reformas não esperavam nem o seu entusiasmo e sinceridade nem tampouco a idéia que fazia do ditador. Saíra ao encontro de Henrique IV e de Sully e vinha esbarrar com um presidente que o chamava de visionário, que não avaliava o alcance de seus projetos, que não os examinava sequer, desinteressado daquelas altas cousas de governo como se não o fosse. [...] Que direito tinha ele de vida e de morte sobre os seus concidadãos, se não se interessava pela sorte deles, pela sua vida feliz e abundante, pelo enriquecimento do país, o progresso da lavoura e o bem-estar da população rural? (LIMA BARRETO, 1987, p. 135).

Apesar dessa constatação, o major continuou alimentando sua esperança em Floriano por um certo tempo.

O golpe final em seus sonhos viria com o fim da revolta. Designado como carcereiro na Ilha das Cobras, observou, estarecido, a execução indiscriminada de prisioneiros, denunciando esse procedimento ao Presidente por carta. Foi, então, preso e provavelmente teve o mesmo destino daqueles que defendeu. É o fim do sonho patriótico ufanista e a constatação da imagem real da Pátria:

A pátria que quisera ter era um mito; era um fantasma criado por ele no silêncio do seu gabinete. Nem a física, nem a moral, nem a intelectual, nem a política que julgava existir, havia. A que existia de fato, era a do Tenente Antonino, a do doutor Campos, a do homem do Itamarati (LIMA BARRETO, 1987, p. 152).

Policarpo conscientizou-se então de que seu ufanismo o impedira de ver a verdadeira face de seu país, carregada de problemas. A proposta do livro foi a de

[...] uma mudança na forma de olhar, exigindo que se saísse das páginas dos livros e da cultura letrada, das tribunas, das bibliotecas e dos gabinetes para um contato direto com a realidade do país, sua natureza, sua gente, seus campos, suas cidades (SEVCENKO, 1989, p. 178).

Todas essas posturas corajosas de afronta à cultura dominante cobraram um alto preço de Lima Barreto:

Um homem de caráter paga por isso. E, no caso de Lima, pagou durante a vida e pagou depois da morte. Escrever como e o que escrevia já naquele tempo significava restrições e nome no índice dos jornais. Mesmo com o autor já morto. Daí a condição em que até hoje é mantido, de uma espécie de pingente no quadro geral de nossos valores literários. Literalmente. E mais – com a carga de inconveniente honestidade que o questionamento de sua obra acarreta e exige (JOÃO ANTÔNIO, 1977, p. 13).

A restituição, no entanto, já começou a ser dada. Com o distanciamento temporal, a obra desse dissidente da República das Letras forneceu elementos para críticas bem elaboradas tanto de estudiosos nacionais como de internacionais, que souberam ver o valor da contraliteratura barretiana como fotografia da época, que, em muitos aspectos, ainda descreveria bem certos aspectos atuais do nosso Brasil, mantendo uma atualidade assustadora. O

comportamento de desonestidade e favorecimento aos mais poderosos que se verifica em alguns políticos, o poderio da imprensa e sua influência no governo e o fascínio exagerado pela cultura estrangeira são apenas alguns desses aspectos.

### 3 OS BRUZUNDANGAS: POSSÍVEIS LEITURAS

#### 3.1 CRÔNICAS DO BRASIL NO ESPELHO

Assim como muitas outras palavras, a “crônica” possui o dom da polissemia, podendo trajar-se de variados significados conforme a ocasião. Em seu sentido primordial, no início da era cristã, descrevia o ato de narrar um acontecimento em ordem cronológica. Seu objetivo, portanto, era o de “[...] fazer história” (RESENDE, 1983, p. 56). Exemplo desse tipo de escrita pode ser encontrado na obra dos cronistas portugueses Fernão Lopes, Eanes de Azurara e Rui de Pina, os dois primeiros do século XV e o último que viveu entre os séculos XV e XVI, que, a serviço dos reis de Portugal, colocaram no papel a história da pátria lusitana.

A crônica, no entanto, que nos interessa estudar mais profundamente é aquela composta de um texto de caráter jornalístico-literário. O gênero literário da crônica tal qual o conhecemos hoje no Brasil teve sua origem no modelo francês do *feuilleton* (folhetim), que nasceu no século XIX e que, logo, tornou-se grande sucesso entre o público brasileiro, na época do romantismo, passando a ser empregado como chamariz para atrair leitores para o jornal. O folhetim consistia num

[...] espaço livre no rodapé do jornal, destinado a entreter o leitor e a dar-lhe uma pausa de descanso em meio à enxurrada de notícias graves e pesadas que ocupavam – como sempre ocuparam – as páginas do periódico (FLORA BENDER; ILKA LAURITO, 1993, p. 15).

O folhetim era um espaço bastante democrático quanto ao conteúdo e ao formato. Ali conviviam variadas expressões literárias, como o conto, a poesia e o romance. No caso desse último, sua apresentação realizava-se de forma fragmentada, por capítulos. Vale ressaltar que grandes obras da literatura brasileira foram inicialmente publicadas nesse formato, podendo-se citar como exemplos *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, e *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto. Além disso, o folhetim prestava-se às

discussões de fatos do dia-a-dia, abrangendo grande diversidade de assuntos, que tratavam de temas políticos, esportivos, sociais e artísticos, dentre outros. Grandes autores brasileiros dedicaram-se ao folhetim, podendo-se citar como exemplos José de Alencar, Machado de Assis, Olavo Bilac, João do Rio e Lima Barreto. No início do século XX, o folhetim começou a entrar em declínio, graças às transformações que se processaram na imprensa de então. O colunismo, a reportagem e a entrevista substituíram-no no gosto do público. Esta mudança não agrada a muitos escritores, como Lima Barreto, habitual freqüentador de folhetins: “[...] isto de jornal sem folhetins, sem crônicas, sem artigos, sem comentários, sem informações, sem curiosidades, não se compreende absolutamente” (BARRETO, 1961, p. 56). Com o passar do tempo, o folhetim encurtou e transformou-se na crônica moderna que conhecemos, cujo tema não gira em torno de vários assuntos, mas restringe-se a um único. Dentre os modernos cronistas pode-se mencionar Luiz Fernando Veríssimo, Rubem Braga, Carlos Drummond de Andrade, apenas para se citar alguns.

Conforme pudemos observar, a crônica surgiu como parte do jornal, assim sendo, apresenta as mesmas características do veículo que lhe serve de divulgação. Uma dessas características é seu caráter efêmero. A crônica tem uma vida curta, sendo esquecida no dia seguinte ao de sua publicação. Assim, ela constitui-se numa libélula literária, que só possui 24 horas de vida. Essa vida poderá ser prorrogada se a crônica for incluída num livro. Mesmo assim, ainda existe um risco: “[...] a crônica vai envelhecendo à medida que o evento determinante se distancia no tempo, tragado por outras ocorrências igualmente rumorosas e passíveis de gerar equivalentes crônicas” (MOISÉS, 2002, p. 133). Sua sobrevivência dependerá da competência de seu autor em “[...] desentranhar o perene da sucessão anódina de acontecimentos diários, e graças aos recursos de linguagem do prosador” (MOISÉS, 2002, p. 133). Há também o problema do tempo para sua composição. Tanto hoje como no passado, o cronista sempre estará prisioneiro de Cronos, na realização de sua tarefa. O tempo é curto e é preciso entregar rapidamente seu texto para publicação. O efeito de toda essa correria é a presença de “[...] imperfeições, incorreções (como as causadas pelo fato do cronista citar sempre de memória) e a presença de contradições. Ser contraditória [...] é uma das peculiaridades da crônica” (RESENDE, 1983, p. 83). Essa premência foi magistralmente descrita por Vinícius de Moraes em “O exercício da crônica”.

Essa pressa em produzir traduz-se também no tipo de linguagem empregada pelo cronista: “[...] sua sintaxe lembra alguma coisa desestruturada, solta, mais próxima da conversa entre dois amigos do que propriamente do texto escrito” (SÁ, 1985, p. 11). Assim, a linguagem da crônica recobre-se de um coloquialismo, isto é, de uma proximidade com a língua falada. Esse coloquialismo, portanto, ao invés de ser uma mera transcrição de uma frase ouvida em algum lugar da cidade, transforma-se na “[...] elaboração de um diálogo entre o cronista e o leitor, a partir do qual a aparência simplória ganha sua dimensão exata” (SÁ, 1985, p. 11). Dessa forma, a crônica é semelhante a uma conversa descontraída entre dois amigos, o cronista, que escreve em primeira pessoa, e seu leitor.

Essa simplicidade também caracteriza a escolha das situações que originarão a crônica. O que chama a atenção do cronista são os pequenos acontecimentos diários, que facilmente poderiam passar despercebidos. Trata-se da escolha de um tema ao “rés-do-chão”. Esse tema passa por um tratamento lírico ou humorístico, dependendo da escolha do autor. Ele pode ser trabalhado sob a forma de “[...] alegoria, necrológio, entrevista, invectiva, apelo, resenha, confissão, monólogo, diálogo, em torno de personagens reais e/ou imaginárias” (MOISÉS, 2002, p. 133). Nessas narrativas reais ou ficcionais, o autor possui, ainda, a liberdade de incluir-se como uma das personagens. Esse recurso à ficcionalidade, por vezes, leva a crônica a confundir-se com o conto. Quanto a essa questão, há muitas opiniões divergentes. Não querendo alongar-nos nessa polêmica, citaremos apenas duas, para comprovar a que nível chega essa divergência. Para Sá (1985, p.9) é possível determinar uma característica diferenciadora entre os dois gêneros:

Sua linha divisória – às vezes, bastante tênue – é a densidade. Enquanto o ‘contista’ mergulha de ponta-cabeça na construção da personagem, do tempo, do espaço e da atmosfera que darão força ao ato ‘exemplar’, o cronista age de maneira mais solta, dando a impressão de que se pretende apenas ficar na superfície de seus próprios comentários, sem ter sequer a preocupação de colocar-se na pele de um narrador, que é, principalmente, personagem ficcional [...]. Assim, quem narra a crônica é o seu autor mesmo, e tudo o que ele diz parece ter acontecido de fato, como se nós, leitores, estivéssemos diante de uma reportagem.

Já para o crítico Eduardo Portela (apud BENDER; LAURITO, 1993, p. 53), o conto vem a ser uma das formas que a crônica pode tomar: “A estrutura da crônica é uma desestrutura; a ambigüidade é a sua lei. A crônica tanto pode ser um

conto, como um poema em prosa, um pequeno ensaio, como as três coisas simultaneamente”.

A simplicidade de linguagem e temática é, portanto, conforme constatamos nas linhas acima, uma marca registrada da crônica. Engana-se, entretanto, quem pensa que ela colabore para fazer da crônica um texto superficial. É o que constata Antônio Cândido (1980, p. 5):

O problema é que a magnitude do assunto e a pompa da linguagem podem atuar como disfarce da realidade e mesmo da verdade. A literatura corre com frequência este risco, cujo resultado é quebrar no leitor a possibilidade de ver as coisas com retidão e pensar em consequência disto. Ora, a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, [...] ela é amiga da verdade [...] nas suas formas mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas, – sobretudo porque quase sempre utiliza o humor.

Simplicidade, sinceridade, contato familiar com o leitor, estas razões deixam bem claro porque Lima Barreto valia-se de muitos recursos do jornalismo em sua obra ficcional, como o “gancho”, que empregou em sua obra *Triste fim de Policarpo Quaresma* (SANTIAGO, 1982, p. 163-174). Além disso, o jornalismo oferecia a oportunidade de levar suas idéias a um número maior de leitores do que o livro. Lima, aliás, contribuiu durante longo período na imprensa. Após uma brevíssima experiência com sua própria revista, a *Floreal*, em 1904, o autor colaborará episodicamente com revistas e jornais, como *O país*, *A notícia*, *O diário de notícias*, *Rio-jornal*, *Malho*, *Brás Cubas* e *Revista contemporânea*. Sua colaboração mais constante, no entanto, foi para a *Careta* e o *A.B.C.* Merecem destaque ainda suas contribuições para a pequena imprensa militante, como os jornais *A voz do trabalhador* e *O debate*.

Dentre as muitas crônicas escritas pelo escritor, algumas relatavam aspectos curiosos do fictício país das Bruzundangas, observados durante uma viagem. Tratava-se de artigos críticos sobre aspectos políticos, artísticos, educacionais e sociais daquela terra. Esses artigos espalhados entre várias revistas e jornais foram reunidos no volume *Os Bruzundangas*, que foi publicado no ano da morte do autor, 1922.

O artifício do relato de viagem empregado pelo autor já havia sido utilizado anteriormente tanto no campo do real quanto do ficcional:

Quanto ao relato de viagem, sabe-se que o surto dessa literatura se deu com os descobrimentos. [...] Mas e os relatos imaginários? Considera-se a história egípcia de um marinheiro como um dos textos mais antigos sobre viagens fantásticas. A 'Odisséia', outra das mais conhecidas, relata em parte lendas heróicas de micênios e em parte viagens fantásticas, baseadas em relatos egípcios, minóicos e fenícios. Temos ainda a lenda dos argonautas, que está na fronteira entre a realidade e a fantasia. Em diversas culturas também poderão ser encontrados tais relatos, como por exemplo: 'Noites árabes', 'As viagens de Sir John Mandeville (1317)'; 'The tempest' de Shakespeare; 'Robinson Crusóe' de Defoe; 'Os lusíadas' de Camões; 'Utopia' de Thomas More, - relatos fantásticos sobre a África e o oriente. Em suma, esses relatos estão circunscritos numa tradição narrativa antiga e de produção fértil. Entretanto, a primeira exploração satírica desse gênero encontra-se em 'História verdadeira', de Luciano de Samósata, que brinca com a veracidade dos relatos clássicos, ridicularizando-os: fórmula usada também por Rabelais em 'Gargântua' e 'Pantagruel' e Swift em 'Viagens de Gulliver' (LIMA, 2001, p. 48-49).

Dentre estas obras, a última, *Viagens de Gulliver*, de Swift, uma severa crítica à Inglaterra e à sociedade da época em que vivia, teria sido uma das inspirações de Lima Barreto na composição de *Os Bruzundangas*, conforme sugeriu Faccioli (1995, p. 10), que relacionou outras fontes que, possivelmente, teriam influenciado essa opção pelo relato de viagem e pela sátira:

Outros escritores satíricos fizeram coisa semelhante, por exemplo, no século XVIII, o francês Montesquieu com as 'Cartas persas' e o irlandês Swift com 'As viagens de Gulliver'. Além disso, ele aproveitou muito bem a tradição da sátira em língua portuguesa, que vem desde de Gregório de Matos, passando por Raul Pompéia e Eça de Queirós, este, aliás, uma das fontes mais próximas do escritor carioca.

A sátira tem como característica a crítica a instituições, pessoas ou idéias, colocando em relevo o lado negativo delas através do riso. Lima Barreto estava muito consciente do valor do riso como arma mortal para expor as mazelas que infestavam o país e optou pelo seu uso nessas crônicas de viagem. Tendo em vista esse objetivo, escolheu a modalidade literária da sátira para a composição de sua obra. É curioso verificarmos, no entanto, que a sátira apresenta semelhanças acentuadas com a crônica quanto à sua permanência através dos tempos:

[...] a sátira caracteriza-se por sua efemeridade: tende a envelhecer e a perecer com os eventos que a suscitaram; obra de momento, desvanecida a conjuntura que lhe motivou o aparecimento, a sátira perde sentido e força à medida que o tempo passa (MOISÉS, 2002, p. 470).

Dessa forma, à primeira vista, sendo *Os Bruzundangas* uma obra constituída de crônicas satíricas, para que as críticas que ali se encontravam não perdessem a sua força, seria necessária a manutenção das condições que se tornaram alvos dos risonhos ataques do autor. João Antônio (1977, p. 14) confirmou a manutenção dessas condições anos depois da morte de Lima Barreto: “Mas que diabo, que bruzundanga; será possível que este País, em essência não mudou um milímetro nos últimos cinquenta e quatro anos?”. Passados alguns anos desse desabafo do escritor acima citado, é verdade que muitas das situações retratadas no livro já não persistem, por outro lado, grande parte dos problemas mencionados ainda não foi superada e é este detalhe que mantém a atualidade desse livro, que recomenda ainda hoje a sua consulta.

A crítica satírica presente no livro efetuou-se através da criação de uma cópia ridícula de um elemento sério. A criação dessa cópia foi alvo de estudos do pesquisador russo Mikhail Bakhtin, para quem esse procedimento literário havia sido criado sob a influência de certos aspectos carnavalescos. Para o autor, sua origem encontrava-se na paródia carnavalesca:

O parodiar carnavalesco era empregado de modo muito amplo e apresentava formas e graus variados: diferentes imagens (os pares carnavalescos de sexos diferentes, por exemplo) se parodiavam, umas às outras de diversas maneiras e sob diferentes pontos de vista, e isso parecia constituir um autêntico sistema de espelhos deformantes: espelhos que alogam, reduzem e distorcem em diferentes sentidos e em diferentes graus (MIKHAIL BAKHTIN, 1997, p. 124).

É interessante observar que a cópia se constitui em uma imagem grotesca do original. Ao empregar esse artifício, Lima Barreto pretendia mostrar quão grotesca era a própria realidade que servia de modelo para a obra. Assim, ela está permeada de vários duplos, isto é, cópias de personalidades, dos Estados e até do país, algumas delas ainda perfeitamente identificáveis sob a máscara de nomes estranhos que o autor emprega na obra. Sobre o emprego desses nomes por Lima, M. Cavalcanti Proença (1973, p. 81) esclareceu que:

O uso de nomes próprios exóticos, principalmente orientais – e aqui se filia a Voltaire – é a procura instintiva de tornar a sátira impessoal; mas a revolta foi recalcada e vem à tona e, com pouco, lá está ele atacando diretamente as pessoas que quisera abstrair, para a generalização simbólica.

O primeiro desses duplos estava presente na denominação dada ao país visitado: Bruzundanga. É óbvio para quem lê o livro que o autor referia-se ao Brasil. Mas, essa referência pode ser verificada mesmo no nome do país fictício. Três letras denotam sua ligação com o Brasil: a primeira, a segunda e a quarta. As duas primeiras coincidem com as do nome pelo qual conhecemos nosso país. A quarta não coincide, mas apresenta semelhança com a forma pela qual nossa nação é conhecida lá fora: Brazil. Ora, na obra Lima Barreto apresentava-se como um visitante estrangeiro, daí, possivelmente, ter sido esta a razão da escolha desse artifício.

Mas, algo a mais ainda se escondia por detrás deste misterioso título. A palavra “Bruzundanga” não existe, mas há uma outra muito semelhante a ela e que pode ter sido transformada pelo autor para criar o neologismo que intitula seus textos. Trata-se de “burundanga”:

[...] do esp. ‘burrundanga’, especialmente usado em Cuba com a significação de ‘coisa sem valor’, ‘desprezível’. O dicionário do Aurélio consigna: ‘palavreado confuso; algaravia. Mistura de coisas imprestáveis; mixórdia. Confusão, embrulhada, trapalhada. Cozinhado malfeito, ou sujo e repugnante. Mezinhas empregadas na feitiçaria (VASCONCELOS, 1998, p. 155).

Adicionando o significado desta palavra à menção ao Brasil, que comprovamos anteriormente, podemos verificar numa única palavra a visão que o autor tinha do país e que será apresentada no decorrer do livro. Para Lima, o Brasil era o país da confusão, das trapalhadas e das coisas mal feitas, onde imperava o palavreado confuso e a enganação. O título resume, portanto, o conteúdo encontrado no livro.

Se o título nos ajuda a compreender qual é a visão do autor sobre o país, o prefácio de sua autoria esclarece qual foi o seu objetivo ao escrever essa obra:

Na ‘Arte de furtar’, que ultimamente tanto barulho causou entre os eruditos, há um capítulo, o quarto, que tem como ementa esta singular afirmação: ‘Como os maiores ladrões são os que têm por ofício livrar-nos de outros ladrões’. Não li o capítulo, mas abrindo ao acaso um exemplar do curioso livro achei verdadeira a cousa e boa para justificar a publicação destas despreziosas ‘Notas’. A ‘Bruzundanga’ fornece matéria de sobra para livrar-nos, a nós do Brasil, de piores males, pois possui maiores e mais completos. Sua missão é, portanto, como a dos maiores da ‘Arte’, livrar-nos dos outros, naturalmente menores (LIMA BARRETO, 1985, p. 15).

A frase empregada para justificar a publicação da obra é deslocada pelo autor de seu sentido original. Uma interpretação “ao pé da letra” seria: os maiores ladrões são justamente aqueles que teriam a obrigação de proteger-nos dos outros. Lima empresta-lhe outro sentido: o exemplo dos maiores ladrões pode servir-nos de proteção contra as táticas dos outros, os menores. Assim, julgava válido falar de sua suposta viagem a Bruzundangas e de seus males maiores que os nossos, para que pudéssemos perceber os nossos, comparativamente, menores.

O artifício de recorrer à comparação com outra nação mostrava-se bastante apropriado para uma época em que predominava o cosmopolitismo, com o Brasil mirando-se no exemplo de países estrangeiros, principalmente a França. Neste caso, a elite buscava um modelo de perfeição que pudesse implantar. Na contramão, Lima Barreto solicitava ao leitor que procedesse de modo contrário. Ao invés de analisar o lado positivo de uma nação estranha, que se mirasse num exemplo negativo, comparando-o com a situação de nosso país. Assim sendo, construiu uma utopia às avessas, demonstrando tudo que não deveria acontecer numa nação:

Os utopistas positivos criam um mundo conseqüentemente bom; os utopistas negativos trazem à vida um mundo conseqüentemente mau. O material para os últimos pode ser tanto as idéias de alguém como as relações existentes ou revelam-se características delas que passariam despercebidas no momento atual. O mal real é ampliado (SZACKI apud LIMA, 1985, p. 45).

De qualquer forma, ambos têm o objetivo moralizante de melhorar aquilo que julgam estar incorreto na sociedade em que vivem. O que irá diferenci-los será o método empregado. Os primeiros pretendem criar a admiração por um modelo melhor e, dessa forma, incentivar o leitor a trabalhar para a construção desse modelo. Por outro lado, os segundos pretendem provocar horror ao modelo atual, para que possa ser abandonado. Nesse trabalho, eles revelam certas características que passam despercebidas no dia a dia. No caso de nosso autor, essa revelação era especialmente necessária, tendo em vista que alguns se deixavam dominar por um ufanismo utópico com relação ao país, alienando-se dos problemas que nele se encontravam. Assim, sua obra serviria como uma ferroada no peito do pé para acordar tantos Quaresmas que “dormiam em berço esplêndido” (SANTIAGO, 1982, p. 180-181).

Depois da menção do porquê da publicação das “notas”, seguem alguns exemplos em que deveriam mirar-se os brasileiros para livrar-se de seus males: um ministro que especulava com o preço do açúcar; um doutor, que sendo açambarcador de cebolas, recebeu a designação de membro de uma comissão para investigar a carestia do custo de vida e propôs, cinicamente, uma lei contra os estancadores de mercadorias; um rapaz que de anticlerical converteu-se em adulator de padres para conseguir um cargo político; um ex-ministro que especulava com o preço da carne e os produtores da província do Kaphet, que elevavam artificialmente o preço de seu produto, enquanto criticavam os outros que tentavam fazer o mesmo. Todos esses exemplos referiam-se a membros da elite do país e denotavam um comportamento hipócrita e desonesto. Exceto no caso do adulator, no comportamento dos demais, o autor aclarou a ligação de nossas classes mais altas com os interesses estrangeiros, sendo capazes de prejudicar seus próprios conterrâneos através da elevação dos preços das mercadorias para, posteriormente, vendê-las a um preço muito menor a estranhos.

Enquanto isso, o povo miúdo da Bruzundanga enfrentava grandes dificuldades:

Pobre terra da Bruzundanga! [...] toda a sua missão tem sido criar a vida e a fecundidade para os outros, pois nunca os que nela nasceram, os que nela viveram, os que a amaram e sugaram-lhe o leite, tiveram sossego sobre o seu solo! [...] Vivos, os bons são tangidos daqui para ali, corridos, vexados, se têm grandes ideais; mortos, os seus ossos esperam que os grandes rios da Bruzundanga os levem para fecundar a terra dos outros, lá embaixo, muito longe... (BARRETO, 1985, p. 16).

Embora trabalhador, o esforço do povo bruzungandense mostrava ser em vão. Tudo o que produziam criava comodidades para outros, isto é, os membros da classe dominante e os estrangeiros que compravam seus produtos agrícolas a preços bastante baixos.

O tratamento dispensado aos integrantes do povo é bem representado no verbo “tanger”, usado para referir-se a eles. Tanger significa tocar ou conduzir animais de carga. Os populares representavam para as classes mais altas meros animais de carga, a ser manipulados para produzir as riquezas, que alimentavam seu luxo nababesco. Aqueles que ousavam tentar livrar-se dos arreios sofriam dura perseguição, como o autor que estudamos.

Após descrever a elite e o povo da Bruzundanga, o cronista revela-nos uma visão de sua geografia, destacando a variabilidade de seus terrenos:

Tudo nela é caprichoso, e vário e irregular. Aqui terreno fértil, úbere; acolá, bem perto, estéril, arenoso. Se a jusante sobra cal, falta água; se há para montante, falta cal... As suas florestas são caprichosas também; as essências não se associam. Vivem orgulhosamente isoladas, tornando-lhes penosa a exploração. Aqui, está uma espécie e outra semelhante só se encontrará mais além, distante... (BARRETO, 1985, p. 16-17).

O prefácio encerra-se, então, com a reafirmação do objetivo da obra, explicitada nas primeiras linhas: “[...] os seus costumes e hábitos podem servir-nos de ensinamento [...]. Por intermédio dos dela [...] livremo-nos dos nossos: é o escopo deste pequeno livro” (BARRETO, 1985, p. 17).

Dentre estes males que afligiam a nação encontrava-se a persistência de certos costumes de extração colonial, que se verificavam no campo da literatura, da política e da educação e que analisaremos em seguida.

### **3.2 Os SAMOIEDAS: UMA LITERATURA DE BRILHO IMPORTADO**

O primeiro capítulo de *Os Bruzundangas* recebeu uma atenção diferenciada de Lima Barreto, que o denominou de “capítulo especial”. Ele falará a respeito de certo tipo de literatura que se praticava em terras bruzundanguenses. Como se vê, essa atenção é perfeitamente explicável, uma vez que o autor irá discorrer a respeito da arte a que se dedicava com tanto afinco, a literatura, e com a qual mencionou, certa vez, estar “casado”, denotando o grau de intimidade que os ligava.

Iniciando sua explanação, o autor relata como é a língua empregada naquela literatura, confessando sua dificuldade em compreendê-la:

Eu cheguei a entender perfeitamente a língua da Bruzundanga, isto é, a língua falada pela gente instruída e a escrita por muitos escritores que julguei excelentes; mas aquela em que escreviam os literatos solenes, respeitadas, nunca consegui entender, porque redigem eles as suas obras, ou antes, os seus livros, em outra muito diferente da usual, outra essa que consideram como sendo a verdadeira, a lídima, justificando isso por ter feição antiga de dous séculos ou três (BARRETO, 1985, p. 19).

Há aqui a revelação de uma divisão entre os escritores da Bruzundanga. De um lado, encontravam-se aqueles que empregavam uma língua modernizada pelo uso e, de outro, aqueles que se atinham ao emprego de uma forma antiqüíssima, julgando estarem empregando a legítima e verdadeira língua, justamente por sua feição antiga.

Eis aqui uma primeira característica colonial que resistiu ao tempo: a diferenciação entre a linguagem dos intelectuais e a comum. Observemos que o autor comenta que sua linguagem dos amantes do palavreado antigo é de “[...] dous séculos ou três”, isto é, uma linguagem seiscentista ou setecentista.

Na fase colonial, já se verificava uma bipartição da língua. Como os colonizadores e os jesuítas necessitassem de uma forma de comunicação mais fácil com os elementos nativos, os primeiros para conduzirem melhor a exploração da terra e os segundos para arrebanhar mais almas para o rebanho da Igreja, a língua indígena preponderou no dia a dia. Essa preponderância cresceu tanto que “[...] segundo Teodoro Sampaio, o tupi era usado nas relações comuns na proporção de 3 para 1, em relação ao português” (SODRÉ, 1988, p. 13). O idioma português tinha, no entanto, a exclusividade quanto o objeto eram documentos ou escritas de teor artístico. Nasceu daí uma distinção entre a língua culta, utilizada no meio intelectual, e uma linguagem popular que se praticava no cotidiano. Após o estabelecimento do português como língua única, em 1757, essa distinção permaneceu, envolvendo, agora, apenas um idioma: o lusitano. Assim, os elementos letrados que se empenhavam na produção literária passaram a se considerar os guardiões da língua “pura”, isto é, ainda não contaminada pelos neologismos que eram criados pelo povo. Essa postura continuou a persistir mesmo após a independência. Situação semelhante ocorreu em todos os países latino-americanos, conforme constatou Angel Rama (1984, p. 56), chamando a atenção para a existência de uma

[...] ‘diglosia’ característica da sociedade latino-americana, formada durante a Colônia e mantida fervorosamente desde a Independência. No comportamento lingüístico dos latino-americanos ficaram nitidamente separadas duas línguas. Uma foi a pública e de aparato, que resultou fortemente impregnada pela norma cortesã procedente da península, que foi extremada sem medida cristalizando em formas expressivas barrocas de inigualável duração temporal. Serviu para [...] as relações protocolares de membros da ‘cidade letrada’ e, fundamentalmente, para a escritura já que só esta língua chegava ao registro escrito. A outra foi a popular e cotidiana, utilizada pelos hispanos e luso-falantes em sua vida privada e

em suas relações sociais [...]. [...] a fala cortesã se opôs sempre ao alvoroço, à informalidade, à torpeza e à invenção incessante da fala popular, cuja liberdade identificou com corrupção, ignorância, barbarismo.

Rama chamou a atenção para o distanciamento que se verificou entre a linguagem da literatura latina e a que estava ao alcance de seu leitor. Ora, isto fez com que, durante muito tempo, a compreensão do texto literário estivesse somente ao alcance dos iniciados no mundo esotérico da linguagem culta.

Outro detalhe que mereceu uma consideração do crítico uruguaio foi o fato de que o uso da linguagem serviu para dividir a sociedade em “civilizados” e “bárbaros”. Tal critério é semelhante ao dos gregos que, de acordo com o que já vimos anteriormente, classificavam como bárbaros todos aqueles que não falavam sua língua, que julgavam a única pura.

Na Bruzundanga, quanto mais hermético fosse um texto com relação à linguagem mais garantido seria o seu sucesso: “Quanto mais incompreensível é ela, mais admirado é o escritor que a escreve, por todos que não lhe entenderam o escrito” (BARRETO, 1985, p.19). Neste trecho, Lima Barreto criticava a ingenuidade daqueles leitores que julgavam que uma linguagem rebuscada servisse como sinal de elevada cultura.

Ato contínuo, o autor revela-nos a existência de um outro tipo de literatura, que se originava do povo: “Nela, há a literatura oral e popular de cânticos, hinos, modinhas, fábulas, etc.; mas todo esse ‘folk-lore’ não tem sido coligido e escrito, de modo que dele, pouco lhes posso comunicar” (BARRETO, 1985, p. 20).

A literatura do povo não despertava o interesse da maioria dos intelectuais, que, devido à questão lingüística, achava-se dele apartado e ligado apenas a um pequeno número de leitores provenientes das classes mais altas. Diante dessa situação, o autor pouco poderia informar acerca desse tipo de literatura, ainda que estivesse interessado nela.

Temos, então, de um lado, uma literatura que se esmerava em escrever na língua do colonizador, propagando os valores da civilização européia; e, de outro, uma literatura mestiça formada pelo amalgama das culturas branca, negra e índia. É fácil perceber, então, porque a elite com seus aliados das letras não aceitavam este tipo de literatura. A razão era que ela lembrava nossa face mestiça, que esta elite tentava desesperadamente esconder.

Em seguida, o escritor tratará da Escola Samoieda, a escola literária predominante em Bruzundanga. Ao discorrer sobre essa escola, tocará no assunto da transplantação cultural, isto na importação indiscriminada de idéias estrangeiras, característica típica dos países colonizados.

O primeiro detalhe sobre a Escola Samoieda a ser destacado é a sua origem. Explica o autor que, para dar um ar altissonante e misterioso à sua escola, esses bardos atribuíam sua origem a certo príncipe samoieda, que teria vivido nas margens do Ártico, na Sibéria, certo Tuque-Tuque Fit-Fit, que, graças ao singular fato de alimentar-se de carne de mamutes congelada, conseguia compor brilhantes versos. Além de ótimo vate, o príncipe era descrito como sendo “uma beleza sem par e triunfal entre as deidades daquelas regiões árticas” (BARRETO, 1985, p. 23) com uma altura impressionante e seus belos cabelos loiros. A verdade, porém, é que a tal doutrina tivera origem em certo Chamat ou Chalat, aventureiro francês, que, sendo o autor de certos versos, que haviam sido alvo de severas críticas, escudou-se na poesia em língua samoieda, que conhecia de suas andanças através do mundo. No entanto, não foi através dele, mas de um discípulo basco que os poetas da Bruzundanga tomaram conhecimento de sua estética.

Sobre a crença no suposto aspecto físico dos samoiedas, asseverou Elizabeth de Lima (2001, p. 63), baseando-se em informações contidas na obra *Estilo tropical*, de Roberto Ventura:

[...] o narrador toca ironicamente nas teorias naturalistas típicas do século XIX que explicavam as diferenças das raças baseadas nas variações climáticas, sintetizadas na declaração de Montesquieu: ‘o império do clima é o primeiro de todos os impérios’. Entretanto é nas idéias do naturalista francês Buffon que certamente o narrador buscou a inspiração satírica para explicar a extraordinária combinação entre o frio e a beleza. Segundo Buffon em sua ‘Historie naturelle de l’homme’: ‘O clima mais temperado se localiza do 40° a 50° graus de latitude: é também nessa zona que se encontram os homens mais belos e bem feitos’. Essa área ideal localiza-se na Europa e em algumas partes da Ásia, sendo essa a região originária dos Samoiedas.

Dessa forma, Lima combateu satiricamente as teorias das diferenças climáticas que procuravam explicitar a superioridade dos europeus sobre as demais raças e que faziam parte da já mencionada ideologia do colonialismo. No entanto, ao mesmo tempo, em que combatia tais idéias colonialistas, o autor ironicamente fazia uso de outra para contestar a visão que os poetas da Bruzundanga tinham dos

samoiedas. Depois de descrevê-los como homens de estatura baixa e cabelos negros, que viviam da caça de renas e ursos brancos, andando de trenós e caiaques, o autor emendou: “As suas concepções religiosas são reduzidas e os seus ídolos, manipansos hediondos, tocos de pau besuntados de pinturas incoerentes [...] assim, como o contam os mais autorizados viajantes [...]” (BARRETO, 1985, p. 23). A mesma visão voltará a se repetir mais adiante, quando se refere à qualidade de sua poesia:

O Senhor Switbilter pouco acrescenta a algumas poesias que publica; e as que estão no volume, traduzidas, são por demais monstruosas, sempre com um mesmo pensamento denunciando uma concepção estreita da vida e do universo, muito explicável em bárbaros glaciais. O viajante inglês que conhece o samoieda, entretanto, diz aqui e ali, que elas são enfáticas, sem quantidade de sentimento ou um acento musical agradável e individual, descaindo quase sempre para a melopéia ou o ‘tantã’ ignaro, quando não alternam uma cousa e outra (BARRETO, 1985, p. 24).

Lima Barreto assumiu, portanto, uma postura de crítica às teorias científicas naturalistas, mas deu crédito a testemunhos de viajantes europeus, deixando de compreender como a visão que tinham de outros povos estava carregada de etnocentrismo. O próprio autor demonstrou acreditar nas idéias veiculadas por esses viajantes a respeito desses povos. Deve-se levar em conta a possibilidade da inexistência da figura de Switbilter e de que suas citações, pretensamente científicas, fossem apenas produtos da mente do escritor. Nesse caso, elas revelariam seu pensamento a respeito de povos como os esquimós, esclarecendo como sua mente encontrava-se influenciada por idéias eurocentristas a esse respeito.

Não se pode, porém, condenar nosso escritor por nutrir essa espécie de pensamento, de vez que, tais teorias eram o único ferramental intelectual disponível naquele momento. É preciso levar em conta que, mesmo sob a pressão de tais teorias, revelam-se avanços em sua visão de mundo, como no caso da condenação às teorias climáticas, que verificamos acima.

Ainda falando a respeito dos samoiedas, recordou que para os poetas da Bruzundanga, eles eram “[...] os mais belos espécimens da raça humana, possuindo uma civilização digna da Grécia antiga. Esta Grécia serve para tudo, especialmente na Bruzundanga” (BARRETO, 1985, p. 23).

Esta referência tocou na mania de Grécia que veio a instalar-se em terras brasileiras com o parnasianismo, perpetuando-se até, mais ou menos, 1914. A Grécia, como se sabe, sempre foi utilizada pelos europeus e pelas burguesias colonialistas como modelo de civilização. Essa proeminência da cultura grega sobre as demais se arraigou de tal forma nas mentes dos intelectuais colonizados, que sempre havia a possibilidade de encontrar uma sentinela vigilante, pronta a defender o pedestal greco-latino (FANON, 1990, p. 36). É preciso lembrar, entretanto, que a nossa Grécia era de “cartolina”, isto é, representada por um mero espírito decorativo e que nada tinha a ver com o verdadeiro espírito helênico. Brito Broca (1975, p. 102-104) alistou como responsáveis pela grande difusão desta mania, dentre outros, Coelho Neto, Olavo Bilac e João do Rio, que conseguia colocar ingredientes gregos em uma tragédia puramente carioca, como a de um homem enterrado no fundo de um poço e que morria aos poucos. Até mesmo Euclides da Cunha reivindicava uma origem helênica, proclamando-se uma mistura de tapuio, celta e grego.

No artigo “O destino da literatura”, publicado na revista *Sousa Cruz*, em outubro e novembro de 1921, Lima Barreto explanou acerca do fascínio que a Grécia exercia em intelectuais brasileiros. Ele ressaltou o fato do pouco conhecimento que possuímos a respeito da civilização helênica e de que como as idéias sobre a Grécia variavam de 50 anos em 50 anos. Um dos exemplos mencionados dizia respeito a um drama lírico, *Dejanira*, apresentado na Ópera de Paris, em que as personagens gregas vinham vestidas de colchas de retalhos, obedecendo às últimas descobertas arqueológicas. As esculturas gregas forneciam o outro exemplo. Dessemelhante da opinião dos renascentistas, tais esculturas seriam originalmente coloridas. Assim, não havia possibilidade de determinar com exatidão o formato da arte helênica. Mas, mesmo que isso fosse possível, não seria mais razoável aplicar os seus ideais, uma vez que com as descobertas modernas e o acúmulo de idéias, o objetivo da Arte se modificara, não sendo mais o de simplesmente transmitir beleza e prazer, agradando os sentidos (LIMA BARRETO, 1961, p. 63-64). Para o autor, a literatura deveria ser militante, atuando para a união da raça humana.

Ora, esse comentário tornava clara a existência de uma similaridade entre a Escola Samoieda, que se inspirava num povo do Ártico, e os parnasianos, que ressuscitaram a cultura grega. Em ambos os casos, os poetas não possuíam informações precisas sobre aquilo que desejavam copiar.

Além disso, havia outra motivação por detrás desse fascínio e de que Barreto certamente estava bem apercebido. Comentando a respeito dessa atração pela Grécia e pela “latinidade”, sua irmã gêmea, Broca (1975, p. 105-106) esclareceu que:

Essa mania da Grécia, como também da latinidade que de há muito prevalecia entre nós, era um meio, por vezes inconsciente, de muitos intelectuais brasileiros reagirem contra a increpação de mestiçagem, escamoteando as verdadeiras origens raciais, num país em que o cativoiro estigmatizara a contribuição do sangue negro.

Para fugirem da pecha de mestiços, nossos intelectuais fantasiavam-se de gregos ou latinos, da mesma forma que, os romanos para não serem tachados de bárbaros procuraram pontos de aproximação com a cultura grega. Sobre o retrato que pintavam de si mesmos os intelectuais elitistas da *belle époque*, comentou Thomas Skidmore (1976, p. 108): “Viam-se como minoria criativa sustentando padrões culturais num posto avançado sul-americano da civilização européia”. Em suma, pintavam-se como civilizados em meio a bárbaros, como se pode depreender do fato de Coelho Neto proclamar-se como o último dos helênicos. O necrológio de Machado de Assis escrito por José Veríssimo também serve como comprovação desse fascínio. Nele, o afamado crítico paraense elogia o nosso mulato, chamando-o de “um grego dos tempos de ouro”.

Estudando essa questão, Antônio Dimas (1983, p. 31) levantou algumas questões que merecem ser levadas em conta quando analisamos o comportamento desses literatos:

[...] será que se poderia atribuir o recuo à História eurasiática a um desconhecimento, e conseqüente complexo de inferioridade cultural de nossa própria tradição? Ignorando – ou desprezando? – nosso processo formador, o grosso de nossos ficcionistas de então era incapaz de reorganizá-lo mimeticamente, refugiando-se em tradições alienígenas para superar a ‘vergonha’ da mestiçagem e conferir-se foros de civilização. É claro que sabemos intencional o exotismo parnaso-decadente, um dos veios constituintes do movimento poético. Mas, no caso brasileiro, a importação desse traço não viria em socorro, ‘por acréscimo’, de um desejo de nivelar-se à Europa? No Brasil, não teria sido acrescentado a esse exotismo o desejo (in)consciente de repelirmos nosso passado e de nos mostrarmos também filiados à cultura clássica (branca)? E, portanto, dignos de participarmos no contexto cultural europeu e dele meredores?

A razão para os samoiedas se deixarem guiar por essas falsas idéias acerca de sua escola residia no fato, segundo o autor, de sempre optarem por idéias feitas, receitas de julgamentos e nunca tentarem examinar por si próprios qualquer questão, escolhendo resolvê-las por intermédio de generalizações que recebiam de segunda ou terceira mão e que chegavam a eles diluídas pelo fato de passarem por muitas cabeças (BARRETO, 1961, p. 24). Em suma, Lima Barreto abominava em tais poetas a cópia indiscriminada de modelos estéticos já estabelecidos, sem que eles realizassem esforço mental algum para meditar sobre o tipo de arte que deveriam praticar.

Com relação à cópia de modelos estrangeiros, é preciso deixar bem claro que nosso autor não se posicionava frontalmente contra ela. Ele próprio declarou em certo artigo de jornal: “Longe de mim censurar a imitação, pois sei bem de que maneira ela é fator de civilização e do aperfeiçoamento individual [...]” (LIMA BARRETO, 1995, p. 106). Além disso, Carlos Nelson Coutinho (1974, p. 14) chamou a atenção para a busca de modelos estrangeiros em contraposição a Machado, que se verificava em Lima Barreto. O autor mencionou um trecho de uma carta a Austregésilo de Ataíde, sobre a suposta inspiração machadiana em sua obra, que reproduzimos com o acréscimo de algumas linhas à citação de Coutinho:

Jamais o imitei e jamais me inspirou. Que me falem de Maupassant, de Dickens, de Swift, de Balzac, de Daudet – vá lá; mas Machado, nunca! Até em Turguênieff, em Tolstoi podiam ir buscar meus modelos, mas em Machado, não! (LIMA BARRETO, 1961, p. 256-257).

Portanto, para ele, a imitação poderia ser positiva, desde que, previamente, examinada quanto à contribuição que poderia gerar no trabalho do escritor e quanto à viabilidade de sua implantação em outro ambiente. Esse não parecia ser o caso da estética samoieda, conforme comprovamos em determinados detalhes que se verificam na narração do encontro de três poetas samoiedas, Kotelniji, Wolpuk e Korskikt, os principais da escola, em certo café do país. Não é difícil descobrir as identidades que se escondiam por detrás desses três nomes misteriosos. Para Vasconcelos (1998, p. 157), o autor estava se valendo deste artifício “[...] para satirizar os escritores, como a famosa trindade parnasiana – Bilac, Raimundo Correia e Alberto de Oliveira – que se reuniam num café na rua do Ouvidor”. Além desse detalhe, o uso de um instrumento de cálculo matemático, o

*vernier*, mirava na escola parnasiana, que primava pelo rigor na metrificaco. Ainda que esses detalhes, a princípio, remetam aos parnasianos, no decorrer do diálogo percebemos que as críticas do escritor dirigiam-se também a outra escola: a simbolista.  da combinao dos pressupostos estticos dessas escolas, que  construída a Escola Samoieda. Essa juno no é despropositada, já que os nossos simbolistas:

[...] entraram a percorrer a linha européia do estetismo passando muitas vezes do Parnaso ao Simbolismo e outras tantas voltando ao ponto de partida. Vista deste ângulo, é apenas de 'grau' a diferena entre o parnasiano e o decadentista brasileiro: naquele, 'o culto da Forma'; neste, a 'religio do Verbo'. [...] se pusermos entre parênteses as veleidades dos simbolistas de realizarem, através da arte, um projeto metafísico; e se atentarmos so para a sua concreta atualizao verbal, voltaremos à faixa comum do 'estilismo' onde se encontram com os parnasianos (ALFREDO BOSI, 1999, p. 268-269).

O primeiro detalhe dos bardos samoiedas que chamava a ateno do cronista era sua vestimenta:

A Bruzundanga, como todos sabem, fica nas zonas tropical e subtropical, mas a estética da escola pedia que eles se vestissem com peles de urso, de renas, de martas e raposas árticas. É um vestuário barato para os samoiedas autênticos, mas caríssimo para os seus parentes literários dos trpicos. Estes, porém, crenes na eficácia da vestimenta para a criao artística, morrem de fome, mas vestem-se à moda da Sibéria (BARRETO, 1961, p. 26).

Dois fatores tornavam inapropriadas para a Bruzundanga as vestimentas samoiedas: o clima e o custo das roupas. Os samoiedas, porém, no se importavam em destoar do ambiente quanto a seus adereos e nem de gastar uma fortuna com relao a eles, conquanto se tornassem os mais parecidos possíveis com seus supostos colegas do rtico.

Um dos alvos dessa crítica eram os poetas simbolistas. A aristocracia que caracterizava a escola fazia com que procurassem meios para se destacarem no meio da multido: "Isto contribuiu para que os simbolistas procurassem diferenciar-se do vulgo também pela indumentária. Muitos ostentavam um dandismo gritante" (BROCA, 1975, p. 130). Mas, eles no eram os únicos a fazer isso. Escritores de outras tendências também abusavam na extravagância dos trajes. Era voga também no período, entre escritores de variados matizes, copiar a

maneira de ser, as atitudes ou as vestimentas de certos escritores estrangeiros famosos. Como exemplos desse hábito, temos os casos de Elísio de Carvalho e João do Rio, que copiavam o inglês Oscar Wilde. Essa imitação ocorria mais nos aspectos externos do que com relação à obra (BROCA, 1975, p. 111). Esse detalhe demonstrava o quanto certos escritores brasileiros desejavam ser europeus. Elísio de Carvalho, em entrevista a João do Rio, publicada em seu livro *O momento literário*, fez a seguinte declaração esclarecedora quanto a este desejo: “[...] não sou um escritor brasileiro, não me pareço [...] com qualquer deles [...] eu sou supranacional e pertença ao momento intelectual europeu” (apud SKIDMORE, 1976, p. 115). Tal pensamento revelava sua mentalidade colonizada que, assim como a de muitos outros escritores, prestava culto à cultura europeia, desdenhando de nossas manifestações culturais.

Retornando ao episódio do café, vamos encontrar os três vates discutindo os versos de um deles, Worspikt. A poesia tratava de lua e *iceberg*. Ora, nenhum daqueles poetas jamais vira um *iceberg*, no entanto, eles discutiam com entusiasmo a emoção com que o outro traduzira em versos a visão daquele espetáculo dos pólos.

O cronista procurava mostrar através dessa situação a alienação de certos autores nacionais, que ao invés de descreverem situações que os cercavam, preferiam descrever ambientes externos, dos quais não tinham conhecimento algum.

Para Lima (2001, p. 68), a crítica aos versos sobre luar e iceberg tinha um endereço certo: “[...] podemos vislumbrar na ‘criação’ de Worspikt uma paródia aos primeiros versos de ‘Antífona’ de Cruz e Souza: Ó Formas Alvas, brancas, Formas Claras de luas, de neves, de neblinas!...”. Assim, mais uma vez, o alvo seria a escola simbolista. A título de justiça com a memória do principal representante dessa escola, Cruz e Souza, cumpre lembrar que a produção poética desse autor ainda carece de estudos mais aprofundados, que ajudem a esclarecer melhor a importância desse autor no universo da literatura brasileira.

Outro detalhe contribui para essa associação, a discussão sobre o uso de vogais na poesia. Sobre essa utilização, Bosi (1999, p. 265) mencionou o exemplo de Rimbaud, cuja teoria “[...] vai [...] ao encontro dos sons vocálicos: ‘A noir, E blanc, I rouge, U vert, O bleu’”.

Analisando a presença do simbolismo no Brasil, Bastide (apud SODRÉ, 1988, p. 503) expressou sua estranheza diante da implantação dessa escola em nossas terras tropicais:

Se há uma poesia essencialmente nórdica, essa será exatamente a poesia simbolista. É necessário procurar as suas origens no 'lied' alemão e sobretudo na poesia inglesa. [...] É, pois, um platonismo inglesado, nórdico, que admiramos na arte moderna. Não são temas simbolistas: o calor luminoso do sol, mas sim o frio límpido da lua; não a cabeleira negra, mas a cabeleira dourada dos nórdicos, ou o outono dos cabelos ruivos; é o cisne e é a neve; é o céu cinza das planícies do Norte. Como se poderá explicar, então, que o maior representante da escola simbolista no Brasil seja um descendente de africanos, um filho de escravos, um negro que encontrou sempre pelo seu caminho, para detê-lo, o preconceito de cor? Há aí um verdadeiro paradoxo, que só se pode explicar pelo caráter 'classificador' do simbolismo.

Adotar o simbolismo qual escola implicava em vestir-se com a máscara da cultura europeia o que no Brasil de então contribuía para dotar de certo *status* aquele que assim se travestia.

Como se pode perceber, a Escola Samoieda estava distante da realidade da Bruzundanga, atendo-se às regras e paisagens que nada tinham que ver com a nação.

Depois de descrever esse encontro, Lima voltou sua atenção para o Kotelniji, o principal poeta samoieda e que produzia poesias de acordo com as leis científicas da arte. Quatro leis regiam essa escola. A primeira dizia que, sendo a poesia uma maneira de transportar o espírito do homem do real para o ideal, deveria provocar sono para levar ao sonho; a segunda afirmava que a monotonia seria a qualidade desejável a ser perseguida na obra poética; a terceira declarava que um trabalho só era belo se pudesse ser interpretado somente com a ajuda ou comentário do autor e de seus íntimos e a quarta determinava que o poema deveria valer-se da harmonia imitativa, isto é, de um jogo de palavras que reproduzisse os fenômenos descritos na poesia. Esse alheamento do mundo à volta e a incapacidade criativa dessa espécie de bardo assustava a Lima Barreto (2001, p.28):

[...] não possuía ele um acervo de noções gerais, de idéias, de observações, de emoções próprias e diretas do mundo, de julgamentos sobre as cousas, tudo isso que forma o fundo do artista e que, sob a ação de uma concepção geral, lhe permite fazer grupamentos ideais, originalmente criar enfim.

A mera imitação de conceitos alienígenas não permitia a esses artistas manifestarem suas emoções, fazer-se conhecer a outros homens, comunicando o que lhes havia na alma. Essa postura chocava-se frontalmente com a de Lima Barreto, que via a literatura como um meio para auxiliar os homens a melhor se conhecerem uns aos outros. Daí, a ocorrência dessa crítica tão áspera à literatura que então se praticava.

Mas, se neste texto, vislumbra-se uma crítica ao fascínio de escritores por modelos estrangeiros, em “A arte”, essa mesma acusação dirigia-se aos críticos e a elite consumidora da literatura, nesta crônica, incluída entre as demais artes. Sobre a crítica, Lima Barreto trouxe à tona o preconceito contra determinados escritores, “[...] aos quais os jornais nem notícia dão dos livros” (BARRETO, 2001, p. 129). Ele mencionou o exemplo de certo escritor, que se tornara alcoólatra, após ter sido rejeitado por ser “javanês” e não saber “sânscrito”. É óbvia a referência a si mesmo, alvo de pesadas críticas com respeito ao seu aparente desleixo gramatical. Quanto à questão racial, é preciso destacar que, por ser meramente negro ou mulato, um escritor poderia não sofrer tal tipo de rejeição. Machado de Assis, por exemplo, mesmo sendo de origem negra, obteve sucesso no mundo literário. Nesse ponto, a crítica do autor parece-nos exagerada. A razão da rejeição de sua obra estava ligada mais às verdades nelas contidas do que à cor da pele de quem as escrevia.

Para o autor, a crítica demonstrava clara simpatia por escritos estrangeiros em detrimento das obras nacionais: “É engraçado que seja só maior rigor a brandura quando se trata de poetas da Austrália; mas quando se trata de vates da Bruzundanga a maior brandura é o rigor” (BARRETO, 2001, p. 130).

O mesmo fenômeno de valorização demasiada da arte estrangeira ocorria entre a elite consumidora atingindo não só a literatura, como as demais artes. Mencionando o exemplo de um pintor estrangeiro, declarou:

Os quadros que ele traz, talvez, não sejam dele; são de uma banalidade de concepção e de uma infantilidade de execução lamentáveis; mas os tais homens lidos, viajados, que desprezam os javaneses (os mulatos de lá), afirmam que o homem é extraordinário (BARRETO, 2001, p. 130).

Conforme observamos acima, Lima Barreto desmistificou em sua obra o fascínio pelo estrangeiro, quer da parte de escritores, quer da parte de

críticos e leitores, demonstrando a permanência de uma característica típica da colonização, a atração do habitante da colônia pelas coisas da metrópole.

### **3.3 ECONOMIA E POLÍTICA: A PRESENÇA DAS MARCAS COLONIAIS**

Na crônica “A política e os políticos da Bruzundanga”, o autor elencou algumas características econômicas e políticas da terra que visitou. Os primeiros parágrafos deste texto tratam resumidamente da política econômica da nação visitada. Lembra o autor, que o país, a despeito de sua riqueza mineral e vegetal, vivia, na maior parte do tempo, na miséria. De tempos em tempos, porém, a riqueza marcava presença através da ostentação de bens e finos trajes, que desfilavam pelas ruas da nação. Este ciclo durava de dois a três anos, após o que a situação voltava a ser de miséria. Destacando a razão dessas transformações violentas, comentou o escritor: “É que a vida econômica da Bruzundanga é toda artificial e falsa nas bases, vivendo o país de expedientes” (BARRETO, 2001, p. 43). Em outro trecho da obra, explicou no que consistiam esses expedientes:

O país vivia de expedientes, isto é, de cinqüenta em cinqüenta anos, descobria-se nele um produto que ficava sendo a sua riqueza. Os governos taxavam-no a mais não poder, de modo que os países rivais, mais parcimoniosos na decretação de impostos sobre produtos semelhantes, acabavam, na concorrência por derrotar a Bruzundanga; e assim, ela fazia morrer a sua riqueza, mas não sem os estertores de uma valorização duvidosa. Daí vinha que a grande nação vivia aos solavancos, sem estabilidade financeira e econômica [...] (BARRETO, 2001, p. 30).

O comentário desvenda o funcionamento da economia da Bruzundanga, que se concentrava excessivamente na exploração de um único produto. Sendo aquela nação um duplo do Brasil, referia-se o cronista à desastrada experiência de exploração econômica que transcorria em nosso solo. Analisando tais explorações, Lima (2001, p. 84) chamou a atenção para um comentário de Caio Prado Júnior (1977, p. 126):

[...] no clássico 'Formação do Brasil contemporâneo', analisa a evolução econômica da colônia brasileira observando nela um caráter cíclico, tanto no tempo quanto no espaço, assistindo-se em decorrência disso a sucessivas fases de prosperidade e depois de maior ou menor lapso de tempo, mas sempre curto de aniquilamento total.

Assim, Lima Barreto discordava da exploração desordenada dos recursos naturais, marca da economia de nossa nação desde a época da colônia. Cabe lembrar que o primeiro produto a se tornar alvo dessa exploração foi o pau-brasil, depois, tivemos o ciclo do ouro e assim por diante. No caso do ouro, os portugueses estabeleceram o altíssimo imposto do quinto, que gerou a revolta da Inconfidência Mineira. O furor taxatário prosseguiu após a independência, aumentando o preço de nossos produtos e tornando-os pouco competitivos em relação aos dos outros países concorrentes.

Nelson Werneck Sodré (1978, p. 94) informou que em um exame da balança do comércio exterior nos últimos anos do século XIX constatou-se que ela se concentrava apenas em alguns produtos especialmente favoráveis, seja de forma transitória – açúcar, algodão, borracha, seja de forma prolongada – café. Dessa forma, os principais produtos de exportação eram de origem agrícola ou extrativa, as chamadas matérias-primas. A exploração de tais produtos demonstrava a permanência da face colonial em nossa economia:

A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país [...]. Economia de exportação constituída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais aos países e populações das regiões temperadas da Europa e mais tarde também da América, ela se organizará e se desenvolverá em ligação íntima e estreita dependência do comércio ultramarino em função do qual se formou e se desenvolveu. Será essencialmente uma economia colonial, no sentido mais preciso, em oposição ao que denominaríamos de economia 'nacional', que seria a organização da produção em função das necessidades próprias da população que dela participa (CAIO PRADO Jr., 1977, p. 270).

Lima Barreto destacou como típico exemplo dessa espécie de economia o caso borracha. Ela existia em abundância no país imaginário que descreveu, mas localizava-se em áreas que dificultavam a exploração por serem alagadiças e/ou infestadas de febres e endemias. Todas essas dificuldades encareciam o produto. Além disso, “[...] os estadistas da Bruzundanga taxavam a

mais não poder o produto” (BARRETO, 2001, p. 48), aumentando ainda mais o seu preço. A respeito da extração indiscriminada da borracha no Brasil e seu triste destino final, Prado Jr. (1977, p. 239) destacou o fato de que as seringueiras foram submetidas a uma extração intensiva e mal elaborada, o que contribuiu para sua rápida destruição. Mas, os exploradores não se preocupavam, pois havia ainda muitas árvores a explorar dentro da floresta amazônica. A cada avanço, no entanto, a dificuldade de exploração se complicava ainda mais, devido à dificuldade de acesso e à dispersão do arvoredo. A ruína rondava a cultura no curto prazo.

Enquanto não havia concorrência, a taxaçoão fez a alegria dos poderosos da província dos Rios, que ergueram palácios, teatros, hipódromos, etc. À margem dos seus rios, nasceram grandes cidades, cheias de magnatas ricos e de prostitutas de luxo. Não tardou, porém, a chegar a derrocada. Os ingleses levaram as sementes da árvore para suas colônias, plantaram-nas e passaram a obter um produto mais barato que o da Bruzundanga, cuja província produtora dessa mercadoria logo entrou em colapso, deixando de pagar suas dívidas.

O exemplo estava ligado, é claro, ao ciclo da borracha que ocorreu no estado do Amazonas e que em seu período áureo contribuiu para a edificação de majestosos prédios, como o Teatro Amazonas, em Manaus, que ganhou ares de cidade européia, com sua elite enriquecida a viajar constantemente para Europa ou a desfrutar seus iates chiques e suas prostitutas estrangeiras a enfeitar suas ruas. Toda essa opulência teve lugar em fins do século XIX, encerrando-se nos primeiros do século XX, graças à concorrência da borracha produzida em países asiáticos:

A ameaça já vinha de longa data. Em 1873 e 1876 são levadas do Amazonas para Londres sementes de ‘hevea’, e lá semeadas no jardim botânico de Kew. Transportadas as plantas daí para Ceilão e Singapura, elas dariam origem às imensas plantações racionalmente conduzidas e selecionadas do Ceilão e da Malásia, que desbancariam completamente a produção extrativa da América. Em 1919, numa produção mundial de 423.000 toneladas, o Oriente contribuiria com 382 mil; ao Brasil não caberá mais que a modesta soma de 34.000, valendo apenas 105.000 contos (5.686.000 libras) (PRADO Jr. ,1977, p. 239.).

O impacto na economia regional foi tão grande, que ela só veio a recuperar-se muitos anos depois, graças à ajuda do Governo Federal. Sobre o fim do ciclo da borracha, assinalaria Sodré (1978, p. 104) que ele se constituía em “[...] mais um episódio no velho quadro da impossibilidade nacional para dar continuidade

a algum empreendimento em que houvesse concorrência estrangeira”. Assim, quando “[...] a nossa estrutura de produção [...] encontrava competição de origem em que a estrutura era diversa, muito mais aparelhada não estava em condições de resistir” (Prado Jr. ,1977, p. 91).

Outra dessas riquezas mencionadas era o café, cultura predominante na economia brasileira na época da escrita dessas crônicas, e que recebeu uma atenção especial do autor. O café produzia riqueza e, simultaneamente, pobreza para o país. Riqueza para uma minoria que o cultivava e pobreza para a maioria, já que se tratava do “[...] maior ‘mordedor’ das finanças da Bruzundanga” (BARRETO, 2001, p. 47). O problema residia no domínio político do país exercido por seus produtores, que empregavam as finanças públicas para valorizar sua mercadoria através de empréstimos no exterior. A manobra consistia em comprar o produto por um preço vantajoso para os interessados, principalmente investidores estrangeiros, mas que trazia graves prejuízos às finanças da nação. Para pagar esses empréstimos, o governo, muitas vezes, recorria ao aumento de impostos, que sempre prejudicava ou atingia os mais pobres. Além disso, o café espalhava a esterilidade em terras férteis, ocasionando prejuízos para a produção agrícola do país. Mais uma vez, Lima Barreto alfinetou o excesso de atenção dado a uma única cultura. Junto a esta reprimenda, censurou ainda o uso da máquina pública para auxiliar os plantadores de café:

A mentalidade desses oligarcas é tal, que não trepidaram em fazer votar uma lei colonial, uma verdadeira disposição de Carta Régia, para diziam eles, aumentar o preço da ‘medida’ (cerca de quinze quilos) do café. O seu aparelho governativo decretou em certa ocasião, a proibição do plantio de mais de um pé de café que fosse, da data daquela lei em diante. A lei, ao que parece, caiu em desuso. Não era de esperar outra coisa... (BARRETO, 2001, p. 98).

O autor mencionava as medidas de proteção tomadas pelo governo para auxiliar os grandes cafeicultores. O uso de medidas desse tipo é testemunhado por Prado Jr. (1977, p. 229), que assinalou que entre 1890 e 1900, as plantações de São Paulo tinham duplicado, passando de 220 a 520 milhões de cafeeiros. Procurando remediar esse mal, o governo paulista estabeleceu em 1902 um imposto sobre novas plantações. A queda de preços e as dificuldades de venda tinham, já por si, diminuído esse ritmo de crescimento, fazendo com que no decênio seguinte (1901-10), os cafeeiros aumentassem apenas em 150 milhões.

Além da agricultura, principal atividade econômica da Bruzundanga, o cronista relatou também o funcionamento de sua indústria: “A indústria nacional da Bruzundanga tem por fim espoliar o povo com os altos preços dos seus produtos. É nacional, mas recebe a matéria prima já em meia manufatura do estrangeiro” (BARRETO, 2001, p. 122).

Se em determinada época as indústrias estrangeiras interessavam-se em receber a matéria-prima nacional e remetê-la de volta sob a forma de produto manufaturado, em outro período, esse interesse cessou, devido ao alto valor das tarifas alfandegárias. Além disso, a mão de obra de nosso país era muito barata em comparação a dos conterrâneos desses industriais. Havia ainda, a questão dos transportes. Ganhava-se mais com a instalação de uma fábrica no país consumidor do que com a remessa de mercadorias por algum meio de transporte. É dentro deste espírito que se montaram as chamadas “indústrias subsidiárias”, isto é, as filiais das grandes fábricas estrangeiras no Brasil. Essas filiais ou apenas embalavam o produto que vinha de fora ou participavam em alguma fase de seu processo de montagem.

Além deste, havia ainda um outro arranjo, de que se ocupou Lima Barreto em sua obra, conforme vimos acima: as indústrias com capital total ou em parte considerável brasileiro, que

[...] não fazem mais que montar peças acabadas ou semi-acabadas que importam. Elas se encontram sobretudo no setor de aparelhamento elétrico (motores, ascensores, rádios, vitrolas, etc.). Estas indústrias embora nacionais, são muitas vezes ligadas intimamente e mesmo subordinadas inteiramente a organizações estrangeiras (PRADO Jr., 1977, p. 267-268).

Essas indústrias apenas montavam as peças que traziam de fora, assimilando-se assim às indústrias subsidiárias, diferindo destas apenas no que tange à origem de seu capital formador.

Como se vê, a economia da Bruzundanga/Brasil esmerava-se no atendimento aos interesses dos estrangeiros. Para isso, contava com zelosos representantes que se esforçavam nessa função. Um deles era o elegantíssimo deputado Felixhimino Bem Karpatoso, constantemente indicado relator do orçamento da República da Bruzundanga.

Certo dia, o eminente deputado atendeu convite para visitar o presidente Idle Bhras de Grafone e Cinema. Nesse encontro, o presidente endereçou-lhe um pedido:

- Karpatoso, o orçamento fecha-se sempre com 'deficit'. Este cresce de ano para ano... Tenho que satisfazer compromissos no estrangeiro... Espero que você me arranje um meio de aumentarmos a receita. Você tem estudos sobre finanças e não será difícil para você... (BARRETO, 2001, p.33).

Logo, apresentava suas idéias salvadoras: aumentar em três vezes o imposto sobre o açúcar, o café, o querosene, a carne-seca, o feijão, o arroz, a farinha de mandioca, o trigo e o bacalhau; dobrar o imposto dos tecidos de algodão, sapatos, chapéus, fósforos, leite condensado, taxa das latrinas, água, lenha, carvão, espírito de vinho. Além disso, criava um novo imposto de 50% sobre as passagens de trens, bondes, barcas. Mas nem tudo era taxaço. Isentavam-se de qualquer imposto a seda, o veludo e o champanhe.

A taxaço era seletiva, os impostos incidiam sempre sobre os mais pobres, deixando de lado os produtos consumidos pela elite do país. Ora, este procedimento continua a ser empregado por governos nacionais subservientes a interesses estrangeiros, como o nosso, conforme percebemos mesmo agora, quando não há taxaço de fortunas, mas pesados impostos sobre gêneros alimentícios e outros de primeira necessidade, criados sob a batuta dos modernos Felixhimino Ben Karpatosos.

A respeito dos políticos que dirigiam a República visitada, o autor forneceu-nos o seguinte retrato: "[...] são o pessoal mais medíocre que há. Apegam-se a velharias, a cousas estranhas à terra que dirigem, para achar solução às dificuldades do governo" (BARRETO, 2001, p. 43).

O apelo às idéias alienígenas veio à baila, por exemplo, no momento da formulaço da constituição da Bruzundanga. Três sábios constituintes foram escolhidos para essa tarefa: Felício, Gracindo e Pelino. Ao invés de redigirem a nova constituição tendo em vista a situação local, pretendiam baseá-la em modelos estrangeiros. A primeira sugestão recomendava a cópia da constituição país dos Huyhnms, terra dos cavalos. Recusada essa proposição, sugeriu-se, então, a de Lilliput, terra de anões. Nova recusa e, finalmente, os sábios chegaram à conclusão de que a constituição da Bruzundanga basear-se-ia na de Brobdingnag, a terra dos

gigantes. Todas essas terras citadas referiam-se a países imaginários percorrido por Gulliver, na obra *Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift. Temos aqui, então, é um caso de intertextualidade entre a crônica barretiana e a obra do autor irlandês.

Possivelmente, a crítica do autor baseava-se em acontecimentos ocorridos durante a formulação da constituição de 1891, a primeira no regime republicano, vazada na constituição americana. O contraste era imenso: um país de “[...] minúsculos bonecos [...] que queriam possuir uma constituição de gigantes” (BARRETO, 2001, p. 58). O modelo, portanto, não se revelava adequado para o Brasil, mas a mania de grandeza de nossos políticos levou-os a adotá-lo.

Outro aspecto da política comentado na obra é a relação entre políticos e povo:

A primeira coisa que um político de lá pensa, quando se guinda às altas posições, é supor que é de carne e sangue diferente do resto da população. O valo de separação entre ele e a população que tem de dirigir faz-se cada vez mais profundo. A Nação acaba não mais compreendendo a massa dos dirigentes, não lhe entendendo estes a alma, as necessidades, as qualidades e as possibilidades. [...] eles tratam, no poder, não de atender as necessidades da população, não de lhes resolver os problemas vitais, mas de enriquecerem e firmarem a situação dos seus descendentes e colaterais. Não há lá homem influente que não se julgue com direito a deixar para os seus filhos, netos, sobrinhos, primos, gordas pensões pagas pelo tesouro da República (BARRETO, 2001, p. 43-45).

Não é de surpreender este comportamento dos governantes, já que

os

[...] os primeiros dirigentes brasileiros foram continuadores imediatos da tradição política portuguesa-bragantina, nos que se lhes seguiram, encontramos todos os defeitos e os vícios dessa política, que moldou a dos governantes brasileiros – Império ou República (MANUEL BONFIM, 1996, p. 453).

Dessa origem forjou-se a mentalidade de nossos governantes:

Subimos das abjeções de hoje, e vamos até a carência e os crimes dos governos da metrópole sobre o Brasil; perscrutamos os males em que atualmente se amesquinha esta pátria; e deparamos, como fonte de tudo, com as próprias formas de pensar e de sentir dos desfrutadores do governo. Então, se lhes catamos a alma, apenas encontramos: vaidade de mandonismo, tendência ao uso despótico do poder, incapacidade para a prática da justiça, incompreensão do papel da liberdade, prepotência e intolerância, incompatíveis com a cooperação necessária na verdadeira política de um governo livre; incompreensão das responsabilidades, cegueira para a realidade, inabilidade no apurar dos fatos para a legítima

inspiração política; nulidade de concepções sintéticas orientadas pelas necessidades positivas; ausência de senso crítico, substituído por estúpidos e maléficos preconceitos, mascarados das leituras mal assimiladas; carência de preparo e de segura ideologia; grosseria de inspirações, sedução pelas riquezas e a grandeza material; tirania sobrenadando o servilismo, a insinceridade, o ânimo de transigências, a falsidade na corrupção, até a degradação e a ignomínia... (MANUEL BONFIM, 1996, p. 453-454)

Logo, esses governos existiam não para atender as necessidades da coletividade, constituída em sua maioria pelos elementos populares, mas para servirem aos interesses particulares de uma minoria elitista ou de investidores estrangeiros.

Ilustrando o comportamento dos governantes da nossa Bruzundanga, Lima Barreto escreveu a crônica “Um mandachuva”. Mandachuva era o título dado ao presidente daquela nação. Esse título ressaltava a tendência despótica ao poder, mencionada acima. Ora, nesta palavra está acentuado o poder “divino”, que se concentrava nas mãos desse indivíduo. Daí, se compreender porque este cidadão sentia-se tão diferente do resto da população e, obviamente, muito acima, dos outros “deuses” políticos – deputados, senadores e assim por diante, julgando-se o Deus-mor da nação.

Mas, para atingir esse cargo, exigia-se que o candidato contasse com um diploma doutoral, de preferência, de advogado. Contestando essa exigência, Barreto (2001, p. 60) lembrou que:

As leis são o esqueleto das sociedades, mas a feição de saúde ou doença destas, as suas necessidades terapêuticas ou cirúrgicas, são dadas pelo prévio conhecimento e exame, no momento, do estado de certas partes externas e de seus órgãos vitais, que são o comércio, a sua indústria, as suas artes, os sonhos do seu povo, os sofrimentos dele – toda essa parte mutável das comunhões humanas, cambiantes e fugidia, que só os fortes observadores, com grande inteligência, colhem em alguns instantes, sugerindo os remédios eficazes e as providências adequadas, para tal ou qual caso.

Os “mandachuvras” eram escolhidos não entre os profissionais de direito mais gabaritados, mas entre os mais mesquinhos, entre aqueles que viveram a maior parte do tempo na roça e encontravam-se alienados dos problemas nacionais, estando interessados apenas em questões locais.

Este tipo de homem, graças às influências políticas locais, galgava postos políticos até alcançar o cargo de Presidente. Mas, se alguém pensa que nestes cargos, ele adquiria conhecimento dos problemas da nação, acha-se muito enganado. Durante este período pré-presidência, ele encontra-se totalmente “[...] absorvido pelas intrigas políticas, pelo esforço de ajeitar os correligionários, pelo trabalho de amaciar os influentes e preponderantes, na política geral e regional. A sua atividade espiritual limita-se a isso” (BARRETO, 2001, p. 61).

Essa alienação dos problemas populares leva-o a desprezar o povo e seus problemas:

O que o aborrece, sobretudo, são as audiências públicas – uma importunação para esse parente de São Luiz. Mais o amolam que lhe dão fadiga. Ao sair de uma delas, diz à mulher:

- Que povo aborrecido!

- Mas que tem você com o povo? – pergunta Mme. Mandachuva [...]. (BARRETO, 2001, p. 63).

Para Bonfim (1996, p. 455), esse despreparo estava ligado à má formação de nossos políticos-advogados, uma herança nada valiosa deixada por nossos descobridores lusitanos. As escolas brasileiras de direito reproduziam os preceitos da famosa Escola de Direito coimbreense, que havia plantado em Portugal a falsa política. Essa contaminação fez com que, nos séculos XIX e XX, o bacharel jurista de nossa nação apresentasse a mesma ignorância do desembargador português do século XVIII, julgando que as teorias de seu curso poderiam ser empregadas com sucesso nos mais variados campos, como a economia e a administração.

Em consequência dessa formação:

A realidade deixou de ter significação para tais governantes, que se tornaram insensíveis às condições do mundo e à contingência dos fatos, tal qual o ascárida asilado no intestino, ou a triquina enquistada no músculo. De tal sorte, a mentalidade deles decaiu para a futilidade estéril das fórmulas verbais, do eruditismo, com o critério único dos preconceitos. Tal se patenteia a tradição do bacharelismo legista, como nos nossos dirigentes se concretiza a herança da classe onde se fizeram (BONFIM, 1996, p. 454).

Na opinião de outro estudioso dessa questão, o historiador José Murilo de Carvalho, a formação coimbrã da elite nacional deu-lhe homogeneidade ideológica e de treinamento para a tarefa de construção do poder na época pós-

emancipação. Em relação aos primeiros cursos de Direito que se instalaram no país, afirmou que foram criados à imagem dos cursos de Coimbra, ressaltando, porém, que houve mudanças no que tange ao conteúdo das disciplinas, abandonando-se o direito romano e introduzindo-se matérias que tinham mais a ver com as necessidades do país, como os direitos mercantil e marítimo e a economia política. Por detrás dessas mudanças, estava o desejo dos legisladores brasileiros de formar não apenas juristas, mas advogados, deputados, senadores, diplomatas e os mais altos funcionários do Estado. Assim, o curso de direito destinar-se-ia à formação de políticos e funcionários públicos. Destacou também o pesquisador que as escolas de direito brasileiras não possuíam o isolamento a que estavam submetidos os alunos da universidade portuguesa. Reconheceu, entretanto, que as idéias mais radicais, como as do Iluminismo francês, continuaram ausentes dos compêndios adotados nessas escolas. Desenvolveu-se, então, uma orientação mais pragmática e eclética sob a influência de Bentham e Victor Cousin, o último a maior influência sobre a elite intelectual brasileira até 1870, quando outras correntes de pensamento como o positivismo e o evolucionismo começaram a penetrar nas academias. Nessa altura, o curso de direito dividiu-se em ciências jurídicas e ciências sociais, as primeiras para a formação de magistrados e advogados, as segundas para diplomatas, administradores e políticos (CARVALHO, 2003, p. 76-86).

Comparando as opiniões dos dois autores, um mais antigo, Bonfim, e outro mais moderno, Carvalho, e fazendo-se uma síntese entre os dois pensamentos, é possível concluir que, desde a autonomia até a república foi grande a participação dos formados em direito na administração pública e em cargos políticos da nação. A princípio, tais profissionais centravam-se em correntes de pensamento mais conservadoras, fruto da influência coimbrã, mas, posteriormente, eles abriram-se a novas idéias, como as teorias científicas, que aqui chegaram em 1870. O problema é que tal mudança não serviu para alterar o pensamento que se tinha do povo. Ao contrário, conforme já vimos, as teorias racistas que aqui entraram serviram para depreciar ainda mais a imagem ruim que já se tinha de nossa amestizada camada popular. Daí, ter se aberto uma vala ainda maior entre os políticos e seus governados nos primeiros anos do regime republicano.

Essa imagem depreciada que os altos escalões governamentais tinham do povo revelava-se no tratamento dispensado à nossa política externa. É o que demonstrou Lima Barreto através de sua sátira ao Barão do Rio Branco e sua

condução do Ministério das Relações Exteriores brasileiros com a figura do Visconde de Pancome, ilustre Ministro da mesma pasta na Bruzundanga. Por meio de sua história, o autor pretendeu mostrar como o governo brasileiro buscava vender lá fora uma falsa imagem de sua própria gente. Sua descrição do Visconde de Pancome é bastante esclarecedora:

Uma de suas quízílias era com os feios e, sobretudo, com os bruzundanguenses de origem javanesa – cousa que equivale aqui aos nossos mulatos. Constituía o seu pesadelo, o seu desgosto e não julgava os indivíduos dessas duas espécies apresentáveis aos estrangeiros, constituindo eles a vergonha da Bruzundanga, no seu secreto entender. [...] secretamente, revoltava-se contra o determinismo de sua história, condicionado pela sua situação geográfica, pelo seu povoamento, pelos seus climas, pelos seus rios, pelos seus acidentes físicos, pela constituição do seu solo, etc.; e desejava muito infantilmente fabricar, no palácio do seu ministério, uma Bruzundanga peralvilha e casquilha, gênero ‘boulevard’, sem os javaneses, que incomodavam tanto os estrangeiros e provocavam remoques dos caricaturistas da República das Planícies, limítrofe, e tida como rival da Bruzundanga (BARRETO, 2001, p. 99-100).

O governo vendia, então, lá fora uma imagem falsa de sua terra: “Bruzundanga, País rico – Café, cacau e borracha. Não há pretos” (BARRETO, 2001, p. 103).

Tal qual a Bruzundanga, o Brasil esmerava-se em vender uma imagem de país limpo, arrumadinho e branco. Qualquer descrição verdadeira de nossa terra era recebida como afronta. Não é preciso mencionar que tal atitude prendia-se à aceitação da ideologia do colonialismo, conforme já a descrevemos anteriormente.

Brito Broca (1975, p. 181) relata-nos um curioso caso de propaganda que saiu pela culatra, o de Paul Adam, um intelectual francês:

Do Rio [...] foi a São Paulo, a Santa Catarina, a Ouro Preto e ao Amazonas, como se depreende do livro que publicou em 1914, em Paris, sob o título ‘Visages du Brésil’. Era uma obra naturalmente encomendada para a propaganda do Brasil no estrangeiro; o autor não se limita a impressões de viagem, fala também da nossa história, de nossas condições político-sociais, indicando os que lhe forneceram os dados para isso. [...] No entanto, apesar dos louvores ao Brasil, de haver escrito no prefácio: ‘Gostaria que os turistas apaixonados por Viena e Moscou fossem, para seu regozijo, às igrejas da Bahia e Ouro Preto’, da exaltação de nossa latinidade, Paul Adam suscitou ressentimentos por não ter esquecido os mulatos e as mulatas que andam pelas ruas do Rio [...].

No aspecto interno, Pancome/Rio Branco caprichava na escolha de funcionários “apresentáveis” aos visitantes estrangeiros:

Da última vez, até, quase que um atrevido javanês puro consegue o primeiro lugar, tal era o brilho de suas provas; Pancome, porém, arranhou as cousas tão lealmente diplomáticas que o rapaz perdeu a última prova. Não queria que a cousa se repetisse e estudava o modo de, evitando o concurso, encontrar um candidato bonito, bem bonito, não sendo em nada javanês, que pudesse oferecer aos olhares do ministro da Coréia ou do Afeganistão, um belo exemplar da beleza masculina da Bruzundanga (BARRETO, 2001, p. 104).

Ironizando a procura de Pancome, Barreto aclarou o processo de escolha de um amanuense. O candidato foi examinado quanto à beleza, à elegância ao conhecimento da dança, sendo aprovado em todos estes quesitos. Havia, porém, um problema, ele não sabia escrever direito. Mas, por conta de todas as outras boas “qualidades” que possuía para o cargo, foi imediatamente contratado (BARRETO, 2001, p. 106).

Dimas (1983, p. 10) exemplificou com um caso real esse tipo de “critério” adotado pelo duplo brasileiro de Pancome, o Barão do Rio Branco:

O Pedro Nava de ‘Balão cativo’ confirma essa seleção pelo critério estético. Segundo o memorialista, o poeta Antônio Francisco Da Costa e Silva interpelara o Ministro do porquê de seu não aproveitamento no Itamaraty, ao que teria respondido o Barão: ‘Contra a sua pretensão o que está é seu físico. Eu só deixo entrar na carreira homens de talento que sejam também belos homens. A diplomacia exige isso. [...] Agora, no Itamaraty, não! Tire seu cavaleiro da chuva’ (BALÃO CATIVO, p. 171).

### **3.4 O ENSINO E AS REMINISCÊNCIAS DO PASSADO**

O tema ensino recebeu a atenção de nosso autor em duas crônicas: “O ensino na Bruzundanga” e “Ensino prático”. Em outro texto, “A nobreza da Bruzundanga”, discorreu sobre a importância em demasia que se dava aos detentores de um diploma universitário naquelas terras. É sobre estes três textos que iremos nos fixar.

Nos parágrafos iniciais do primeiro texto, Lima nos descreve os tipos de escolas existentes na Bruzundanga: as mantidas pelo Estado e as particulares.

Apesar da diferença de fonte mantenedora, os diplomas dessas escolas se equivaliam. Os meninos e meninas recebiam as dificuldades que pudessem encontrar nesses cursos, mas sim os exames preliminares (BARRETO, 2001, p. 49). Sobre esta espécie de exames, Fernando Azevedo (1976, p. 137) informa-nos que eles perduraram até 1925, retardando por cerca de quarenta anos a substituição definitiva dos estudos fragmentários por estudos sistematizados e que era possível fugir pela porta aberta da concessão que se fazia aos estudantes de prestarem exames de matérias individuais ou de grupos de disciplinas.

Lima Barreto apresentou os esquemas de fraude, dos quais lançavam mão muitos alunos para serem aprovados nesses exames. Um deles consistia nos pais arrumarem pessoas conhecidas para fazerem parte da banca examinadora de seus filhos, o que levava à aprovação de muitos estudantes que não possuíam o mínimo conhecimento de determinadas matérias. É óbvio que para que esse esquema funcionasse, era necessário que o pai de tal aluno possuísse certo poder para exercer um tráfico de influência na escolha dos membros da mesa. O segundo truque envolvia prestar exames em províncias onde as provas eram consideradas mais fáceis.

Essas manobras desonestas continuavam no curso superior. Os estudantes dirigiam-se para os locais onde os exames eram mais fáceis em determinada matéria que tinham dificuldades, conseguiam aprovação nelas e retornavam para as universidades mais famosas para receberem o seu grau. Esses truques para obter um diploma tinham velha origem, conforme nos informa Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 157): “No século XVII, a crer no que afiança a ‘Arte de furtar’, mais de cem estudantes conseguiam colar grau na Universidade de Coimbra, todos os anos, [...] sem nunca terem estado em Coimbra”. Todo esse esforço centrava-se no fato de que “[...] em quase todas as épocas da história portuguesa uma carta de bacharel valeu quase tanto como uma carta de recomendação nas pretensões a altos cargos públicos” (HOLANDA, 1995, p.157). Restou-nos, então, a presença de uma velha e má herança do sistema de ensino lusitano: a importância exagerada que se dava à obtenção de um diploma universitário, a praga do bacharelismo.

Teorizando a respeito da origem de tal importância no Brasil, Holanda (Ibidem., p. 82-83) ligou-a à nossa formação agrária e colonial, datando-a da ocasião em que se verificou o declínio da velha lavoura e a ascensão dos centros

urbanos, precipitados pela vinda da família real em 1808 e pela independência. Com a perda de poder por parte dos donos de terra, outras ocupações alcançaram proeminência, como a atividade política, a burocracia e as profissões liberais.

Tendo se mudado para as cidades, esses proprietários agrícolas buscavam agora uma forma de manter seu *status*. Ora, o que os diferenciava de seus subalternos era o fato de planejarem intelectualmente as tarefas a serem realizadas, enquanto sua execução ficava a cargo daqueles. Como se pode observar, o trabalho físico era pouco valorizado em comparação ao intelectual. Assim, procuraram um trabalho que os distinguisse do restante dos elementos das classes sociais inferiores. As profissões liberais atendiam bem a esse desejo, sendo, portanto, bastante atraentes aos membros da classe dominante. Já para os membros de classes sociais inferiores, o que mais atraía nelas era a possibilidade de ascenderem socialmente.

Aliás, a importância que se dava a tal formação superior era tão grande, que Lima Barreto tratou-a como uma espécie de nobreza, a nobreza doutoral: “O título – doutor – anteposto ao nome, tem na Bruzundanga, o efeito do – dom – em terra de Espanha” (BARRETO, 2001, p. 36).

Essa ligação levantada pelo escritor carioca, também foi percebida por Holanda (1995, p. 83):

Numa sociedade como a nossa, em que certas virtudes senhoriais ainda merecem largo crédito, as qualidades do espírito substituem, não raro, os títulos honoríficos, e alguns dos seus distintivos materiais, como o anel de grau e a carta de bacharel, podem equivaler a autênticos brasões de nobreza. Aliás, o exercício dessas qualidades que ocupam a inteligência sem ocupar os braços tinha sido expressamente considerado, já em outras épocas, como pertinente ao homens nobres e livres, de onde, segundo parece, o nome de liberais dado a determinadas artes, e, oposição às mecânicas, que pertencem às classes servis.

Como os antigos nobres, os doutores possuíam privilégios não concedidos a reles mortais. Nosso cronista enumerou esses privilégios: o direito à prisão especial, mesmo que praticassem os mais repugnantes crimes; a isenção de impostos que incidiam sobre os cidadãos que não haviam obtido a “graça” da posse de um diploma e o direito de prestar serviço militar sem comparecer aos quartéis (BARRETO, 2001, p. 37-38).

Outro privilégio era o acúmulo de cargos:

Há médicos que são ao mesmo tempo clínicos do Hospital dos Indigentes, lentes da Faculdade de Medicina e inspetores dos telégrafos; há, na Bruzundanga, engenheiros que são a um só tempo professores de grego no Ginásio Secundário do Estado, professores de oboé, no Conservatório de Música e peritos louvados e vitalícios dos escombros de incêndios. Quando lá estive, conheci um bacharel em direito que era consultor jurídico da principal estrada de ferro pertencente ao governo, inspetor dos serviços metalúrgicos do Estado e examinador das candidatas a irmãs de caridade. Como vêem, eles exercem conjuntamente cargos bem técnicos e atinentes aos seus diplomas (BARRETO, 2001, p. 37).

Esse acúmulo de cargos, segundo Holanda (1995, p. 156) provinha da circunstância de que, em nosso país, as atividades profissionais transformaram-se em meros acidentes na vida dos indivíduos. Elas se constituíam apenas num meio para obter cargos rendosos. Quando isso não acontecia, esses profissionais trilhavam outros caminhos para aumentar seus rendimentos. Em virtude disso, acumulavam vários cargos que não tinham relação alguma com a profissão original de quem os exercia.

Diante de tantas vantagens, não era sem razão que tantos se esforçavam tanto e utilizavam meios escusos para obter o ambicionado título de doutor.

Uma característica interessante desses profissionais liberais foi narrada por Lima Barreto em sua crônica “Sobre os sábios”:

Não há médico afreguesado que não seja considerado um sábio pela gente da Bruzundanga, e, para firmar tal reputação, não fabrique uma compilação escrita em sânscrito. O médico sábio não pode escrever em outra língua que o sânscrito. Isto lhes dá foros de literato e aumenta a clínica (BARRETO, 2001, p. 120).

Para compreender este fascínio de tais profissionais pelas letras, é preciso retornar aos primeiros tempos da educação em nossa terra, à época da colônia, quando se deu sua implantação. Já destacamos nesse trabalho, a presença dos religiosos, principalmente os jesuítas, como elementos valiosos para o processo de colonização de nossa terra. É preciso ressaltar que tais padres eram os únicos elementos dotados de certa cultura que pisaram nossas terras nos primeiros anos de vida do Brasil.

Aqui chegando, esses religiosos logo se dedicavam ao mister de catequizar indígenas. Mas, ao mesmo tempo, tinham de fornecer também educação

aos filhos dos colonos brancos que aqui se instalavam. Os jesuítas contavam com dois tipos de escolas em sua função educativa: as escolas destinadas às crianças, onde forneciam uma educação de base, priorizando o ler, o escrever e o contar e os colégios, destinados à educação dos adolescentes.

À parte da questão lingüística, que já tratamos acima ao falarmos sobre literatura, o ensino ministrado por esses religiosos caracterizava-se ainda pela alienação de seus conteúdos, conforme acentuou Azevedo (1976, p. 43), recordando que o ensino jesuítico destinava-se a formar uma cultura básica, livre e desinteressada, sem preocupações profissionais e uniforme em toda a extensão do território nacional. Essa cultura de ideologia católica inspirava-se na interpretação das obras aristotélicas segundo o conceito cristão. Tratava-se unicamente de “[...] uma erudição livresca, vazia, meramente ornamental, que satisfazia a vaidade do indivíduo mas em nada concorria para a comunidade” (SODRÉ, 1978, p. 16). O principal objetivo da difusão dessa espécie de cultura era o recrutamento de novos membros para a Companhia de Jesus.

Essa espécie de cultura era propagada num meio em que a classe dominante não tinha nenhum interesse nela, pois não lhe acrescentava nenhum valor prático e os dominados, devido à sua condição social não possuíam meios de obter acesso a ela. Como fosse destinada a poucos, servia apenas como sinal de distinção ou ornamento neste meio pouco civilizado. Tais condições geraram muitas das características que marcaram a cultura do povo brasileiro, mesmo após o afastamento dos jesuítas do sistema de ensino (1759-1843):

O que o caracteriza não é a penetração, nem o vigor, nem a profundidade, mas a facilidade, a graça, o brilho e a rapidez no assimilar, a ausência total de exatidão e de precisão, o hábito de tomar as coisas obliquamente (‘talent for indirection’) e de lhe apanhar os aspectos que tocam menos à inteligência do que à sensibilidade. Aliás, nesse mundo móbil e diverso, dominado pelas necessidades materiais imediatas, a filosofia e a ciência não tiveram tempo de lançar raiz; e de todos os defeitos dessa cultura verbalista, escolástica, dogmática, que herdamos dos portugueses e que se infiltrou até a medula no ensino de todos os graus, não revelam menos uma inteligência fraca do que uma inteligência mal formada e, portanto, capaz, como já o tem provado, de se destacar, sob uma nova orientação, em todos os domínios da literatura e das artes, como da técnica, da ciência e do pensamento puro (AZEVEDO apud SODRÉ, 2002, p. 17-18).

Mesmo após a criação das primeiras escolas médico-cirúrgicas e as de engenheiro militar no tempo de D. João VI e a dos cursos jurídicos, já no primeiro

reinado, a nossa cultura não perdeu esse gosto pela cultura geral, nem o espírito literário, nem o gongorismo erudito, nem a curiosidade que a levava a se interessar mais pelos aspectos superficiais dos mais variados assuntos. Saltava aos olhos o interesse maior que os médicos, engenheiros e advogados demonstravam pelas letras do que em se aprofundar em suas especialidades (AZEVEDO, 1976, p. 220-221). Gilberto Freire testemunhou esse interesse:

[...] a Medicina científica propriamente dita se viu, por vezes, em situação de estudo ou de culto quase ancilar do da Literatura clássica; do da Oratória; do da Retórica; do da elegância de dizer; do da correção no escrever; do da pureza no falar; do da graça no debater questões às vezes mais de Gramática que de Fisiologia (FREIRE apud RAMA, 1985, p. 56).

Curiosamente, se as letras mostravam-se tão valorizadas quando presentes nos profissionais liberais, o seu diploma não obtinha o mesmo reconhecimento, mencionando o autor que os bacharéis em letras da Bruzundanga não eram incluídos na verdadeira nobreza doutoral (BARRETO, 2001, p. 39).

Essa proeminência dos estudos literários sobre os científicos fazia com que as raras instituições ou escolas que se propunham ao ensino científico não tivessem grande irradiação. Esse apego às letras prejudicou durante muito tempo o desenvolvimento tecnológico do país, mantendo-o, nesse campo, em dependência dos países mais desenvolvidos.

A herança jesuítica também pesava no ensino médio, cujas instituições tinham por objetivo apenas a preparação para os cursos superiores que se destinavam às profissões liberais:

Do ponto de vista de estrutura, o nosso ensino médio, herdeiro e continuador dos colégios dos jesuítas, mantinha-se mais ou menos fiel às suas origens latinas e puramente literárias e guardava, sem modificações essenciais, senão o plano tradicional de estudos, o mesmo espírito e o mesmo caráter que lhe imprimiu o Império [...] (AZEVEDO, 1976, p. 135).

Mas, se Lima Barreto destinava farpas ao ensino tradicional, também as endereçava às algumas supostas tentativas de mudanças, conforme observamos em sua crônica “Ensino prático”, em que ironizou a tentativa de implantação da Academia Comercial em Bosomsy, capital da Bruzundanga. O autor julgou inapropriado escolher como local para as aulas de tal academia não um

estabelecimento escolar, mas os próprios locais de comércio, sendo ministradas não por professores, mas por profissionais de sucesso da área comercial.

Em contrapartida, propôs mudanças no ensino tradicional, sugerindo a decretação do livre exercício de qualquer profissão, sem os privilégios advindos do diploma. Sugeriu também a substituição do ensino seriado pelo estudo de matérias isoladas, que fossem necessárias à especialidade para a qual se destinava o estudante. Julgava ele que tais mudanças terminariam com o privilégio do diploma e implantariam a igualdade de oportunidade para todos. Reconhecia, entretanto, que tais idéias não tinham chance alguma de se transformarem em realidade (BARRETO, 2001, p. 50-51).

Conforme pudemos verificar acima, a reforma do ensino superior é um tema que vem sendo discutido há muito tempo e que, possivelmente, ainda demandará outro longo período de debates nesta Bruzundanga em que as reformas são tão lentas.

## CONCLUSÃO

Diferentes teorias literárias possibilitam diferentes olhares sobre um mesmo texto. Desses olhares originam-se variadas interpretações, que enriquecem sobremaneira sua leitura. Muitas vezes, a aplicação de uma nova teoria revela-nos, no tecido textual, detalhes de que não nos tínhamos apercebido anteriormente. As lentes da releitura pós-colonial, por exemplo, auxiliam-nos a ver o que o se esconde sob a crítica humorística aos problemas nacionais, que se apresentam em *Os Bruzundangas*. No fundo, ocultam-se alguns velhos hábitos de extração colonial que persistiam inabaláveis no princípio do século passado em nossa nação.

Em nosso trabalho, tratamos dessa presença em quatro áreas: a literatura, a política, a economia e a educação.

Na literatura, a face da influência colonialista revelava-se no uso de uma linguagem arcaica e lusitanizante, no desprezo voltado à linguagem e à literatura populares, na cópia sem critérios de modelos e autores estrangeiros e na admiração descomedida pela Grécia e pela latinidade. Comprovamos no decorrer dessa dissertação, que esse apego a valores alienígenas ligava-se à tentativa da elite de negar nossa condição mestiça, procurando esconder nossa verdadeira face sob uma máscara européia.

Na área econômica e política, o país ainda funcionava segundo expedientes coloniais, como se verificava, por exemplo, no que diz respeito à monocultura e à exploração excessiva de um único produto. Nossa produção de bens concentrava-se em produtos primários, que eram exportados e retornavam sob a forma de produtos manufaturados. A desastrosa experiência da borracha na Amazônia e os problemas oriundos da dependência da economia brasileira da cafeicultura deveriam servir de alerta contra a persistência numa agricultura monocultora. Mas isso não ocorria, já que ela enriquecia a elite nacional e atendia aos interesses estrangeiros. Por outro lado, a indústria nacional ocupava-se ou em apenas empacotar produtos que já vinham prontos de fora ou montar peças semi-acabadas, mostrando-se totalmente dependente da tecnologia proveniente do exterior.

Outro fator de problemas no campo econômico atendia pelo nome de dívida externa. Para pagar nossas dívidas com credores estrangeiros, o governo

constantemente lançava mão de aumento de impostos para saldar seus compromissos. Esses impostos incidiam, obviamente, sobre os mais pobres. Tal esquema simplesmente repetia a cobrança abusiva de impostos, que governava a relação econômica entre as metrópoles e suas colônias. A única diferença é que no regime colonialista a cobrança era direta, enquanto que, no segundo caso, era indireta, servindo nosso governo de coletor de impostos para as potências estrangeiras.

No campo político, o governo mantinha com o povo uma relação semelhante à de colonizadores e colonizados, repetindo os vícios da política colonizatória portuguesa. Corrupção, ganância, tirania, servilismo ao interesse dos mais ricos e de potências estrangeiras eram alguns desses vícios que continuamente se repetiam no exercício de um governo despreparado, comandado por homens que desconheciam a realidade nacional. A maioria desses mandatários provinha dos escritórios de advocacia, estando mal-preparados para o exercício do poder político graças à má formação intelectual derivada de uma herança portuguesa.

Além disso, entre os políticos repetia-se o mesmo jogo de disfarce dos escritores, vendendo àqueles uma falsa imagem do Brasil no exterior, pintando-o como um país branco e bem arrumadinho.

Finalmente, tratando-se de ensino, repetia-se aqui a demasiada importância que se dava em terras portuguesas a um diploma, ao título de doutor e ao trabalho intelectual em detrimento do braçal. Tais coisas serviam como meios de ascensão social na época e tornavam-se fontes de privilégios como prisão especial e acúmulo de cargos, por exemplo. Outra característica herdada dos colonizadores lusitanos foi uma cultura de aspecto superficial, que primava pelo uso de citações como forma de exibicionismo, sem jamais penetrar profundamente em nenhum tema.

É verdade que ao levantar tais problemas, Lima Barreto não faz referência à sua origem colonial, mas a simples menção desses fatos reveste-se de importância por lembrar-nos, como já mencionava Fanon, da permanência de velhas práticas coloniais sob nova roupagem, algumas das quais persistem até hoje. Dentre estas se pode mencionar o fascínio por músicas, livros e filmes estrangeiros. No caso do último item, assistimos mais a películas americanas do que a filmes brasileiros. A dependência econômica continua com o louvado agro-negócio, que se

constitui simplesmente em exportação de produtos primários; nas multinacionais, que dominam nosso mercado; na dívida externa, que rouba recursos que poderiam ser empregados para a melhoria de vida do brasileiro e que contribui para o aumento de impostos, visando fazer caixa para pagá-la e assim por diante. E para finalizar, ainda assiste-se a uma importância exagerada voltada ao diploma e ao título de doutor.

Uma comparação entre a situação que se verificava no princípio do século passado e a que observamos hoje ressalta a permanência do quadro de dependência colonial, agravado ainda mais pelo fenômeno da globalização. Essa constatação serve de sinal de alerta, demonstrando o quanto ainda temos de caminhar para afrouxarmos as cordas que nos prendem ao nosso passado colonial.

Assim como esta obra, outros escritos de Lima Barreto podem revelar a permanência de traços de origem colonialista. Seria interessante descobrir esses traços, aplicando novamente a estratégia da releitura.

## REFERÊNCIAS

ABDALA JÚNIOR, Benjamin. Fronteiras múltiplas e hibridismo cultural: novas perspectivas ibero-afro-americanas. In: *Poéticas da diversidade*. Org. Marli Fantini Scarpelli e Eduardo de Assis Duarte. Belo Horizonte: UFMG, FALE, 2002.

ALEX, Anoar. *As idéias sócio-literárias de Lima Barreto*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, Helen. *The empire writes back: teory and practice in post-colonial literatures*. London: Routledge, 1999.

AZEVEDO, Fernando. *A transmissão da cultura: parte 3 da 5. ed. da obra A cultura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoievski*. São Paulo: Forense Universitária, 1997.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

BARRETO, Lima. *Bagatelas*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

\_\_\_\_\_. *Correspondência: tomo I*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

\_\_\_\_\_. *Correspondência: tomo II*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

\_\_\_\_\_. *Crônicas escolhidas*. São Paulo: Folha de São Paulo, Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. *Impressões de leitura*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

\_\_\_\_\_. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Ática, 1985.

\_\_\_\_\_. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. *Vida urbana: artigos e crônicas*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

BENDER, Flora; LAURITO, Ilka. *Crônica: história, teoria e prática*. São Paulo: Scipione, 1993.

BERND, Zilá. *Introdução à literatura negra*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BONFIM, Manoel. *O Brasil nação: realidade da soberania nacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

BONNICI, Thomas. *O pós-colonialismo e a literatura*. Maringá: EDUEM, 2000.

\_\_\_\_\_. Teoria e crítica pós-colonialistas. In: *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Org. Thomas Bonnici, Lúcia Osana Zolin. Maringá: EDUEM, 2003.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. *História concisa da literatura brasileira*. 36. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

\_\_\_\_\_. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOTELHO, Denilson. *A pátria que quisera ter era um mito: o Rio de Janeiro e a militância literária de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2002.

BRAYNER, Sônia. A mitologia urbana de Lima Barreto. In: *Tempo Brasileiro 33/34 – Revista trimestral de cultura*. Abril-junho de 1973. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro.

\_\_\_\_\_. *Labirinto do espaço romanesco – tradução e renovação da literatura brasileira – 1880-1920*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1979.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil: 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

CALVÁRIO e porres do pingente Afonso Henrique de Lima Barreto. Org. João Antônio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

CAMPOS, Maria Teresa Arruda. *Lima Barreto*. São Paulo: Ática, 1988.

CÂNDIDO, Antônio. A vida ao rés-do-chão. In: *Para gostar de ler*. vol. 5. São Paulo: Ática, 1980.

\_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 8. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *A construção da ordem: a elite política imperial. O teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASANOVA, Pablo González. *Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina*. Trad. Ana Carla Lacerda. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: LPP; Buenos Aires: CLACSO, 2002.

CORBISIER, Roland. Prefácio. In: MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo do colonizador*. Trad. Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

COUTINHO, Carlos Nelson; HENRIQUES, Luís Sérgio; KONDER, Leandro; GILVAN NETTO, José Paulo. *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

DIAS, Carmem Lygia de Souza Dias. Quaresma/ressurreição. In: BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

DIMAS, Antônio. *Tempos eufóricos: análise da revista Kosmos, 1904-1909*. Ática, 1983.

FACIOLI, Valentim. República dos Bruzundangas: porque não me ufano de meu país. In: BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Ática, 1995.

FANON, Frantz. *The wretched of the Earth*. Harmondsworth: Penguin, 1990.

FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1983.

LEITE, Lúcia Chiappini Moraes. Velha praga? Regionalismo literário brasileiro. In: *América Latina: palavra, literatura e cultura*. Org. de Ana Pizarro. v. 2 – Emancipação do discurso. São Paulo: Memorial; Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LIMA Barreto: prosa seleta. Org. Eliane Vasconcellos. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.

LIMA, Elizabeth Gonzaga de Lima. *Aveso de utopias: os Bruzundangas e aventuras do doutor Bogóloff*. 2001. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo do colonizador*. Trad. Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais a brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Prosa de ficção: de 1870 a 1920*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio; Brasília: INL, 1973.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2002.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983.

PEREIRA, Astrogildo. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Bagatelas*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRADO, Antônio Arnoni. *Lima Barreto: o crítico e a crise*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1976.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PROENÇA, M. Cavalcanti. *Augusto dos Anjos e outros ensaios*. 2. ed. Rio de Janeiro: Grifo; Brasília: INL, 1973.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. Trad. Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RESENDE, Beatriz. A opção pela marginália. In: *Os pobres na literatura brasileira*. Org. Roberto Schwarz. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro: UFRJ; Campinas: UNICAMP, 1993.

RIVAS, Pierre. Paris como a Capital Literária da América Latina. IN: *Literatura e História na América Latina: Seminário Internacional, 9 a 13 de setembro de 1991*. Org. Ligia Chiappini e Flávio Wolf de Aguiar. Trad. Joyce Rodrigues Ferraz (espanhol), Ivone Daré Rabello e Sandra Vasconcelos (francês). 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1985.

SAMUEL, Rogel. *Novo manual de teoria literária*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas das letras*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

\_\_\_\_\_. *Uma literatura nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

\_\_\_\_\_. *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: fundamentos econômicos*. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

\_\_\_\_\_. *Introdução à revolução brasileira*. 4. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

\_\_\_\_\_. *Síntese da história da cultura brasileira*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Trad. Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VASCONCELLOS, Eliane. Uma das utopias de Lima Barreto. In: *Letras de Hoje*. v. 33, nº 1. Porto Alegre: EDIPUCRS, março de 1998.

VELLOSO, Mônica P. *As tradições populares na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.

WOORTMANN, Klaas. Série antropológica 227. O Selvagem e a História. Primeira parte: Os antigos e os medievais. Disponível em: [www.unb.br/ics/dan/Serie227empdf.pdf](http://www.unb.br/ics/dan/Serie227empdf.pdf). Acesso em: 12 jan 2004.